

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Alexandre Collarile Yamaguti

Reflexões hermenêutico-fenomenológicas sobre a condição paterna.

MESTRADO EM PSICOLOGIA CLÍNICA

São Paulo

Novembro de 2015

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Pós-Graduação em Psicologia Clínica

Reflexões hermenêutico-fenomenológicas sobre a condição paterna.

MESTRADO EM PSICOLOGIA CLÍNICA

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia Clínica sob a orientação da Profa. Dra. Ida Kublikowski.

São Paulo

Novembro de 2015

Banca Examinadora:

Agradecimentos

Aos meus pais por seu sacrifício e exemplo de compromisso.

À Jéssica, pelo companheirismo corajoso na produção deste trabalho.

Ao Lucas, Felipe e Filipe, pelas essenciais trocas, que nutriram, ainda mais, minha fome pelo pensamento fenomenológico, filosófico e clínico.

Aos amigos presentes, e aqueles presentes mesmo em distância.

Ao Rafa, pela deliciosa companhia.

À minha orientadora, Ida Kublikowski, por sua paciência e disposição em enfrentar comigo um pensar radicalmente desconstrutivo.

Ao Eduardo Goldenstein por sua generosidade e preocupação em contribuir com o desenvolvimento deste trabalho.

Ao Marcelo Sodelli, pelo constante reconhecimento e preciosa disposição como mestre, amigo e colega de pensamento.

À CAPES por conceder a bolsa de mestrado sem a qual esta pesquisa não teria sido possível.

Resumo

O presente trabalho buscou a reconstrução das bases ontológicas para a compreensão da paternidade a partir do método fenomenológico-hermenêutico, tal como proposto por Martin Heidegger. O trabalho consiste em uma introdução e três capítulos. O primeiro capítulo preocupou-se com o mapeamento de artigos acadêmicos sobre a paternidade contemporânea. A revisão de literatura nos diz que os pais vivem um momento de transição no qual, ao mesmo tempo em que buscam outro modo de se relacionar com os filhos, há falta de modelos sólidos e condições sociais para um atravessamento destas vivências, apontando para a necessidade de intervenções no âmbito de políticas públicas, espaços de apoio à paternidade consciente e fortalecimento do vínculo pai-bebê, bem como do aprofundamento de pesquisas sobre o tema paternidade. Em geral, as pesquisas sobre o tema investigam o fenômeno da paternidade a partir de uma posição que ainda possui raízes naturais e normativas, sem dar a devida atenção para uma radical reconstrução das condições ontológicas que possibilitam estas interpretações. Desta forma, o segundo capítulo introduz o pensamento de Martin Heidegger como uma unidade que deve ser pensada à luz da história do esquecimento do ser. Sendo a fenomenologia um pensamento emergente no momento do fim da filosofia tradicional e da crise das ciências modernas, é um pensar que traz a possibilidade de esclarecimento das bases ontológicas que possibilitem o desvelamento dos fenômenos. Noções importantes tanto da obra *Ser e Tempo* (1927), quanto de escritos tardios após a década de 1930, são apresentados como forma de contextualizar o pensamento heideggeriano. Finalmente, o terceiro capítulo se ocupa de uma efetiva reconstrução das bases interpretativas da paternidade, mostrando que a dificuldade vivida pelo pai contemporâneo não é, em um âmbito mais originário, resultante de falta de modelos, mas antes, do espírito desenfreado de sua época, que propicia um profundo desenraizamento existencial.

Palavras Chave: Paternidade; Historicidade; Heidegger; Fenomenologia-Hermenêutica.

Abstract

The following work aimed to reconstruct the ontological bases for the comprehension of fatherhood through the hermeneutical-phenomenological method, as proposed by Martin Heidegger. This paper consists of an introduction and three chapters. The first chapter is concerned about mapping the academic articles on contemporary fatherhood. The literature review tells us that fathers live in a transition moment where in the same time they search for another way of relationships with their children, there is a lack of solid models and social conditions for the transitions of these experiences, pointing to the necessity of interventions on the sphere of public policies, supportive spaces to a conscious fatherhood and fortification of the bond between father and baby, as well of the deepening of researches about the theme of fatherhood. In general, the researches about the topic investigate the phenomenon of fatherhood from a position that still possesses normative and natural roots, without giving the necessary attention for a radical reconstruction of the ontological conditions that possibilitates those interpretations. This way, the second chapter introduces the thought of Martin Heidegger as an unity that must be considered from the history of the forgetting of being. Being the phenomenology a philosophical stream that emerges on the moment of the end of traditional philosophy and the crisis of modern science, it's a thought that brings the possibility of clarification of the ontological bases that possibilitates the unveiling of the phenomena. Important notions both from *Being and Time* (1927), and the later papers post the 1930 years, are presented as a form of contextualizing the heideggerian thought. Finally, the third chapter occupies of an effective reconstruction of the interpretative basis of fatherhood, showing that the difficulties experienced from the contemporary father are not, in a more originary scope, results of their lack of models, but before, from the unbridled spirit of his epoch, which provides a deep existential rootlessness.

Key words: Fatherhood; Historicity; Heidegger; Hermeneutical-Phenomenology.

É comum a gente sonhar, eu sei, quando vem o entardecer
Pois eu também dei de sonhar um sonho lindo de morrer
Vejo um berço e nele eu me debruçar com o pranto a me correr
E assim chorando acalantar o filho que eu quero ter
Dorme, meu pequenininho, dorme que a noite já vem
Teu pai está muito sozinho de tanto amor que ele tem

De repente eu vejo se transformar num menino igual à mim
Que vem correndo me beijar quando eu chegar lá de onde eu vim
Um menino sempre a me perguntar um porque que não tem fim
Um filho a quem só queira bem e a quem só diga que sim
Dorme menino levado, dorme que a vida já vem
Teu pai está muito cansado de tanta dor que ele tem

Quando a vida enfim me quiser levar pelo tanto que me deu
Sentir-lhe a barba me roçar no derradeiro beijo seu
E ao sentir também sua mão vedar meu olhar dos olhos seus
Ouvir-lhe a voz a me embalar num acalanto de adeus
Dorme meu pai sem cuidado, dorme que ao entardecer
Teu filho sonha acordado, com o filho que ele quer Ter.

Vinícius de Moraes

Sumário

Trajetória	1
Introdução	9
1 Capítulo 1 - Mapeamento das pesquisas sobre paternidade	21
1.1 Paternidade em Transição	23
1.2 Parentalidade	26
1.3 Experiência da Paternidade	28
1.4 Responsabilização Paterna	34
1.5 Temporalidade e Maternidade	36
1.6 Sintetizando o material encontrado	37
2 Capítulo 2 – A fenomenologia-hermenêutica	43
2.1 A história do esquecimento do ser	47
2.2 O surgimento da Fenomenologia	58
2.3 O projeto de Ser e Tempo	61
2.4 Inversão de Ser e Tempo para Tempo e Ser	71
2.5 Técnica como destino contemporâneo	76

3	Capítulo 3 – Reconstruindo condições da paternidade.....	82
3.1	Definindo condições ontológicas da paternidade.	83
3.2	Procriação e Criação: condições ônticas da paternidade.	89
3.3	Sacrifício: possibilidade de enraizamento paterno.	96
	Considerações Finais	109
	Referências	

Trajetória

O presente trabalho é fruto de uma inquietação do autor, alimentada pelo incômodo com o modo com que as experiências humanas vêm sendo tratadas e compreendidas em nossa época pelo próprio ser humano, do senso comum à academia.

Na condição de filho pude sentir as dificuldades passadas por meu pai e por minha mãe no que tange à construção e ao aprendizado, sempre contínuo, de nossa relação. Não foram incomuns desentendimentos, desencontros, tristeza, frustrações e raiva, muitas vezes contidas, outras, expelidas. Mas houve também momentos de alegria e cumplicidade e, muito, muito cuidado. Este cuidado precisou ser interpretado por mim, pois ora vinha através de cuidados materiais, ora por surpresas e risadas, pelo massivo investimento em minha educação, saúde e amor, condições as quais não poderia deixar de ser grato e sem os quais o presente trabalho jamais teria sido possível.

Ao longo da vida e, principalmente, na carreira como psicólogo, seja como terapeuta seja como paciente, pude me dar conta de que muitas de minhas angústias e dificuldades não eram exclusividades minhas. Claro, sempre haveria minha singularidade, aquilo que as tornavam particulares e seriam assim de minha responsabilidade. Mas, aprendi também que há a responsabilidade dos outros nas relações e que cabe a cada um de nós realizar escolhas que devem ser sustentadas com compromisso. Compromisso significa, entre outras coisas, renúncia (Pompéia e Sapienza, 2012). Fui e continuo sendo testemunha da renúncia de meus pais a uma vida mais confortável, a uma vida cheia de enormes sacrifícios dos quais sempre que me defronto me tornam pequeno. Vejo as incessantes horas trabalhadas e o cuidado com que realizam suas atividades, até hoje. Contudo, algo fica em aberto nesta questão. Se

não podemos culpar exclusivamente os outros ou exclusivamente a nós mesmos por nossas dores, qual a responsabilidade do mundo neste processo? Senti a necessidade de compreender melhor este mundo que cobra um preço tão alto para a construção de um projeto parental. No caso, mais especificamente, pensar sobre o lugar no qual o pai está inserido, figura esta com quem tive, durante a maior parte da vida, mais dificuldade de entendimento.

Durante meu percurso enquanto pesquisador tive o privilégio de ouvir de alguns sentimentos e impressões de pais sobre as mudanças que ocorriam em suas vidas, seja durante o período da gravidez, depois do nascimento do bebê, e também os pais que não estavam mais em primeira viagem. Foi unânime a sensação de um estranhamento e de dificuldades na compreensão das necessidades da companheira e de seus filhos, mesmo com pais mais experientes. Suas falas denunciavam um descompasso entre as necessidades que este momento trazia e pedia, trazendo a sensação de não possuir um repertório de recursos para lidar com estas demandas, lidando no improviso, meio sem jeito e por tentativa e erro.

Muitos destes pais já me relataram sua vontade de poder participar mais do cuidado parental, mostrando-se frequentemente inseguros, principalmente durante a gestação, frente às expectativas de suas companheiras, da família e até colegas de trabalho com quem trocavam figurinhas sobre suas experiências. A mulher no momento da gestação é comumente colocada em um pedestal e os pais, muito inseguros, sem saber como lidar com esta situação, com dificuldade de compreender as demandas de suas companheiras, acabam desagradando-as. Desta forma, frequentemente ficam com baixa autoestima, desconfiados de seu potencial, sempre achando que fizeram alguma besteira, apresentando alta irritabilidade e estresse. Cansados desta intensidade e do

peso de lidar com este desconhecimento, ausentam-se de discussões e conversas necessárias, tendendo a concordar com tudo o que a companheira diz, buscando muitas vezes não desagradá-la ainda mais, assumindo um local secundário na participação dos cuidados parentais, sem conseguir desenvolver um modo mais pleno de sua parentalidade.

Assim, em minha experiência, é comum ver os pais quererem sair de um posicionamento apenas de “apoio natural”, como dizem. Alguns relatam não ter memórias do próprio pai cuidando deles quando estavam doentes ou precisavam de compreensão, lembrando muito mais da figura materna como cuidadora e a figura paterna como aquele que se ocupava dos momentos de lazer na infância. Certa vez, um pai me disse que reconhece que eles precisam perder um pouco do medo de desagradar as mulheres e “pegar um pouco em seu pé”, não pela chatice, mas como uma forma de cuidado, como o cuidado que teria com um filho.

Compreendo que este pai percebe a necessidade de sair de uma posição de coadjuvante para alguém que pode bancar seu lugar, para alguém que pode estabelecer contornos na relação dando suporte quando necessário, mas também sendo firme no estabelecimento de limites a requisições sociais, sendo mais dono de seu papel.

Se por um lado os pais hoje parecem ser cobrados a se colocar de modo mais participativo e autêntico nos cuidados com o filho, por outro, há para muitos deles um grande desajuste entre o que conseguem fazer e um ideal normativo de paternidade, presente e frequentemente vendido pela mídia e pelas relações sociais. Pais mais experientes se veem hoje no que chamaram de “fase da reciclagem”, repensando sua paternidade, tentando ajustar sua compreensão e suas possibilidades às necessidades das

novas gerações. Este descompasso parece um desajuste existencial. Parece vir da percepção de que seu horizonte de possibilidades, de alguma forma, parece não dar conta daquilo que sua facticidade cobra.

Não temos controle sobre aquilo que nos acontece e sobre todas as variáveis de nossas vidas (ainda bem), mas posso ter uma ideia da direção do que acontecerá, minhas escolhas darão esta direção; dentre elas, alguns reconhecem que precisam começar a conhecer na prática como será esta vida, pois só assim aprenderão a ser pais. O dia a dia nos conta que muitas vezes as mães estão muito mais tempo imersas no cuidado com a criança, e os pais se veem, frequentemente, despendendo cuidado somente após a jornada de trabalho, cansados e tendo de abrir mão de uma série de condições das quais eram senhores antes da paternidade. Às vezes é mais difícil do que parece largar as atividades prazerosas e compreender que filhos não podem vir apenas no lugar desta diversão, mas que exigirão compromissos cansativos ou muitos desprazerosos também, exigindo uma série de renúncias, como momentos de descanso e o sono noturno.

Em nosso cotidiano, vemos claramente uma mudança no modo como interagimos com as pessoas, com as coisas e com os nossos espaços. O mundo se transforma em uma velocidade nunca antes vista. Nossas experiências e leituras deste mundo se mostram, por vezes, demasiadamente superficiais, favorecendo um amplo nivelamento de nossas vivências que parecem não ter tempo para serem devidamente assimiladas, vividas. É comum a sensação de que nada possui relevo, pois tudo muda tão rapidamente que logo temos a impressão que nunca existiram ou que já são coisas muito antigas.

Uma das situações em que isso ficou mais claro para mim aconteceu durante uma visita a um museu. Durante uma viagem ao Rio de Janeiro, acompanhado de três amigos, em meio às andanças pela cidade decidimos adentrar em uma exposição do Museu de História Brasileira do Rio de Janeiro. Já era próximo do anoitecer e não tínhamos mais do que uma hora e meia para visitação. Certo de que não daria conta de ver tudo que havia ali exposto, segui meu caminho junto a uma amiga, também psicóloga. Os outros tomaram a dianteira, em uma velocidade impressionante, até que os perdêssemos de vista. Ao final da visita, conversávamos sobre a experiência e os dois apressados diziam que haviam “terminado o museu”. Indaguei curioso como eles haviam realizado tal proeza e a resposta foi simples e categórica: “não dá pra parar e ficar olhando, nós tiramos fotos, claro! Depois você vê em casa e analisa”. Em um primeiro momento, pensei que esta constatação fazia sentido, afinal, não tínhamos tempo para “ver tudo” desde o início. Contudo, logo fui invadido por um misto de tristeza e incômodo que na época não conseguia compreender suficientemente.

Hoje está claro que tais sentimentos se originaram na constatação de que estes amigos estavam cegos para o que havia no museu. Em verdade, eles haviam visto muito pouco do que o museu oferecia, certamente menos do que eu e minha amiga, que tivemos a oportunidade de habitar a exposição. Por detrás das lentes pareciam estar completamente cegos para o que se apresentava para fora dos limites dos filtros e do enquadre retangular de suas máquinas. Estavam longe de ser tocados pela percepção de que toda exposição do museu havia sido pensada por um curador e que haviam potenciais experiências para acontecer pelo circuito, pensado para isso.

Na academia, também passei por sentimentos de incômodos semelhantes. Frequentemente, deparei-me com compreensões rasas sobre alguns fenômenos que

naturalizavam a relativização da verdade. Uma das discussões que mais me marcou em sala de aula foi sobre relacionamentos amorosos contemporâneos. Debatíamos a respeito de jovens que beijam mais de cem outras pessoas em uma noite durante festas de carnaval. O comentário que me soou estranho: "mas o que é que tem? É uma possibilidade não é?" e para completar "acho natural que nós tenhamos reações mais saudosistas nestas horas". Para meu espanto, a naturalização do fenômeno reverberou em sala, contaminando a todos. Não procuro negar, nosso mundo coloca como possibilidade um garoto beijar cem meninas em uma noite de carnaval, e isso não necessariamente terá consequências desastrosas na vida do rapaz, é ruim em si ou sequer fere meus valores pessoais. Contudo, penso que é uma atitude demasiadamente ingênua aceitar o fenômeno de bom grado como uma possibilidade, tomando qualquer possível crítica sobre tal comportamento como moralismo saudosista em relação a "bons costumes". Não podemos, por outro lado, fechar os olhos para as consequências e condições que possibilitam este fenômeno. Parece que a possibilidade de se agir de forma diferente da tradicional levou a sala a pensar que o jovem estava livre de uma dominação social para ficar com cem pessoas. Em nossa época, a temporalidade de nosso mundo claramente favorece modos compulsivos¹ de ser, não há espaço para experimentação, mas muito mais, para a ocupação, pela avidez ingênua e impensada de repetir comportamentos em geral. Será que esta dita liberdade não merece ao menos ser pensada? Em virtude de que um uma pessoa precisa estar com cem pessoas em uma noite? O quanto de autonomia está realmente envolvida nesta escolha e nos modos de

¹ Ao nos referirmos à compulsividade aqui, não nos referimos a uma descrição psiquiátrica do fenômeno, mas sim a uma repetição favorecida pela conjuntura temporal de nossa época que nos aliena existencialmente, mostrando-se como subversão de uma promessa de emancipação, proferida pela técnica, para uma relação de dependência.

relacionamento amorosos? Este garoto estava livre em sua escolha ou preso a corresponder expectativas sociais de seus colegas? Esteve com cem garotas ou com cem bocas/troféus? Talvez precisemos repensar o que significa liberdade.

Experiências como estas servem para mostrar como nosso tempo favorece este nivelamento existencial, que muitas vezes se mostra incontornável para nós que o vivemos. Favorece a surdez (ou cegueira?) para escutar/enxergar e respeitar o caráter existencial e histórico de nosso mundo. Em nosso tempo, arte frequentemente não se mostra enquanto arte, porque precisamos ser cultos, então consumimos arte para isto. Dor não acontece enquanto dor, pois alegria e autenticidade são colocadas como categorias a serem alcançadas. Tristeza deve ser evitada a qualquer custo, pois aprendemos desde cedo que ela é ruim, o importante é ser feliz e ser você mesmo, seja lá o que isso signifique.

E como nosso mundo nos ensina a ser pais? Esta é uma pergunta de difícil resposta, até porque vivemos um momento difícil em nosso país. Além da crise política e econômica que aflige a família e os modos de relacionamentos, parecemos viver uma crise existencial. Vemos despontar diversas polarizações, seja entre partidos, ou entre defensores de valores tradicionais que buscam de forma impositiva e reacionária determinar e perpetuar identidades de forma naturalizadas, seja entre ativistas radicais que, ao levantar bandeiras importantes, acabam perdendo a sensibilidade de ocasiões nas quais poderiam haver diálogos. O ódio parece se perpetuar em ambos os polos, planificando e dificultando as possibilidades de compreensão.

Encontro em Heidegger um pensamento que pode ser ao mesmo tempo destrutivo e dialógico, ao investigar o sentido de tais mudanças a partir de novas

leituras de sua verdade, por meio de uma profunda e rigorosa crítica ao atual estado de coisas, a partir da radicalização da compreensão histórica e hermenêutica da verdade.

A paternidade, neste contexto, parece ser uma possibilidade que requer uma constante curadoria de si para que se possa cuidar do outro, que veio ou que virá ao mundo, em suas necessidades. Para isso, talvez seja necessário um longo caminho, de profundas reflexões acerca do que propriamente nos referimos quando nos referimos ao ser pai em um mundo que ensina muito mais a se ocupar e reproduzir, inopinadamente, do que a pensar.

Introdução

Falar sobre a paternidade no mundo contemporâneo tornou-se um tema de grande complexidade. É fácil notar a emergência de diferentes arranjos familiares que, a um primeiro olhar, não mais se enquadram na definição de família nuclear. Por família nuclear nos referimos à família burguesa, formada por homem e mulher, monogâmica e legitimada por vínculos biológicos com papéis familiares rígidos e pré-definidos, tendo estes papéis sido estabelecidos em uma visão cristalizada de gênero estruturada de forma binária. Contudo, percebemos com a mesma facilidade, que estas mudanças não são facilmente aceitas, tampouco compreendidas na sociedade. Em um nível mais generalizado, quando pensamos em paternidade imediatamente pensamos na figura do homem, inserido em um núcleo familiar tradicional, se relacionando com seu filho. Mas será que paternidade se refere exclusivamente a isso?

Ao nos referirmos à paternidade, podemos compreendê-la dentro do guarda-chuva da parentalidade. Utilizamos o termo parentalidade em diversos contextos, seja na educação, no âmbito jurídico e na própria clínica psicológica. É um termo tratado de forma genérica, por diversas especialidades, e também utilizado em nossa linguagem cotidiana. Assim, o significado do termo deve nos parecer relativamente óbvio e resolvido, pois se refere àqueles que são responsáveis por nossas crianças. Mas será que é um termo tão claro e sem importância para ser tratado desta forma?

A palavra começa a ser utilizada no Brasil na década de 1980 (Rodriguez; Gomes, 2012) e já estava presente na França, por volta de 1960 no vocabulário psicanalítico, sendo fortemente influenciado em ambos os países por políticas de aproximação do homem ao ambiente privado (Zornig, 2010). O termo foi proposto pelo

psicanalista francês Paul-Claude Racamier, em 1961, a partir de seus estudos sobre patologias referentes à figura dos *parents* (Teperman, 2012).

Não podemos, contudo, inteiramente dizer que estes “novos arranjos” que escapam da configuração tradicional sejam de fato novos, mas são realidades do âmbito privado que passam paulatinamente a ganhar maior expressão e aceitação no âmbito público, tendo como marco significativo de seu reconhecimento a promulgação da constituição de 1988 (Cúnico; Arpini, 2014). Pais e mães solteiras, casais homoafetivos, crianças adotadas, mulheres vítimas de estupros, pais e mães portadores de excepcionalidades entre outras figuras são exemplos de “novos arranjos” que se distanciam da configuração encapsulada da família tradicional burguesa, configurada por homem mulher e criança. Todos estes arranjos enfrentam um grande desafio no estabelecimento do cuidado de suas próprias vidas e na vida das crianças pelas quais são responsáveis, tendo sido marginalizados pela limitação do modo de olhar para a problemática.

O termo parentalidade não vem acompanhado de intensões inclusivas. Teperman (2012), em sua tese de doutorado intitulada "Família, parentalidade e época: um nós que não existe", nos aponta sua preocupação sobre a consistência que o termo parentalidade vem tomando atualmente. Para a autora, este neologismo é tido como sintoma de um contexto que há um posicionamento ortopédico e normativo dos especialistas em educação e em psicologia na compreensão familiar. Munida da psicanálise de orientação lacaniana, Teperman (2012) teme que a colocação do termo parentalidade, veiculado pelo discurso do especialista em família, acarrete o esfacelamento das condições mínimas para a constituição do sujeito. Em outras palavras, para a autora, o termo parentalidade consistiria em um perigo para a constituição do sujeito.

Felizmente, a autora percebe que as famílias resistem a esta supressão ortopédica, continuando a persistir enquanto resíduo, como conceito reduzido de uma unidade que favorece condições para a transmissão mínima de significados requeridos na constituição de um sujeito. Assim, o nascimento não determina de pronto as funções parentais, mas é necessário que haja uma ordenação simbólica, que não está orientada pelos aspectos biológicos.

No entanto, parentalidade é um neologismo que surge no contexto de mudanças paradigmáticas significativas no modo de compreensão da família, da paternidade, da maternidade e do gênero. Estas transformações se expressam no Brasil de forma mais acentuada a partir da década de 1970, já estando em curso desde o que podemos compreender por modernização da família, na década de 1950 (Figueira, 1987). É, portanto, um termo que emerge na passagem da autoridade hegemônica paternal para a autoridade parental e poderia ser muito bem vindo como forma de adequar nosso vocabulário à emergência dos ditos “novos arranjos” familiares.

Seguindo a direção destes movimentos emergentes a partir da segunda metade do século XX, surge uma tendência, no âmbito das ciências humanas, que aponta para a supressão das diferenças biológicas no que diz respeito à determinação das questões de gênero e, conseqüentemente, dos papéis parentais. Não é exagero seguir esta tendência e optar radicalmente pelo ímpeto da supressão das diferenças biológicas tão precisamente descritas e elaboradas pela ciência no que tange às questões evolucionistas, fisiológicas e desenvolvimentistas? Não estamos sendo irresponsáveis deixando de lado interpretações fundamentadas em modelos previsíveis calculistas, tão presentes no nosso modelo de saúde, e que indubitavelmente nos permitem maior controle e previsibilidade sobre nossas vidas, sendo úteis e essenciais para o planejamento de

nossas vidas? Como é possível ignorar diferenças biológicas e genéticas? Não estaríamos indiferenciando corpos que são obviamente diferentes?

De fato, ignorar tais conquistas e a produção de conhecimento seria demasiadamente irresponsável e, pensando mais radicalmente, impossível. A complexidade de nossa vida urbana e de nossa identidade estão profundamente enraizadas neste modo de pensar. Por outro lado, não ignorar, não significa aceitar incondicionalmente este tipo de interpretação sobre nosso ser. Fazê-lo sem nenhuma crítica, a ponto de nos deixarmos ser totalmente cercados por este tipo de compreensão, é uma possibilidade sedutora e confortável. Entretanto, não é um exemplo sadio de prudência. Pelo contrário, adotar tal postura seria justamente abandonarmos a tutela de nossa existência para movimentos de controle e dominação da mesma. É necessário, portanto, sempre contextualizar a serviço de que e de quem as conquistas da ciência moderna estão a favor, questionando seus limites. Como veremos mais adiante, a fenomenologia pode contribuir trazendo elementos para uma superação da ingenuidade hermenêutica inerente ao próprio projeto científico moderno.

No Brasil, configuram-se muito claramente alguns movimentos reativos às mudanças na definição de família e, portanto, na definição de paternidade, tendo como pano de fundo o que está sendo comumente chamado de discursos religiosos fundamentalistas. Sobre isso, atualmente tramita no Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 6583/13 que prevê o estatuto da família. Dentro do projeto consta a reducionista definição de família como instituição formada apenas por homem e mulher. Em consulta a opinião pública (dia 20/07/15) via enquete on-line no site da Câmara dos Deputados pouco menos de metade da população participante (48,09%) concordam com a definição de família como núcleo formado, exclusivamente, por um homem e uma

mulher, 51,62% discordam e 0,29% não possuem opinião formada. Tal dado segue como fenômeno muito ilustrativo das dificuldades, de uma polarização e da resistência pelas quais passam a compreensão das mudanças na parentalidade, e também, sobre uma marcada divisão na população acerca da significação e dos sentidos atribuídos à família. No dia 24/09/2015 a comissão formada na Câmara dos Deputados aprova, por dezessete votos contra cinco, a constituição de família como núcleo composto por homem e mulher. O projeto que prevê o estatuto ainda não é lei, aguardando apreciação do Senado e sanção do Executivo; se aprovado, configurará a deslegitimação do Estado no que se refere à igualdade de direitos entre os diversos arranjos familiares.

Ainda no âmbito político, podemos falar da disparidade de condições trabalhistas atribuídas a homens e mulheres acerca das responsabilidades reconhecidas segundo o Código Civil. É um contrassenso exigir a participação de um homem mais sensível e participativo em suas relações afetivas, ao passo em que mantemos condições trabalhistas tão díspares nos casos de licença-paternidade e guarda em situação de divórcio. (Staud; Wagner, 2008). Acompanhando os acontecimentos mais recentes acerca desta questão, em 22 de dezembro de 2014, foi sancionada pela presidente a lei nº 13.058. De acordo com a nova legislação, agora o tempo de convívio com os filhos “deve ser dividido de forma equilibrada de acordo com as condições fáticas e interesse dos filhos”. Tal medida pode ser bem intencionada na tentativa de promover a distribuição de maior igualdade de responsabilidades e poder entre as figuras responsáveis pela criança, contudo, precisará ser justamente muito pensada acerca de como levar em conta as condições fáticas e interesse dos filhos, se quisermos evitar o agravamento de situações de conflitos e vulnerabilidades em que a família comumente

se encontra nestes contextos, podendo favorecer a origem de experiências concebidas como alienação parental ou estresses desnecessários a toda família.

O atual estado de coisas mostra-nos o hercúleo desafio que é quebrar a compreensão hegemônica de nossas vidas, já sedimentada na tradição. Atualmente, a Constituição prevê para os homens cinco dias optativos de licença paternidade contra cento e vinte da mulher (Castoldi; Gonçalves; Lopes, 2014). Embora haja tramitação desde 2008 de movimentos no Poder Legislativo, reivindicando a ampliação destas licenças tanto para pais quanto para mães, percebe-se que continua havendo o favorecimento de um gênero no que tange à configuração destes direitos. Dentre algumas possíveis justificativas para esta configuração da lei, podemos encontrar o argumento da amamentação como momento em que a mãe precisa estar junto ao bebê. Tal argumento tende a naturalizar o papel materno como único digno de um benefício generoso no que tange ao cuidado com as crias, deixando de forma realidades como a de transexuais.

É verdade também que tais questões conquistaram um espaço importante no Brasil, principalmente junto aos jovens, e vêm sendo disseminados via internet, blogs e redes sociais. Homens e mulheres começam a ocupar estes espaços encontrando a possibilidade de criação de redes de suporte onde compartilham diversas experiências, dentre elas questões acerca da parentalidade e identidades de gênero.

Entretanto, valores que nos foram transmitidos e possibilitados na conjuntura de em uma dinâmica de classes, ainda resistem de forma velada às mudanças sociais vigentes, processo denominado de *modernização reativa* por Figueira (1987). Segundo o autor, o moderno e o arcaico convivem em um conflito, entre o que é desejado e

esperado pelos membros da família de classe média brasileira. Figueira nos mostra que novos conteúdos na família se expressam em uma lógica normativa e vice-versa. Temos famílias que operam de forma tradicional em suas convenções, mas com conteúdos novos, e famílias que operam em uma lógica nova, mas sem repertório para fazê-lo. O desafio estaria em conciliar nas famílias uma lógica mais atual, aberta as novas vivências, e que de fato estivessem familiarizadas com estes novos significados, operando mudanças de segundo grau no escopo destas relações.

Acreditamos muito nas promessas da ciência moderna e nos apegamos às suas ideias de vidas felizes e saudáveis. O homem moderno tentou se sustentar e mover-se através do que a ciência determinou como correto, saudável, como normal. Lutar por essa compreensão crítica no que tange pensar a paternidade não se mostra tarefa simples, consiste, inclusive, em um movimento contra a corrente, envolvendo impasses políticos, grandes choques de valores e a desconstrução de diretrizes familiares e sociais. Tudo isso traz certo desconforto existencial, conflitos e brigas abalando a sedimentação sob a qual compreendemos o mundo e a nós mesmos. Haja disposição, coragem e tempo.

Com o cientificismo moderno, muito foi possibilitado em termos de progresso científico. Por progresso entenda-se controle, assim foram desenvolvidos métodos cada vez mais precisos de controle sobre a vida, vendendo um grande ideal de que suas conquistas trariam vidas mais felizes. Pensando no contexto da paternidade, temos métodos refinados de investigação e procedimentos cirúrgicos da vida intrauterina. O número de mortes no período do puerpério foi muito reduzido. Hoje, o pai e a mãe, auxiliados pelo recurso do ultrassom morfológico, têm acesso à imagem de suas crias

antes de seu nascimento biológico, tarefa que ficava a cargo de um grande esforço imaginativo.

Tivemos a oportunidade de investigar, em um estudo com homens pais, que o acompanhamento da prática do ultrassom pôde favorecer a experiência de um "click" apropriativo, facilitando a compreensão de sua condição de pai (Yamaguti, 2012). Tal fenômeno parece dar maior sustento de sentido para a identidade paterna. Em um passado não muito distante, antes da popularização e refinamento de tal prática, era recorrente o desejo do casal de que fosse possível ter uma barriga transparente ou um zíper que permitisse ver o ente tão esperado, mas que se mostrava com tanto mistério para os pais ².

Por outro lado, com o desenvolvimento do espírito desenfreado que possibilita estes mesmos recursos, surgem outros, de controle e domesticação da vida, criamos outros desafios. Ficamos dependentes destes discursos e, como constatado por Hennigen (2010), será que é necessário que o discurso de autoridades em saúde sejam condições para que pais e mães passem a perceber algo sobre os próprios filhos? Temos também mais gerações convivendo e negociando com compreensões muito distintas sobre temas da vida contemporânea, dentre eles a parentalidade. O mundo informatizado traz uma enorme complexificação de informações e aceleração da temporalidade da vida humana que favorecem a planificação de experiências, tornando cada vez mais comum a emergência de fenômenos classificados psiquiatricamente como Compulsão, Depressão, Síndrome do Pânico e TDAH.

² Comunicação pessoal de Kublikowski (2012).

O discurso do especialista, herdeiro do pensamento moderno, atuou, e continua atuando, muito fortemente com medidas funcionais na resolução dos mal-estares atuais. E isto é importante. Contudo, quando colocado como forma última do cuidado, este pensar que compreende cura como remissão de sintomas, remissão de angústias e sofrimentos, teria, nesta lógica funcional, o preço do silenciamento e desempoderamento da existência humana que, legitimamente, busca orientação para lidar com seu sofrimento. Dentro do âmbito da paternidade, a postura do especialista pode-se traduzir como a imposição de recomendações normativas aos pais no que diz respeito ao modo como estes devem se relacionar e educar suas crianças. Programas como *Supernanny*, viram parte da agenda dos pais, a ponto destes saberem dar verdadeiras aulas sobre o tema. Profissionais como psicólogos, médicos e educadores entre outros profissionais da saúde e da educação ocupam por vezes o status de especialista, adotando uma lógica de cuidado ortopédica, na qual se tenta inserir a vida das crianças e dos pais em uma narrativa normativa da existência, pré-definida pela ciência.

Aproveitando o ensejo da crítica à modernidade, podemos dizer que o presente trabalho justifica-se como uma crítica radical a uma compreensão ainda profundamente enraizada na interpretação natural e normativa de certas expressões da paternidade. Tal insuficiência para nós vem sendo carregada há tempos pela história do pensamento ocidental. Acreditamos que suas origens estejam, num plano ontológico, em uma história específica, a história do esquecimento do ser.

O que é problemático em tal esquecimento para a compreensão da paternidade contemporânea e suas pesquisas? Qual a relação entre esse esquecimento do ser e a compreensão atual da paternidade? Em que medida tal esquecimento teve

consequências para a vida contemporânea e, portanto, para o exercício da paternidade? Estas são perguntas fundamentais que precisam de um esclarecimento maior nas pesquisas atuais sobre paternidade e serão respondidas nesta pesquisa. Contudo, são perguntas que só podem ser respondidas de forma suficiente se tivermos mais claro os sentidos de ser da paternidade em nosso mundo contemporâneo. Só assim conseguiremos dar conta delas de forma suficiente no diálogo do pensar que começaremos a apresentar neste trabalho.

Apresentamos como objetivo do presente estudo pensar a reconstrução do sentido de ser da paternidade, refletindo sobre suas condições de possibilidade. Poderemos assim também esclarecer a relação entre a história do esquecimento do ser com o sentido de ser da paternidade, bem como, dos desdobramentos deste esquecimento em nossas vidas contemporâneas, assombradas por um profundo mal-estar de planificação da existência, possibilitado por uma medida histórica, diagnosticada por Martin Heidegger (1953) como técnica.

A relevância deste estudo reside em contribuir com um pensar que evidencie de forma mais radical as condições ontológicas para uma compreensão não naturalista da paternidade, reconstruindo assim a dimensão existencial e histórica do sentido da paternidade. Para tal dividiremos o trabalho em três capítulos.

No primeiro capítulo apresentaremos uma revisão bibliográfica de artigos que se ocuparam no estudo da paternidade contemporânea. Ao ler todos os artigos, percebemos que eles circulam sobre cinco temas principais, dividimos os artigos entre estes de forma descritiva trazendo suas principais contribuições. Ao final do capítulo, reservamos uma parte para sintetizar todo o material encontrado. Os temas encontrados

são (1) Paternidade em transição; (2) Parentalidade; (3) Experiência da Paternidade; (4) Responsabilização paterna e (5) Temporalidade e maternidade.

Dando prosseguimento ao estudo, consideramos imperativo caracterizarmos a fenomenologia-hermenêutica como caminho de investigação, buscando esclarecer ao leitor nossa visão sobre este pensamento para que não sejamos mal interpretados em nossas leituras, tão pautadas em uma desconstrução das bases metafísicas da ciência. Devido ao enraizamento, profundamente filosófico, do presente pensar o psicólogo que não está familiarizado com o pensamento fenomenológico pode sentir certo estranhamento no primeiro contato com esta leitura. Entretanto, este esforço é realizado visando suprir uma insuficiência nos estudos influenciados pela fenomenologia de Martin Heidegger dentro da psicologia e que certamente podem suscitar uma salutar reflexão aos psicólogos e outros profissionais da saúde que optarem por desbravar este pensar.

O segundo capítulo é uma introdução ao pensamento heideggeriano como uma unidade, unidade esta que toma a pergunta pelo sentido de ser como fio condutor de seu caminho. Impossível para nós dar conta da explicitação de todas as numerosas e extensas obras do pensamento do autor, assim nos restringiremos a contextualização do surgimento da fenomenologia e da introdução do pensar ontológico fundamental, bem como do pensamento histórico heideggeriano dividindo o capítulo em cinco partes: (1) A história do esquecimento do ser; (2) O surgimento da fenomenologia; (3) O projeto de Ser e Tempo; (4) Inversão de Ser e Tempo para Tempo e Ser e (5) Técnica como medida histórica da paternidade contemporânea.

Após termos nos familiarizado tanto com a tradição científica que trata da questão da paternidade, quanto do pensamento fenomenológico-hermenêutico, podemos refletir e reconstruir as bases sob a qual é possível compreender a paternidade. O capítulo é dividido em três partes: (1) Definindo condições ontológicas da paternidade; (2) Procriação e Criação: condições ônticas da paternidade e (3) e Sacrifício: possibilidade de enraizamento paterno.

A seguir iniciaremos com o mapeamento das pesquisas sobre paternidade.

1 Capítulo 1 - Mapeamento das pesquisas sobre paternidade

Como a produção científica vêm tratando a temática da paternidade contemporânea? Inspirados pelo trabalho de Medrado et al. (2010), realizamos um rápido levantamento consultando a base de dados Google Acadêmico, utilizando o descritivo “paternidade”. No período de 2000 a 2010, encontramos 14,900 referências (incluindo citações de artigos, teses, bibliotecas de pré-publicações, universidades e outras instituições acadêmicas) vinculadas ao termo. Tais resultados apontam não apenas para um maior interesse pelo tema, mas também para o crescimento exponencial de veículos de comunicação acadêmica e fontes de levantamento bibliográfico, bem como para a maior capacidade de produção científica (Medrado et al. 2010).

Alterando o período da consulta para 2010 a 2015 encontramos 15.100 referências ao termo. Em média, o número de referências sobre a paternidade, por ano, praticamente dobrou. Vemos que a tendência de produções sobre o fenômeno parece aumentar. Entretanto, podemos verificar que o descritivo “maternidade” para os mesmos períodos, não apenas nos mostra que o número de referências continuam maiores do que as de paternidade (19.100 e 18.299 respectivamente), como também que houve um aumento proporcionalmente equivalente de novas referências aos termos nestes últimos anos. Pensando se este fenômeno não seria favorecido majoritariamente pela familiarização da comunidade acadêmica com meios de divulgação digital, realizamos a comparação com um terceiro descritivo, “drogas”, tema aparentemente já mais estabelecido no meio acadêmico, vide o número superior de referências encontradas, em relação à temática da paternidade e maternidade. Notamos que o número de produções manteve-se proporcionalmente estável, o que reforça a interpretação de que paternidade e maternidade são temas que vêm realmente sendo

mais estudados nos últimos cinco anos e que o aumento do número de referências não se deve apenas à popularização do uso de meios online para divulgação de trabalhos científicos.

Para um levantamento de dados mais refinado, utilizamos as bases de dados vinculadas à Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), por contar com a utilização mais apurada de filtros. Curiosamente, ao buscarmos o número de publicações disponíveis indexadas ao descritivo “maternidade”, obtivemos 4838 publicações contra 572 para o descritivo “paternidade” nos últimos cinco anos de pesquisa, em âmbito internacional. Tais resultados condizem mais com os obtidos por Borsa e Nunes (2011), que encontram cerca de três vezes mais pesquisas sobre maternidade do que em paternidade, embora haja maior disparidade entre os números, o que sugere uma possível repetição de publicações no motor de pesquisa do Google Acadêmico.

Paralelamente buscamos artigos científicos, dissertações de mestrado, teses de doutorado e capítulos de livros científicos que buscassem investigar a temática da paternidade contemporânea na biblioteca Nadir Gouvêa Kfoury (PUC/SP) e na biblioteca Dante Moreira Leite (IP/USP). Utilizamos os descritivos “pai”, “parentalidade”, “paternidade”. Escolhemos pesquisas que também tratassem da problemática de gênero no assunto, pois acreditamos que o fenômeno da paternidade está diretamente atravessado por relações de gênero que precisam ser levadas em conta em nossa investigação do fenômeno. Devido ao alto número de resultados encontrados, restringimos a pesquisa para a inclusão de publicações nacionais no período de 2010 a 2014, utilizando apenas documentos que estivessem disponíveis em sua íntegra e tratassem sobre o tema da paternidade, parentalidade e família contemporânea. Chegamos ao resultado de dezenove artigos publicados em revistas científicas,

disponíveis em sua íntegra, que discutem a temática da paternidade contemporânea em uma multiplicidade de perspectivas.

Em um primeiro olhar, podemos perceber que dos dezenove artigos restantes, apenas dois se referiam à temática da homoparentalidade. Fizemos questão de incluí-los em nosso estudo, uma vez que acreditamos que a paternidade, segundo o referencial ontológico adotado, independe de uma determinação biológica, mas é, antes, fruto de uma fundação existencial-histórica como demonstraremos em nosso segundo capítulo. Quatro dos trabalhos encontrados tratam de um levantamento sistemático da bibliografia sobre a paternidade contemporânea, estes nos serviram para o mapeamento de pesquisas sobre paternidade atual. Seis são produções teóricas que buscam problematizar a paternidade e parentalidade contemporânea e, a maioria dos estudos (10), consistiu em trabalhos com delineamentos qualitativos que buscavam investigar a vivência parental em contextos familiares tradicionais.

A seguir, dividimos os principais temas tratados nos artigos encontrados de 2010 a 2014 como forma de sistematizar nossa compreensão destes trabalhos para, em um próximo momento, sintetizarmos nossas próprias considerações sobre o conhecimento que adquirimos e assim prosseguirmos com nossa reflexão.

1.1 Paternidade em Transição

Muitos dos estudos fazem referência à saída da mulher do âmbito privado e ida para o ambiente de trabalho como fator que favorece o envolvimento do homem nos cuidados com as crianças, sugerindo uma divisão mais igualitária e horizontal de tarefas domésticas e da vinculação afetiva do pai com seus infantes. Dentro deste processo, as

pesquisas identificam a ausência de parâmetros externos que determinem completamente função parental e estrutura familiar (Zornig, 2010).

Pais se identificam com modelos tradicionais, recorrendo a uma identidade paterna normativa quando colocados frente à situações de estranhamento em suas tarefas. Há preferência pela ocupação com atividades lúdicas, que se traduz na dificuldade de exercerem a função parental de maneira plena (Zornig, 2010), por exemplo, com cuidados emocionais e com situações de imposição de limites, tarefa delegada às mulheres que assim, por vezes, passam a ser vistas como as chatas pelos filhos.

Homens encontram menos espaços de apoio em relação às mulheres para o exercício de sua parentalidade. Em geral, percebemos que espaços que originariamente se dirigiam às gestantes passam a abranger os pais. As políticas públicas colocam a necessidade de maior incentivo à vinculação paterna com o cuidado dos filhos, como forma de criação de novos modelos e desenvolvimento de novos regimes de realidade. (Medrado et al. 2010)

Nos Estados Unidos, um levantamento de estudos sobre o comportamento de pais no ambiente online mostra que, além de procurar apoio de outros semelhantes em comunidades e redes sociais, o que eles mais buscam são informações normativas sobre o desenvolvimento do bebê. (Dworkin; Connell; Doty, 2013).

Ferrari, Silva e Donelli (2013) discutem possíveis transformações ocorridas nas funções materna e paterna, decorrentes das mudanças nas configurações familiares atuais e suas possíveis implicações nos processos de constituição subjetiva. A partir de um referencial de psicanálise lacaniana, sugerem então, inspiradas pelo conceito

formulado por Lajounquièrre, *A-Criança*, que o paradigma atual considera o ser humano como ente natural, dotado de direitos que devem ser satisfeitos, e que o cuidado parental tem sido substituído por um excesso de zelo institucional, o que dificultaria a transmissão de marcas simbólicas parentais. Apontam, desta forma, a queixa parental da não adequação da criança às expectativas sociais, respaldados por normas tecnocientíficas, e que frequentemente requisitam do analista a restituição deste narcisismo parental. Em outras palavras, uma readequação da criança a estas imposições normativas enraizadas de forma primitiva na psique dos pais. Outro pedido refere-se ao ensinamento do que fazer com o filho, pois não conseguem compreender suas necessidades.

Para as autoras, é inegável que a configuração familiar mudou, mas também reconhecem que a família continua como representante do outro social, transmissor de cultura. E esta família e seus participantes, que hoje estão reféns de discursos que prometem crianças perfeitas, encontram-se em meio a sentimentos de incompetência e perplexidade. A saída parece ser uma incessante busca por apropriação de técnicas e pesquisas oferecidas pelas ciências, que geram movimento inibitório no desenvolvimento da criança. Errar no processo educativo implica no fracasso do filho e no fracasso de si próprio. Sintoma desta conjuntura seria a terceirização da educação dos filhos, desresponsabilizando os pais de suas tarefas. Assim, as funções parentais se diluem hoje nos diferentes contextos de terceirização, que são cobrados e responsabilizados pelos pais, caso haja algum impeditivo na satisfação da criança. Nesta dinâmica, sobra pouco espaço para o desenvolvimento singular da criança que parece fadado a ter que repetir os ideais infantis paternos.

Em seu estudo, Rodriguez e Gomes (2012) dão ênfase ao modelo de família homoparental, orientados pelo referencial da psicanálise da família e casal, bem como por estudos psicossociais. Ressalta-se a importância de abandonar uma lógica biológico-normativa muito presente nas ciências humanas em geral e nos alertam para a necessidade de estudarmos outras formas de conjugalidade, pois não podemos tomar mais a família tradicional como égide da compreensão familiar. A pesquisa aponta para o estigma, carregado pela dúvida e por questionamentos sobre a confiabilidade do modelo homoparental em comparação com a primazia do modelo heteroparental. Felizmente, a homoparentalidade torna-se mais visível, sendo possível questionar o modelo de complementaridade bipolar que esteve atravessado pela relação entre feminino e masculino e pelo complexo de Édipo. Desta forma, segundo as autoras, é urgente o diálogo com profissionais da área para repensar afirmações que desprestigiam essas novas configurações familiares, as quais não mais precisam como refúgio o lamento, a marginalidade e o estatuto de anormalidade.

Vieira e Nascimento (2014) buscaram analisar os aspectos psicossociais envolvidos na construção da identidade paterna. Perceberam, a partir da análise de conteúdo de entrevistas, que os pais procuraram negociar, de formas variadas, os sentidos e práticas tradicionais relacionadas ao ser pai. Dentre elas, as principais definições de ser pai encontradas pelos autores foram: “ser responsável” e “dar carinho”.

1.2 Parentalidade

Zornig (2010), em estudo teórico de referencial psicanalítico, aponta a entrada na parentalidade como processo que se inicia muito antes do nascimento de um filho, na infância de cada um dos pais, sendo o nascimento do filho o evento que produz uma

mudança irreversível no psiquismo parental, podendo auxiliar na retificação de sua história infantil.

Para este autor, as relações entre pais e filhos, influenciadas pela história de cada um dos pais, é marcada por fantasmas parentais, podendo ser exercida de forma criativa ou sintomática. Utilizando a noção de sintonia afetiva de Stern, na qual os pais escolhem consciente e inconscientemente experiências e afetos a serem compartilhados com o bebê, os autores elucidam a base de criação do modelo de relação interpessoal, que será os primórdios do mundo intrapsíquico da criança. A dificuldade dos pais no exercício da função parental de maneira plena, decorrente do descompasso entre novos e velhos modelos de conjugalidade, aliado ao reconhecimento da uma mudança paradigmática em relação ao bebê, que começa a ser considerado enquanto um parceiro ativo de suas interações com o mundo e não mais como passivo e reativo, ilustram a necessidade fundamental de pensar uma clínica dos primórdios, não apenas para pensar estratégias direcionadas não só à primeira infância, mas sobre condições que permitam e sirvam como fonte de apoio à construção da parentalidade.

Veludo e Viana (2012), também a partir de um referencial psicanalítico, partem da hipótese de que a parentalidade, processo fortemente marcado pela efervescência do narcisismo parental, interfere na chamada passagem do princípio de prazer para o de realidade. Apoiando-se em um diálogo com o referencial freudiano e winnicotiano, no intuito de produzir uma ferramenta que permita à psicanálise olhar para a relação entre pais e filhos e investigar os processos subjetivos tanto nos pais quanto na criança, os autores propõem o conceito de *parentalidade suficientemente boa* e de *criança suficientemente boa*. O primeiro conceito refere-se a uma parentalidade capaz de auxiliar a criança na passagem do princípio de prazer ao princípio de realidade. Vale

dizer que a troca do termo “Mãe” por “Parentalidade” ajuda a tirar o foco da díade mãe-bebê, englobando de forma mais abrangente qualquer figura cuidadora, embora os autores não entrem em questões de gênero em seu estudo.

O segundo termo refere-se ao potencial conflito existente entre as idealizações narcísicas parentais, de necessidade interna, e as necessidades externas apresentadas diariamente pela criança. Os autores dão destaque à possibilidade de um cenário onde os pais, cegos às necessidades de uma criança externa, real, tentam preservar seus desejos narcísicos, adotando uma postura permissiva extremada em relação aos comportamentos e desejos da criança. Dito em outros termos, é possível que os pais, inconscientemente, favoreçam a supremacia do princípio de prazer no aparelho psíquico da criança. É preciso esclarecer que a preocupação dos autores não está vinculada a uma moralização contra o princípio do prazer, mas sim ao desequilíbrio resultante desta dinâmica parental. Levantada esta preocupação, os autores acreditam na importância da condução de investigação clínica e outras mais amplas ligadas aos fenômenos sociais.

1.3 Experiência da Paternidade

A maior parte destas pesquisas tratava de uma investigação da experiência da parentalidade realizada por diversos procedimentos qualitativos.

Cúnico, Arpini e Cantele (2013) buscaram conhecer as razões pelas quais alguns pais abdicam do exercício da paternidade ao final da relação conjugal. O discurso dos pais entrevistados sugere que, mesmo com a assunção da paternidade biológica, há certa dificuldade no estabelecimento de uma relação de proximidade com os filhos, o que possibilita as autoras inferir que estes pais não exercem de fato a paternidade e que isso se dá em função de uma impossibilidade de posicionamento afetivo com suas crianças.

Os autores inferem que é possível que estes pais reconheçam que seu exercício da paternidade não é o ideal, visto sua presença nas entrevistas.

Cúnico e Arpini (2014), em estudo similar, colocam que muitas vezes a gravidez da ex-companheira não era acompanhada de um projeto do casal, sendo assim, os pais deste estudo se consideraram vítimas de um *golpe de barriga*, aplicado pela ex-companheira no intuito de manter um relacionamento frágil. A dificuldade de aceitar a criança veio da constatação dos pais de que aceitar a criança seria assumir a efetividade de tal golpe. Neste estudo, as autoras apontam a relevância de se trabalhar com o impacto da dissolução conjugal a partir do fomento de práticas que se debrucem sobre as problemáticas familiares na prevenção da ausência paterna na vida dos filhos. Faz-se importante também problematizar a auto vitimização destes pais, que colocam a responsabilidade de sua ausência no que chamaram de golpe de barriga.

Não é incomum homens pais se queixarem de não saberem muito bem como ser pai. As pesquisas apontam para a falta de diretrizes e modelos consistentes para o desenvolvimento de sua identidade, o que parece trazer à tona experiências de profunda angústia frente às tarefas a serem exercidas neste momento, tanto para homens quanto para as mulheres, que também passam por uma transição em sua identidade e papéis a serem desempenhados. Ser pai atualmente é saber improvisar, pois consiste em um constante aprendizado e na falta de modelos paternos que atendam as novas exigências sociais (Cerverny; Chaves, 2010).

Castoldi, Gonçalves e Lopes (2014) realizaram um estudo longitudinal investigando a experiência de casais primíparos aos três e doze meses de vida do bebê. Foi evidente a coexistência de modelos modernos e tradicionais que se sobrepõem de

forma dinâmica neste momento de transição. Percepções da mulher sobre o papel paterno podem ter peso na relação pai-bebê. A mãe muda e o pai também muda, sendo que algumas das mulheres entrevistadas mostram dificuldade em permitir, facilitar ou estimular o envolvimento paterno. Algumas mães podem assumir a posição de guardiãs do portão e o pai precisa adquirir novas habilidades tanto quanto a mãe. Frente a isso, muitas vezes pais fogem de suas potencialidades, voltando-se ao tradicional da masculinidade. Tal revisão do papel parental mostra-se como mobilizadora de um intenso trabalho emocional por parte dos pais, podendo representar uma revisão de modelos e experiências infantis, para possibilitar a negociação de uma paternidade mais ativa (Castoldi; Gonçalves; Lopes, 2014).

Em síntese, o estudo revelou que os modelos familiares de parentalidade são aspectos muito influentes no envolvimento dos pais. De fato, os meninos são apresentados ao mundo de forma a se familiarizarem com atividades distintas das meninas. Não raro, quando famílias percebem o interesse de meninos por atividades tidas como femininas, o fenômeno é interpretado como um desvio ou como um comportamento que precisa ser desestimulado. Em uma visão mais tradicional, meninos precisam chutar bolas, brincar de luta ou interessar-se por carros, meninas devem brincar de boneca ou de cozinha e casinha. Mesmo assim, a ausência de uma matriz de apoio e as percepções das mães sobre o desempenho do marido como pai não pareceu influenciar diretamente seu nível de envolvimento com o bebê. Pais continuaram seguindo modelos tradicionais de paternidade, sendo seu engajamento maior em atividades lúdicas do que no cuidado com o filho que requer sacrifícios, como ficar acordado de madrugada, que pareciam ter pouco repertório.

Gonçalves et al. (2012), investigando a experiência da paternidade aos três meses do bebê, percebem que os homens entrevistados vivenciam neste período experiências repletas de sentimentos positivos em relação ao filho. Os pais referem ter vontade de participar da vida do bebê, mas também contam dificuldades, como cansaço gerado pelo cuidado cotidiano e o distanciamento proporcionado pelo trabalho, dificuldades estas superadas pelo sentimento de satisfação. Os entrevistados demonstram que mais do que apenas uma reestruturação de rotina, a paternidade significou uma reestruturação em seus investimentos afetivos. Para alguns deles, apenas após o nascimento do filho a paternidade pareceu se instaurar de modo mais evidente. Os autores apontam que o sentimento de reconhecimento do bebê pelos pais favorece a ligação e sintonia com o filho.

Um fator importante na experiência dos participantes foi a qualidade da relação conjugal no que diz respeito à divisão de cuidado com o filho. Alguns referiram ter apoio das mulheres abrindo espaço para sua participação, sendo esta valorizada. Ter uma clara divisão de tarefas entre os membros do casal parece fazer com que estes pais se sentissem pertencentes à rotina do filho, mesmo quando a carga de trabalho não permitisse sempre uma participação direta. Outros se sentiram cobrados pelas esposas, críticas ao seu pouco envolvimento, ora exigindo mais participação, ora encarregando-se do cuidado e dificultando ou desaprovando o cuidado paterno. Em alguns casos, os pais relataram sentirem-se em desvantagem em relação às esposas, responsabilizando a qualidade natural do vínculo mãe-bebe como fator desta disparidade.

De toda forma, foi predominante na compreensão dos autores a satisfação com a paternidade, o desejo de participação e a valorização de sua presença na vida dos filhos. A vivência dos participantes parece se afastar da visão de pai como simulacro da mãe,

mesmo sem contar com modelos compatíveis com sua realidade, sendo importante o reconhecimento e potencialização destes vínculos por todos os profissionais que atuam junto com essas famílias.

Em um estudo que visou repensar a identidade masculina frente à paternidade, Cardelli e Tanaka (2012) entrevistaram não apenas homens pais, mas também, profissionais de enfermagem. A pesquisa apontou que os pais vêm repensando seu papel, atividades e principalmente emoções, conquistando novos espaços na construção de suas identidades, mas ainda sendo escravos do estereótipo masculino que os determina como protetores e provedores familiares.

Já os profissionais de enfermagem, tenderam a reproduzir estereótipos sociais que desqualificam a figura do pai quando ele não corresponde ao esperado por estes papéis cristalizados de pai atencioso e protetor, qualificando-os de forma maniqueísta entre o bom pai e o mau pai. Torna-se necessário, segundo as autoras, uma revisão e desmistificação dos conceitos utilizados pelas equipes de saúde, que aparecem como reflexos do modelo medicalizado vigente, e que passem a adotar medidas humanizadas na atuação frente à comunidade, de forma a integrá-la efetivamente no cuidado parental.

Gabriel e Dias (2011) investigaram as experiências e sentimentos de pais em relação à própria paternidade e em relação aos próprios pais. Estes se descrevem como participantes nas tarefas de cuidado e também como pessoas atenciosas e preocupadas com a educação e saúde do filho. Aparentemente, os pais buscam referências nos próprios pais, tanto para acertos, quanto para erros, tomando cuidado para não repeti-los. Assim, a representação dos próprios pais estaria no cerne da construção da identidade paterna dos entrevistados. Desta forma, o homem parece buscar uma posição

ideal entre suas experiências como pai e como filho, aceitando falhas no processo, podendo, inclusive, aceitar falhas suas e de seu próprio pai. Em outras palavras, é possível uma resignificação da relação dos novos pais com seus pais, abrindo a possibilidade de uma ação diferente com o próprio filho, embora, por vezes, tenham se mostrado culpados por se perceberem críticos em relação ao próprio pai.

Fica claro que os homens desta pesquisa criam para si um novo pai, auto descrito como participante no cuidado. As autoras questionam a autenticidade desta descrição e se ela é realmente colocada em prática, pois acreditam ser possível que estes pais mantenham-se presentes, pois é o que é esperado da sociedade sem um sentido mais próprio para tal ato. Desta forma, percebem uma falta de consistência entre o fazer e o discurso paterno, uma vez que o maior tempo do cuidado diário ainda é responsabilidade da mãe e da escola.

Um estudo com quatro casais foi proposto por Beltrame e Bottolli (2010) na tentativa de compreender como ocorre o envolvimento paterno na criação dos filhos. Como já visto em outros estudos, a visão de mulher e de homem afasta-se dos modelos tradicionais, sendo o pouco tempo de lazer colocado como uma das dificuldades encontradas pelo pai. Os parâmetros dos pais, pautados em parâmetros transgeracionais, buscam construir uma relação afetiva com seus filhos juntamente com as exigências sociais.

Matos e Magalhães (2014) fazem algumas considerações importantes em seu estudo com jovens adultos. Ter um filho parece difícil ao sujeito contemporâneo, pois significa diminuição do investimento na carreira profissional e alto custo financeiro, restringindo o poder aquisitivo de muitos que se tornam pais. A dificuldade está na

idealização, presente na camada socioeconômica média, que almeja um modelo parental em que ambos os membros do casal sejam provedores e cuidadores. Neste cenário, espera-se que, mesmo individualmente, cada figura parental tenha capacidade de suprir financeiramente as necessidades do filho caso haja uma separação. Os jovens, hoje, almejam maior estabilidade financeira antes de ter filhos, postergação esta que coloca em risco a possibilidade da gravidez, uma vez que há aspectos biológicos a serem considerados caso o casal decida gerar uma criança.

1.4 Responsabilização Paterna

Tal como foi feito durante muito tempo pelo discurso dos especialistas com a desmedida responsabilização da mãe, os artigos encontrados neste tópico discutem a responsabilização exagerada e normativa do pai.

Hennigen (2010) mostrou, de uma perspectiva foucaultiana, que a voz da expertise sobre a subjetividade tem realmente deixado pais e mães sem voz, sendo apenas a partir de uma suposta verdade, enunciada pelo especialista, que estas figuras passam a tomar conhecimento sobre suas próprias crianças e sobre quem são.

Segundo a autora, durante o processo de criação da concepção moderna da infância o pai teve suas prerrogativas cada vez mais restringidas, tendo o Estado, em nome do “interesse da criança”, intervindo no ambiente familiar, chegando a se contrapor ao pai. Assim, constata-se que o poder sobre criança e a mãe se transfere do paterno para os especialistas.

Desta forma, há sempre um a mais a corrigir ou um a menos a tratar. Usando a noção foucaultiana de governamentalidade, a autora percebe a participação dos experts na criação e administração de tecnologias da subjetividade, sendo o papel estatizante do

governo deslocado para estratégias de responsabilidade dos especialistas. Deste modo, ela aponta ainda que o papel dos experts da psique não se limita ao constrangimento ou repressão da liberdade do indivíduo, mas também buscam produzir indivíduos “livres para escolha”.

Hennigen (2010) acusa a modernidade de marcar uma gradativa perda de potência do poder soberano e sua substituição por uma nova forma de governar. O “novo pai” é uma criação veiculada pela mídia que possui respaldo dos experts e, em tom de domesticação, lembra o homem de que seu compromisso mais importante é ser pai. Assim, torna-se importante problematizar os modos de ser que têm sido oferecidos pelos especialistas para abriremos terrenos férteis para construções mais singulares.

Seguindo uma esteira de referencial teórico similar, Moreira e Toneli (2013), buscando problematizar ações desenvolvidas no Rio Grande do Sul que objetivam, através da promoção da “Paternidade Responsável”, um modo de prevenção à criminalidade, percebem que as condições de possibilidade deste cenário estão articuladas em quatro pontos. O primeiro refere-se às transformações sociais, econômicas, teóricas e sociais que produzem formas distintas de exercício de paternidades. Estão também em uma articulação causal que associa a paternidade ausente/irresponsável com conduta criminosa, responsabilizando a figura paterna pelos atos criminosos do filho. Em outro ponto, percebem que os sentidos comumente associados à responsabilidade permitem uma articulação lógica que liga um pai responsável e filhos responsáveis ou responsabilizáveis perante a lei. Por fim, os autores ressaltam a importância de se reconhecer que estas imagens estão atravessadas por outros marcadores, como raça, pobreza e crime organizado, encaminhando a discussão

para, por exemplo, outros investimentos políticos e a ausência de uma responsabilização do Estado, o que possibilita desconstruir a culpabilização da figura familiar paterna.

1.5 Temporalidade e Maternidade

Vilhena et al. (2013) nos lembram que o conceito de infância é construído historicamente, sendo esta uma das invenções mais humanitárias da modernidade. Todavia, segundo as autoras, parecemos viver tempos de um retrocesso no cuidado com a criança, tida como um adulto em miniatura que precisa dar conta de diversas atividades extracurriculares. A temporalidade, voltada para os compromissos objetivos, vivenciada desta forma desde a infância, empobrece oportunidades de uma valorização do viver, privando nossas crianças de outro modo de construção de suas subjetividades, marcado pela capacidade de buscar sentido para a própria existência.

Tal fenômeno é muito bem ilustrado pelo relato de uma conversa ouvida por uma das autoras, em que uma mãe, executiva, de 40 anos, narra para uma amiga as atividades que sua filha de cinco meses estaria desenvolvendo em um local “muito estimulante”. O diálogo segue até que chega às mãos da autora o folheto do tal local. Ali se encontravam discriminadas aulas que, na verdade, eram compulsivas atividades pré-formuladas de estimulação para diversas competências da criança, sempre assistida pelo olhar de um especialista. As autoras, respaldadas pela teoria winnicotiana, ressaltam que é preciso respeitar o tempo singular de cada criança na apropriação do mundo e poder também aprender com ela, de modo a evitarmos um cuidado substitutivo e ansiogênico para as mães e crianças. Acrescentaríamos que o mesmo vale para os pais.

1.6 Sintetizando o material encontrado.

A partir da leitura desta literatura, podemos afirmar que a investigação da vivência paterna foi tradicionalmente colocada em segundo plano. O cenário começa a se reconfigurar após a segunda metade do século XX. Vale ressaltar que até a década de 1960, a maioria dos estudos sobre paternidade eram originalmente estudos sobre a maternidade, tendo o tema da paternidade como assunto periférico (Picinnini et al., 2004). Na década de 1970 (Bennetti; Souza, 2009), as pesquisas sobre a paternidade eram ainda dominadas pela presença de mulheres no contexto familiar, sendo somente na década de 1980 que começariam a se fazer mais presentes estudos sobre a construção social da masculinidade e sua influência no papel paterno, marcando o reconhecimento de uma compreensão menos determinista do fenômeno. Entre 1985 e 1995, foram encontrados apenas dois artigos científicos publicados referentes ao tema paternidade em um total de 39 produções brasileiras (Medrado et al. 2010).

Já na virada do século, um estudo de revisão sistemática aprofundada (Bennetti e Souza, 2009) sobre a produção científica brasileira acerca da paternidade apontou no período de 2000 a 2007 uma produção de 90 artigos publicados referentes ao tema paternidade. O estudo mostrou que o tema da paternidade vem sendo mais estudado em âmbito internacional e nacional, estando cada vez mais reconhecido no que diz respeito à importância e a possibilidade do envolvimento paterno no cuidado familiar. Segundo as autoras deste estudo, o Brasil foi neste período o país com segundo maior número de artigos publicados, perdendo apenas para os Estados Unidos, 157, e se estabelecendo à frente da Inglaterra, que teve 50 publicações.

Vieira et al. (2013) identificam que, de 2000 à 2012, oito temáticas prevalecem na literatura brasileira sobre paternidade, são elas: gestação, parto e pós-parto (25%);

exercício da paternidade (22%); paternidade e o desenvolvimento infantil (15%); paternidade e adolescência (14%); concepções acerca do comportamento paterno (13%); paternidade hospitalização e deficiência (9%); paternidade e masculinidade (4%); paternidade em configurações familiares não tradicionais (4%), sendo a abordagem qualitativa o delineamento mais comum de pesquisas, indo de encontro aos resultados de Souza e Benetti, 2009. Vieira et al. (2013) apontam também a necessidade de mais estudos longitudinais que permitam identificar a importância da presença paterna na vida dos filhos. Percebem também que ainda se mantém aspectos dos papéis parentais tradicionais nas pesquisas, na medida em que frequentemente o pai continua sendo caracterizado como ajudante da mãe acerca desse tema, evidencia-se, assim, a necessidade da intensificação de estudos nas diversas configurações familiares.

Santos, Scorsolini-Comin e Santos (2012) realizaram um dos dois trabalhos que encontramos sobre homoparentalidade em nossa revisão. Os autores realizaram uma revisão sistemática de literatura sobre homoparentalidade, na qual encontraram doze artigos no período de 2000 a 2011 referidos ao tema, todos indexados às bases da Biblioteca Virtual em Saúde. Apontam que no Brasil há um predomínio de pesquisas teóricas na investigação da homoparentalidade, sendo urgente que mais pesquisas empíricas sejam realizadas em contexto nacional. Segundo os autores, frequentemente as pesquisas teóricas são calcadas em posições heteronormativas, sendo a psicanálise o referencial mais evocado, tanto para “explicar” a homossexualidade e a parentalidade, como para fundamentar reflexões sobre as consequências dos filhos criados por pares homossexuais.

No entanto, a maioria das pesquisas sugerem não haver diferenças significativas no desenvolvimento de famílias homoparentais e heteroparentais em termos de

desenvolvimento psicossocial dos filhos ou do desejo e da habilidade dos pais quanto à parentalidade, sendo o preconceito, que se manifesta fora do núcleo familiar, o que acarreta as dificuldades enfrentadas por famílias homoparentais. Para os autores, fica clara a necessidade de estudos que se baseiem nas especificidades da formação da família homoparental, em termos do que cada uma possui ou do que cada carece, em detrimento de pesquisas que funcionem na lógica da comparação, que trabalham com a pressuposição de modelos normativos.

Borsa e Nunes (2011) refletem que, ainda que tenhamos pesquisas que reconhecem um maior envolvimento paterno e que este tenha sido favorecido por conjunturas políticas, econômicas, sociais e religiosas, os estudos apontam que, em geral, as mulheres tendem a se envolver mais do que os pais nas tarefas junto à prole, do mesmo modo que com o trabalho doméstico, mesmo quando estas participam da economia familiar.

Outro fator reconhecido pelos autores é a crença na unidade mãe/filho(a) como básica, universal e psicologicamente mais apropriada para o desenvolvimento saudável da criança do que a relação pai/filho(a), sendo esta realidade expressa na quantidade de produções científicas sobre o tema. Desta forma, a própria psicologia tem fomentado a ênfase na díade mãe/criança como primordial nos estudos de desenvolvimento, tendo a produção psicanalítica tradicional contribuído muito para a responsabilização da mãe como personagem determinante da saúde ou da doença psíquica. Desta forma, os autores apontam a necessidade de mais estudos que deem ênfase à importância paterna para a família e para o desenvolvimento infantil.

Outro fator relevante a ser ressaltado é a necessidade de maior incentivo de políticas públicas no que tange ao favorecimento do envolvimento paterno com a intimidade familiar.

Neste contexto, também é preciso reconhecer a contribuição de pesquisas psicanalíticas presentes em nossa revisão. A preocupação em reconstruir as bases sob as quais foram compreendidas a psicanálise evidencia-se, por exemplo, na preocupação com a inclusão da temporalidade na compreensão do modo de cuidado com as crianças ou na desconstrução do paradigma mãe/bebê, que assegura uma ênfase à figura materna com a noção de *mãe suficientemente boa*, que pode ser substituída pela noção de *parentalidade suficientemente boa*, e na necessidade de se pensar antecipadamente através de uma clínica dos primórdios, no favorecimento de uma vinculação suficientemente boa na relação dos cuidadores com a criança, dando atenção de forma global às necessidades parentais e do infante.

Compreende-se, na academia, o momento da paternidade como de indigência de modelos e referências de quem o vive, pois sendo uma identidade em transição, não há maiores diretrizes para o estabelecimento sólido de tal prática, de forma que o pai contemporâneo se vê na necessidade de negociar entre um posicionamento mais autoritário e outro mais permissivo e afetivo, sendo convocado na educação e participação do desenvolvimento das crianças, sendo insuficiente e indesejado sua presença exclusiva como provedor financeiro.

Seja por meio de políticas públicas, seja por pesquisas com delineamento qualitativo que busquem uma investigação da vivência do pai e da sistematização e apreensão de mecanismos psíquicos, hoje, olha-se mais para a necessidade desta figura,

sendo que, a partir do ano de 2004, as pesquisas começam a focar as especificidades de suas necessidades (Oliveira; Silva, 2011). Há um olhar um pouco mais crítico na academia em relação à postura de especialista, que persiste em meios de divulgação em massa na educação e na saúde.

Podemos notar que as atuais pesquisas fomentam grande movimentação acadêmica e política acerca da temática. É preciso reconhecer que, a atual geração de pais está formando uma geração de crianças, que poderão ver o cuidado parental de forma diferente, mais compartilhada na prática de cuidados e emocionalmente (Castoldi; Gonçalves; Lopes, 2014).

Acreditamos ser esse o começo de nosso contato com os significados e desafios propostos para a paternidade. A literatura vem majoritariamente mostrando a importância da participação paterna, sua vinculação com a criança e seu papel de apoio à mãe e à criança.

Entretanto, alguns incômodos surgiram durante a leitura destas interpretações. O papel de apoio do homem à mãe, de alguma forma, não naturaliza as relações, tomando certo estado de coisas como resolvido? É certo que as pesquisas ressaltam a pouca importância dada às necessidades dos pais, independente de seu papel, contudo, na maior parte das vezes, não há o questionamento das condições mesmas que as possibilitam, naturalizando o papel dos agentes em questão, deixando fora questões sobre condições de possibilidade de ser pai e de ser mãe.

São muitas variáveis a se considerar, mas é possível dizer que há um favoritismo no meio acadêmico pelos estudos com famílias em modelos tradicionais. Quando falamos de paternidade, ainda pensamos o fenômeno de forma muito vinculada de

forma natural à reprodução e a um modelo tradicional de família. A perpetuação de estudos nesta configuração sugere, não apenas a constatação de uma hegemonia da idealização da academia em torno do modelo nuclear de família, mas também uma dificuldade de compreensão e aceitação da importância urgente de uma desnaturalização mais radical da paternidade. Urgente, visto a ambiguidade e dicotomia superficial com que a temática parece ser tratada em nossa sociedade.

Outro aspecto importante a ser apontado é o número massivo de pesquisas sobre paternidade repetindo um mesmo posicionamento. Não nos cabe aqui o papel de julgar nenhuma produção específica, nem mesmo negar as contribuições destas pesquisas e da evolução dos meios de comunicação e divulgação de trabalhos acadêmicos. De toda forma, vale ao menos alertar sobre uma preocupação no que tange à massificação da produção acadêmica. Sabemos que hoje os programas de pós-graduação são cobrados em termos de quantidade de produção, o que acreditamos contribuir para um aumento significativo de publicações que tendem a repetir informações sem o devido tempo para o amadurecimento de perguntas e suas investigações, privando-as também da possibilidade de uma crítica mais radical sobre o papel e espírito da produção acadêmica.

2 Capítulo 2 – A fenomenologia-hermenêutica

Até o presente ponto do trabalho deve ter ficado claro ao leitor que a compreensão aqui realizada é carregada de uma radicalidade crítica. A fenomenologia marca a radicalização de um pensar desconstrutivo. A modernidade científica é essencialmente cega às condições que possibilitam seus fundamentos. Tal crítica encontra em Martin Heidegger (1889-1976), na noção de círculo hermenêutico, as condições fundamentais que nos mostram que não há fenômenos compreendidos a partir de um vazio de conhecimentos, mas que sempre somos já em uma tradição. Assim, ciência:

“[...] significa a ordenação sistemática de interpretações de experiências. Toda ciência é ligada rigorosamente ao seu campo, mas nem todo rigor é exatidão no sentido de calcular [...]” (Heidegger, [1987] 2001, p. 222)

Nesta direção, de acordo com o caminho escolhido, só se faz possível investigarmos o fenômeno proposto arriscando uma oxigenação hermenêutica de seu âmbito de manifestação. Adotando uma postura fenomenológico-hermenêutica, não pretendemos nos valer de um procedimento cristalizado a fim de replicá-lo rigorosamente na busca de adequar a manifestação da paternidade a suas exigências, tampouco basearmos nossa interpretação em nenhuma pressuposição explicativa-calculista, de caráter hipotético, pois assim seccionaríamos o horizonte de nossa pesquisa, alienando a compreensão do fenômeno em uma relação de correspondência, entre um ideal representativo e um método que busca como referências últimas de rigor a previsibilidade, controle e mensuração do fenômeno.

Muitos dos estudos na área da psicologia inspirados pelo pensamento fenomenológico de Martin Heidegger se restringem a um primeiro momento do pensamento deste autor. Estes estudos são importantes e sedimentaram uma

significativa e fundamental contribuição para a prática clínica fenomenológica e para o conhecimento na psicologia. Contudo, visto o promissor e efervescente movimento de traduções de obras do autor, não podemos nos restringir a primeira fase de seu pensamento. Acreditamos que não podemos utilizar o pensamento fenomenológico de forma instrumental como mais uma perspectiva científica entre outras sem dar a devida atenção ao que está em jogo sempre no pensamento heideggeriano.

A preocupação aqui é em adotar um caminho que não encubra o sentido da manifestação dos fenômenos de forma atemporal, mas propomos investigar o fenômeno da paternidade em seu tempo através do diálogo do pesquisador com a história do fenômeno. Em outras palavras, o método fenomenológico, tal como o compreendemos, consiste na superação da atitude natural enquanto última, propondo um retorno ao âmbito de manifestação da paternidade a ser investigado como forma de compreendê-la em sua totalidade significativa, que é histórica. A fenomenologia não é um instrumento a ser utilizado pelas ciências em sua concepção moderna, pois esta é hermeneuticamente ingênua em termos de desconhecimento das próprias bases que a possibilitam. Como decorrência deste estado de coisas, ainda hoje é comum a presença de usos equivocados do método fenomenológico-hermenêutico, usos estes que demonstram uma compreensão superficial da proposta deste complexo pensar. É preciso considerar o método fenomenológico não como uma técnica, no sentido de procedimento, a ser aplicada, nem como uma teoria ou perspectiva explicativa entre outras estabelecidas dentro de uma ontologia autônoma. Mas, antes, como um esforço metodológico que busca compreender os fenômenos em sua totalidade, ou seja, em seu *mundo*³ de modo a

³ *Mundo* é um conceito fundamental da metafísica para Heidegger, tal como presente em sua obra de 1929 "Conceitos fundamentais da metafísica: mundo, finitude e solidão" (Casanova, 2012). Contudo, no

buscar o sentido sua manifestação de forma mais originária. Em outras palavras, é um pensamento que tem como principal contribuição a possibilidade de um modo de conhecer o mundo que não seja hermenêuticamente cego, o que inaugura tanto a possibilidade de uma revisão crítica das bases sob as quais a ciência se assenta hoje, quanto abre o caminho para novos modos, fundados em bases mais originárias, de compreensão dos fenômenos.

A verdade da paternidade deve se dar sempre no diálogo compreensivo do pesquisador com seu caminho investigativo. O caminho para o desvelar do sentido da paternidade se dá na compreensão histórica do mundo contemporâneo, que é o que funda a possibilidade da paternidade. Resgatar uma oxigenação hermenêutica deste âmbito implica, portanto, em um resgate do ser da paternidade, tendo o mundo da técnica como âmbito de sua manifestação. Para tal empreitada, buscamos um diálogo desconstrutivo-constutivo com a paternidade, reinterpretando sua manifestação e buscando pensá-la como possibilidade dentro da noção heideggeriana de *projeto*, movimento pelo qual o homem se lança existencialmente em seu mundo . Desta forma, o próprio caminho investigativo confunde-se com a desconstrução do pensamento hegemônico que possibilita compreensões médias naturalizadas sobre a paternidade, bem como com uma compreensão e explicitação histórica da época em que é possível falarmos em paternidade e que destina todas as orientações hermenêuticas para seus possíveis significados.

decorrer do texto nos ocuparemos com o esclarecimento deste conceito tal como presente da obra *Ser e Tempo* de 1927.

Na tentativa de escapar de um uso instrumental equivocado da fenomenologia-hermenêutica, vamos apresentar o contexto de surgimento da fenomenologia, marcado pelo fim do pensamento filosófico e hegemonia das ciências modernas, esta última tida como medida de rigor para o estabelecimento do conhecimento, fenômeno característico de uma época que prega a dominação sobre a vida a partir de seus pressupostos teóricos.

Posteriormente, daremos especial atenção à fenomenologia-hermenêutica, nos atendo a dois momentos do pensamento de Heidegger. De início, buscamos apresentar o método fenomenológico explicitado em *Ser e Tempo* (1927), constituído pelo projeto de uma ontologia fundamental possibilitado através da pergunta pelo sentido de ser.

Em seguida, trataremos do abandono do projeto de *Ser e Tempo* para o período chamado de Viragem (*Kehre*) para o pensamento histórico, onde o autor terá maior preocupação com um diagnóstico da modernidade. Daremos especial destaque para a noção de Acontecimento Apropriador (*Ereignis*), presente em obras como *Contribuições à filosofia: do acontecimento apropriador* (1935) e de *técnica*, tal como presente no texto “A questão da técnica” (1953).

Para tal desafio nos valeremos também de obras de comentadores afinados com pensamento fenomenológico hermenêutico, seja no âmbito clínico ou no âmbito filosófico.

Por fim, nos ateremos a um diagnóstico da época atual em que vivemos a partir da medida técnica a qual todos os fenômenos, inclusive a paternidade, estão submetidos.

Através da explicitação das condições que tomamos como pressupostos para a compreensão do fenômeno da paternidade, queremos não apenas tornar mais claro

nosso caminho investigativo, evitando cair em um uso instrumental do pensamento fenomenológico, como também, tornar mais clara a relevância deste estudo, dando-nos condições de trabalharmos com uma reconstrução ontológica da compreensão do fenômeno.

2.1 A história do esquecimento do ser

“Toda ontologia, por rico e firmemente articulado que seja o sistema de categorias à sua disposição, no fundo permanece cega e se desvia de sua intenção mais-própria, se antes não elucidou suficientemente o sentido de ser e não concebeu essa elucidação como sua tarefa-fundamental.” (Heidegger, [1927] 2012, p.57).

Esta categórica passagem de Heidegger diz respeito a sua interpretação de toda história do ser no pensamento filosófico ocidental, consistindo no ponto central da linha de pensamento heideggeriano desde a obra *Ser e Tempo* até o final de seu pensar, pensar este que ganha corpo a partir da questão pelo sentido de ser.

Antes de qualquer coisa, acerca desta história, cabem aqui alguns apontamentos preliminares e preparatórios sobre seus horizontes de constituição que tem origem, segundo Heidegger, no despontar da filosofia e, portanto, da Metafísica com os primórdios da filosofia grega por volta do século V a.C.

Podemos caracterizar a Metafísica, de forma própria e provisória⁴, como um esforço metodológico que se mostra como medida de resolução de uma insuficiência presente no interior do modo compreensão da realidade no pensamento antigo. Em outras palavras, é um modo de conhecer o mundo que foi desenvolvido pelos gregos para lidar com as limitações de outro paradigma.

⁴ Heidegger (1929) caracteriza metafísica como um modo de desvelamento do ser. A própria questão pelo nada é para ele uma questão metafísica, como buscaremos tornar mais claro em nosso texto.

Hoje, reconhecemos a ciência como o modo hegemônico mais rigoroso de investigação da realidade, contudo, nem sempre o pensamento ocidental conheceu o mundo via ciência. Antes das ciências autônomas operarem como forma última de rigor, a empreitada de conhecer a realidade cabia ao pensamento filosófico e, antes mesmo do pensamento filosófico, nas províncias gregas, o modo de conhecer e explicar o mundo dava-se pelo pensamento mítico.

O pensamento mítico pode ser brevemente caracterizado como um pensar que recorria a narrativas sobrenaturais no esforço de explicar a realidade, sendo estas tradicionalmente passadas pelas culturas, organizando a visão de mundo destas sociedades. Ordenavam assim o conhecimento sobre a realidade, a partir de histórias de caráter poético, nas quais noções como fidedignidade ou mensuração do real não configuravam no horizonte de justificativas para tais contos (Marcondes, 2007).

Sendo estas histórias pautadas principalmente no mistério e na inquestionabilidade de seu conteúdo, sem a necessidade de uma comprovação de sua veracidade, de acordo com os conformes do crescimento das Cidades-estados gregas, criou-se uma conjuntura onde se fazia necessário acolher, com maior confiabilidade, diversas versões da realidade. O dogmatismo tradicional de crenças míticas mostrava-se insuficiente para explicar e justificar diferentes interpretações da verdade, dado o grande fluxo de viajantes que se encontravam e assentavam-se nas regiões comerciais, onde pareciam conviver diferentes interesses político-mercantis. A necessidade de recursos discursivos, como a oratória e a valorização do discurso (*logos*) racional em detrimento do mítico (*mythos*), bem como a necessidade de justificar argumentos e mitos mostravam-se necessários e sugerem já mudanças no modo de pensar grego (Marcondes, 2007).

Neste momento, algumas escolas de pensamento gregas passam a adotar um caráter mais crítico em relação aos dogmas míticos, propondo diferentes modos de explicação da realidade que não recorressem ao sobrenatural e que pudessem ser explicados de outra forma. Dentre estas, estão as escolas jônicas, das quais podemos destacar os mobilistas, e escolas eleatas, das quais podemos destacar os monistas.

Platão (428-348 a.C.) e, posteriormente, Aristóteles (384-322 a.C.), herdeiros do pensamento de Sócrates (469-399 a.C.), considerado pai da filosofia, desenvolvem pensamentos na tentativa de dar conta da falta de unidade no trato da questão do ser. Nestes pensamentos, podemos identificar a influência dos pensadores pré-socráticos, Heráclito e Parmênides, nas clássicas noções de mundo sensível e mundo das ideias de Platão e nas noções de substância e acidente do sistema aristotélico.

As medidas propostas pelas escolas pré-socráticas sobre a realidade acabam sendo incorporadas pela Metafísica platônico-aristotélica. Nesta incorporação, a estaticidade da essência (substância) é favorecida em relação à mobilidade da aparência (acidente), embora ela não seja descartada. A aparência é mantida embora tida como imperfeita, pois perecível. A forma de assegurar a realidade e que permite maior controle sobre a realidade é ideal, habitando e conservando-se no âmbito suprassensível, metafísico (além do físico). Sendo assim, a aparência sempre será correlata à essência perfeita, ideal e eterna. Desta forma, a história da filosofia ocidental teria começado desde seu início a operar a partir de um dualismo, a separação dos âmbitos sensível e suprassensível.

Para Heidegger (1927), a história do pensamento metafísico confunde-se com a história de toda a filosofia ocidental até Friedrich Nietzsche (1844-1900), época em que

ocorreria o acabamento da filosofia, compreendida por Heidegger enquanto Metafísica. A história da filosofia, para o autor, diz respeito ao modo como a questão do ser foi proposta na história da filosofia ocidental (Duarte, 2010). Tal história favoreceu não apenas a permanência da divisão supracensível/censível, mas também o primado do âmbito supracensível sobre o censível, assim como, o primado do permanente sobre o móvel, da essência sobre o acidente, do teórico sobre prático, do absoluto sobre o devir, da certeza da representação sobre o estranhamento do não ser, operando paulatinas supressões sobre qualquer possibilidade de negatividade da verdade, ou seja, de abertura indeterminada de suas interpretações fora da idealidade da essência. Acerca disto:

“Sobre a base dos pontos-de-partida gregos da interpretação do ser construiu-se um dogma que não só declara supérflua a pergunta pelo sentido do ser, mas além disso sanciona sua omissão [...]” (Heidegger, [1927] 2012, p.34)

Por mais que o pensamento platônico-aristotélico tenha rompido com o dogmatismo mítico, a solução alcançada pela dualidade Metafísica encontraria em si uma insuficiência que teria permanecido sem solução até o final da modernidade. Tal insuficiência consiste na assunção de uma essência imutável, hipotética, que jamais pôde ser justificada, mas que toma lugar de fundamento da verdade durante boa parte da história do pensamento ocidental. Neste contexto, a pergunta pelo sentido de ser torna-se supérflua, pois estaria assim pretensiosamente resolvida.

Para Heidegger (1927), existe a falta de um questionamento do pensamento grego acerca das condições de possibilidade de tal essência. Esta falta de questionamento parece ter sido favorecida a partir de uma confusão entre ser e ente, tendo estes sido considerados uma coisa só pelos gregos e por toda a metafísica. Mas de que falamos quando falamos de ser e de ente? Podemos responder esta pergunta com o seguinte apontamento:

“Aquilo de que se pergunta na pergunta a ser elaborada é o ser, isto é, o que determina o ente como ente, aquilo em relação a que o ente, como quer que ele seja discutido, já é entendido cada vez. O ser do ente não “é” ele mesmo um ente.” (Heidegger, [1927] 2012, p.43)

Ser é o modo de manifestação de cada ente (aquilo que é) e que se dá a cada vez, nunca o ente em si, ele mesmo, mas seu modo de se mostrar a cada momento no tempo, ou seja, dentro de sua historicidade o ente se mostra no seu ser. Ainda sobre a confusão grega:

“A Metafísica antiga concebe o nada no sentido do não-ente, quer dizer, da matéria informe, que a si mesma não pode dar forma de um ente com caráter de figura, que, desta maneira, oferece um aspecto (eidos). Ente é a figura que se forma a si mesma, que enquanto tal se apresenta como imagem.” (Heidegger, [1929] 1969, p.40)

O que Heidegger busca colocar na passagem acima é exatamente a possibilidade negligenciada pela Metafísica antiga. Para os gregos, o ente, independente de sua manifestação, já possui uma significação e a ausência de ente é o nada. Para o pensador em questão: “o nada não permanece como o indeterminado oposto do ente, mas se desvela como pertencente ao ser do ente” (Heidegger, [1929] 1969, p.41). Em outras palavras, o ser é possível por haver uma indeterminação de significado em sua estrutura, elemento negligenciado pelos gregos na questão sobre o ser. Em suma, como já dito, ser e ente não são propriamente a mesma coisa, mas o ente se mostra através de seu ser, por não possuir uma significação a priori.

Esta história de esquecimento se prolonga. A filosofia medieval apropria-se da filosofia platônico-aristotélica, reinterpretando-a e usando-a para fundamentar o pensamento cristão. Neste pensamento, a modulação Metafísica encontra uma entidade, suprassensível, perfeita, imutável e criadora: a figura de Deus, sendo todos os entes criados interiores a sua essência, absoluta. Novamente aqui Heidegger aponta outra confusão:

“A dogmática cristã, pelo contrário, nega a verdade do enunciado: ex nihilo nihil fit e dá, com isto, uma significação modificada ao nada, que então passa a significar a absoluta ausência de ente fora de Deus: ex nihilo fit - ens creatum.” (Heidegger, [1929]1969, p.40).

Ao contrário do pensamento antigo, que dizia que do nada, nada vem, o pensamento medieval aponta que fora de Deus, nada existe. Neste momento, o pensamento ocidental passa a ser orientado pela moral cristã, que de certa forma corrompe o caráter crítico do pensamento platônico aristotélico, que diz respeito à necessidade de justificação dos argumentos, submetendo as influências platônico-aristotélicas a uma deidade absoluta e inquestionável e que, como veremos, continua não podendo ser justificada, dando espaço para outras modulações do ser na modernidade.

Na modernidade, o pensamento cristão já havia entrado em declínio. Se antes Deus era a medida de todos os entes, agora desde o renascimento ocorreria uma paulatina mudança de um teocentrismo para um antropocentrismo, do pensamento religioso para o pensamento científico. Desta forma, o homem, animal dotado de razão, passa a ser a medida de todas as coisas, passando a representar em sua mente os objetos do conhecimento, sendo este animal capaz de duvidar de si e explicar a natureza como o *animal rationale*. A representação na mente passa a ser o correlato essencial suprassensível da Metafísica, a verdade se mostra como representação dos objetos no intelecto do homem, agora, tido como sujeito da razão. É verdade também, que este movimento não se dá da noite para o dia: de René Descartes (1596-1650) a Emmanuel Kant (1724-1804), ainda há a necessidade de se supor uma presença divina, doadora de inteligência ao homem, que será alertada como morta apenas no pensamento de Nietzsche em meados do século XIX.

A partir deste momento, no século XIX, com a queda do prestígio dos valores da moral cristã e, portanto, de diretrizes absolutas e universais do conhecimento, estabelece-se a experiência do niilismo. Com o esvaziamento da ordenação social e existencial a partir dos absolutos tradicionalmente passados pela crença em dogmas suprassensíveis, a solução encontrada pelo homem moderno é a tentativa de controle de sua própria vida. Resta ao homem a tentativa de acúmulo e controle de seus objetos de conhecimento presentes, não mais no mundo suprassensível, mas no mundo sensível.

A ciência moderna, tida agora como única forma rigorosa para a obtenção do conhecimento, ocupando o lugar deixado pelo dogmatismo religioso, não consegue lidar com a indeterminação do nada e busca sua supressão através de esforços na direção de controlar, mensurar e dominar a natureza. Acontece uma troca do dogmatismo religioso para o dogmatismo científico. Agora, a palavra de ordem é a funcionalidade pragmática e prática das ciências que, autonomamente, estudarão e se especializarão em seus fenômenos de estudo a partir de modelos que permitem uma relação de previsibilidade, controle e interpretação supostamente puros de seus objetos.

Neste contexto, surgem então as diferentes ciências autônomas na tentativa de dar conta da explicação de diferentes áreas do conhecimento, operando a partir de diferentes ontologias, ou seja, de diversas explicações sobre suas realidades. É neste contexto de desenvolvimento do conhecimento que nasce também a psicologia, como ciência experimental dos comportamentos humanos fundamentada no positivismo e iluminismo.

O positivismo, corrente filosófica com profundo enraizamento na racionalidade humana, tendo como principal expoente Auguste Comte (1798-1857), coloca o positivo,

o científico, no topo de uma hierarquia do conhecimento, podendo estabelecer todas as leis que regem o homem e a natureza, sendo estas verdades, absolutas, pois científicas, racionais. Assim, o mundo, o homem e a sociedade podem ser explicados pelas leis observáveis pela ciência, cujo estado de ordem, de controle, neutralidade e imparcialidade, possibilitados pela técnica científica e seu conhecimento prático funcional, permitiriam o progresso da humanidade. A dicotomia sujeito-objeto permite com que as diferentes ciências se assentem em ontologias regionais, onde seus objetos de estudo, subsistentes, serão investigados a partir do método científico.

Para Heidegger, contudo, a ciência moderna é insuficiente para o acolhimento do ser dos entes, uma vez que não tem acesso a estrutura de significados que possibilitam a compreensão dos entes que investigam (Duarte, 2010).

“Somente se a ciência existe graças à Metafísica é ela capaz de conquistar sempre novamente sua tarefa essencial que não consiste primeiramente em recolher e ordenar conhecimentos, mas na descoberta de todo o espaço da verdade da natureza e da história, cuja realização sempre se deve renovar.” (Heidegger, [1929] 1969, p.42-43).

Novamente, então, a questão sobre as possibilidades e sobre o sentido de ser continuam inquestionadas pelas ciências:

“A ciência quisera abandonar, com um gesto sobranceiro, o nada. Agora, porém, se torna patente, na interrogação, que esta existência científica somente é possível se se suspende previamente dentro do nada. A aparente sobriedade e superioridade da ciência se transforma em ridículo, se não leva a sério o nada.” (Heidegger, [1929] 1969, p.42).

No âmbito do pensamento filosófico realismo e idealismo, correntes filosóficas emergentes no século XIX, mostram-se sem crédito e insuficientes para explicar e mensurar a realidade, colocando-se em uma difícil escolha frente à ciência, escolha entre tornar-se epistemologia ou em uma literatura, de mero saber genérico, sem qualquer possibilidade de dizer o que os objetos efetivamente são. Esta situação

dramática, para filosofia, desencadeia uma corrente de reações que culminarão com a essência do pensamento contemporâneo.. Dentre estas reações, está o pensamento do filósofo, hermeneuta e psicólogo alemão Wilhelm Dilthey (1833-1911) (Casanova, 2011).

Para Dilthey (1894), autor que terá forte influência no pensamento de Heidegger, as ciências naturais operam um esfacelamento entre fenômeno e vida, a partir de um seccionamento do fenômeno de seu horizonte de apresentação. Tal seccionamento é possível através de abstrações teóricas que visam explicar os fenômenos e fazem isto pela utilização de recursos, importados da matemática e da física, estudando os fenômenos a partir de modelos experimentais, que pretendem o grau mais elevado de exatidão e segurança a partir de uma obsessiva busca pelo controle de variáveis e de estabelecimentos de nexos causais.

“A psicologia explicativa, que tem atraído para si atualmente uma quantidade tão grande de trabalhos e interesses, apresenta um nexos causal que pretende tornar concebíveis todos os fenômenos da vida psíquica. Ela pretende explicar a constituição do mundo psíquico segundo seus componentes, forças e leis, exatamente como a física e a química explicam os componentes, as forças e as leis do mundo dos corpos” (Dilthey, [1894] 2011, p.23).

Sendo assim, a psicologia explicativa recorre ao uso dogmático de hipóteses sustentadas por um nexos causal para poder se sustentar, assegurando o estado de posse e de dominação dos fenômenos, tendo se formado largamente e equivocadamente com bases dada ao conhecimento da natureza. Desta forma, a psicologia explicativa concebe o homem como um homem natural, passível de controle, mensuração, sendo sua vivência subordinada a nexos causais. Casanova (2011) nos explicita ainda mais sobre a essência das ciências naturais:

“[...] as ciências naturais são essencialmente marcadas pela produção de uma cisão entre o fenômeno e a vida, entre o campo de investigação de seus

objetos e o nexó vital histórico, material e psíquico no qual esses objetos eles mesmos desde o princípio se encontram. Ciências naturais são decompositoras, destrutivas e esfaceladoras, em suma, elas trabalham por meio de um procedimento abstrativo, que traz consigo inevitavelmente uma desvificação dos conhecimentos.” (Casanova, 2011).

Dilthey (1894) propõe a noção de uma psicologia analítica e descritiva como contraponto à psicologia explicativa, uma psicologia então que buscasse não operar esta cisão primordial, entre o fenômeno e seu campo investigativo, que buscasse perpetuar em uma separação entre um sujeito encapsulado, que conhece um mundo, mas que é, incontornavelmente, já inserido neste mundo. Uma psicologia que respeitasse então o nexó vital fenomênico em detrimento dos modelos teórico explicativos.

Para o autor, as ciências humanas devem ser compreensivas e não explicativas. A psicologia gozaria aqui de um lugar privilegiado dentre as outras ciências, pois teria a possibilidade de se inserir nos acontecimentos dos fenômenos em sua trama vivencial, podendo assim deixar de recorrer a fundamentações hipotéticas distantes de seus campos, buscando fundamentar suas interpretações e conceitos nas vivências históricas.

Assim, Dilthey, na mesma obra, estabelece um contraponto entre psicologias explicativas, fundadas a partir de nexos causais e hipotéticos, que buscam uma explicação funcional e pragmática da psique, e a psicologia descritiva e analítica que buscaria, pelo contrário, estudar o fenômeno a partir de sua manifestação em seu mundo histórico. Enquanto descritiva e analítica, a psicologia deveria, portanto, adotar uma postura compreensiva, em detrimento de uma da postura explicativa. Tal posicionamento compreensivo seria justamente o que asseguraria à psicologia uma atitude atrelada ao nexó vital fenomênico das vivências. Os significados atribuídos a uma vivência estão incontornavelmente inseridos em uma visão de mundo de uma época, tal condição possibilita interpretações compreensivas dos atos de forma indutiva-

dedutiva, uma vez que todas as vivências seriam expressões desta visão de mundo. Dito de outro modo, o que possibilita a compreensibilidade de um interlocutor é o fato de compartilharmos de uma mesma visão de mundo, que herdamos. Desta forma, a interpretação não apenas se dá intersubjetivamente, mas também em um horizonte hermenêutico prévio, a visão de mundo, que é histórica.

Por fim, esta função compreensiva da psique, inserida nas visões de mundo, para Dilthey (1984), permitiria a superação do problema da subordinação da vivência a nexos causais pela possibilidade do processo hermenêutico dar-se via indução-dedução, garantidos por um nexos vital através das vivências como expressões epocais incontornavelmente comuns.

Podemos aqui realizar algumas considerações pertinentes acerca da história do ser e de uma paulatina transformação no modo de relacionamento do homem com sua própria existência. Vimos que, desde o início da filosofia grega, a humanidade passou por transformações no modo como conhece e lida com a realidade. O esquecimento da pergunta pelo sentido do ser possibilitou o controle sobre a existência das coisas, controle este que foi sendo paulatinamente assegurado pelas modulações Metafísicas, ao preço da supressão de uma indeterminação constitutiva do ser. No decorrer destas transformações, foi sempre ocorrendo um movimento de dominação compulsiva sobre o ser. Na modernidade, época em que a Metafísica se consuma, temos a emergência de um empreendimento mais agressivo do que nunca em termos de dominação e seccionamento desta mesma vida, empreendimento este que, justamente, é responsável pela normatização da vida humana e, portanto, de seus diferentes contextos, dentre eles a paternidade.

2.2 O surgimento da Fenomenologia

Como vimos, paulatinamente, as ciências autônomas vão mostrando-se insuficientes em suas explicações sobre a realidade, na medida em que começam a operar desconexamente dos campos de acontecimento dos fenômenos investigados, sendo suficientes apenas para determinados campos fenomênicos, mas totalmente superficiais com o trato da vida humana, que passa a ser considerada fora de seu âmbito de manifestação, passando a ser objeto de fortes generalizações e planificações de suas experiências. É neste mesmo contexto crítico que há o solo de outro pensar reativo à situação da filosofia, este pensar não é outro senão o pensamento fenomenológico.

A fenomenologia, enquanto corrente de pensamento, é fundada por Edmund Husserl (1859-1938), embora o termo já houvesse sido utilizado pelo matemático Johann Friedrich Lambert (1728-1777), no século XVIII, para caracterizar as “ciências das aparências”, por Kant como a ciência preparatória para a compreensão da Metafísica, por Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831) em sua Fenomenologia do espírito e até pelo próprio Franz Brentano (1838-1917), mestre de Husserl, e em quem o dito pai da fenomenologia se inspira na utilização do conceito de consciência como intencionalidade (Marcondes, 2007; Dartigues, 2008).

Como ressalta Chauí (1996), Husserl, enquanto matemático, percebe a cegueira com que as ciências modernas operam em seus campos de investigação. Ele vê nas ciências a impossibilidade de se alcançar a apoditicidade da verdade, ou seja, sua demonstrabilidade, seu delineamento, sem antes estas recorrerem à idealidade lógica a partir de conceitos representativos ideais. Percebendo tal insuficiência das explicações das ciências autônomas, restritas as limitações do fundamento representativo de suas ontologias regionais, Husserl identifica a tendência, dando particular atenção para a

psicologia, da naturalização da relação entre sujeito e objeto. Este movimento reduz o comportamento a uma descrição do sujeito na atividade de conhecer o objeto, comportamento possibilitado por um aparelho fisiológico natural, passível de controle e previsibilidade a partir de teorias explicativas, fundadas em conceitos hipotéticos.

Como afirma Casanova (2009), Husserl tinha uma preocupação fundamentalmente epistemológica, ocupando-se com o desenvolvimento de um método que se propunha resgatar o rigor científico decadente e imerso em interpretações prévias dos fenômenos que tendiam a anular suas particularidades. Acerca disto:

“Imersos em uma relação natural com o mundo de objetos, nossas vivências padecem de uma falta primordial de evidência oriunda de uma indistinção quanto às relações intencionais e por uma mistura dos campos de constituição dessas relações imanentes entre a consciência e seus objetos.” (Casanova, 2009, p.43).

Desta forma, fenomenologia, para Husserl, é fenomenologia descritiva das relações imanentes da consciência pura, ou seja, dos atos do pensamento, com os seus campos de objetos (Casanova, 2009). O autor busca, assim, o rompimento com a atitude natural a partir do estabelecimento da suspensão dos pressupostos teóricos fundamentados pelas ontologias regionais, sendo a atitude natural uma atitude ingênua e irrefletida da vivência cotidiana (Chauí, 1996).

“Para que se alcance a intencionalidade, portanto, é preciso antes de mais nada suspender o modo de ligação imediato com os objetos no interior do mundo empírico, descobrindo na própria consciência a sua ligação necessária com os objetos.” (Casanova, 2009, p.43.).

Assim, para Husserl (1901), os atos intencionais, devem se dar na suspensão de qualquer fundamento teórico atravessado pela relação de correspondência entre uma aparência e sua essência ideal, representativa apriorística. Tal atitude, sistematizada por Husserl, ficou conhecida como a famosa redução fenomenológica ou pelo termo grego,

epoché. Dito de outro modo, a atitude fenomenológica husserliana propõe a suspensão dos saberes prévios que temos na lida com os fenômenos, a fim de buscarmos abarcar sua manifestação mesma e singular. A fenomenologia husserliana procura privilegiar o movimento transcendental da consciência, em detrimento de sua idealidade prévia que já traz um preenchimento significativo atemporal do fenômeno. Em outras palavras, o autor propõe a volta às coisas mesmas a partir do rompimento com a atitude natural e com a proposição de uma descrição do movimento intencional da consciência humana, que é preenchida a partir das significações que acontecem, a cada vez, nestes atos.

Heidegger deve à Husserl sua conquista de um lugar ao sol como fenomenólogo. Apesar disto, opera em seu pensar uma cisão com o pensamento de seu antigo mestre, separação esta que toma lugar em *Ser e Tempo* (Casanova, 2009; Safranski, 2006). É importante ressaltar que isto se dá no momento inicial do pensamento de Husserl, e acontece por Heidegger compreender que seu mestre, nesta época, ainda continuava a operar com demasiada influência da dicotomia sujeito-objeto, carecendo de um método que o permitisse redimensionar a intencionalidade para um campo previamente sedimentado de significações. Segundo Casanova (2009), podemos dizer que o aluno, Heidegger, considera que ainda há uma ingenuidade hermenêutica no método husserliano, que já contava com o despontar de nomes da tradição hermenêutica como Dilthey e Friedrich Schleiermacher (1768-1834). A ingenuidade está em Husserl não considerar a estrutura hermenêutica da tradição que já está sempre como pano de fundo dos atos intencionais.

O projeto de uma ontologia fundamental, presente em *Ser e Tempo*, redimensiona a redução fenomenológica husserliana a favor de um método mais rigoroso e que contemplasse as condições originárias da verdade, buscando uma

compreensão que não apenas olhe para a imediatez dos fenômenos que se apresentam através da *epoché*, buscando a essencialidade de cada ato, mas também, adicionando elementos da hermenêutica diltheyana como fundamental ao método fenomenológico. Assim, a hermenêutica heideggeriana realizará em *Ser e Tempo* um trabalho incessante de retorno à estrutura hermenêutica conjuntural que possibilita os sentidos de ser.

2.3 O projeto de Ser e Tempo

Ser e Tempo é considerada a obra mais importante do período inicial do pensamento de Heidegger, sendo também a obra pela qual o filósofo alemão passa a ser reconhecido não mais como um grande intérprete da tradição filosófica, mas como grande pensador de seu tempo (SAFRANSKI, 2007; CASANOVA, 2009).

Encontramos, na obra, o projeto de uma ontologia fundamental que tem como fio condutor a pergunta pelo sentido de ser. Para poder pensar tal sentido, Heidegger considera importante estruturar, a partir de uma ontologia fundamental, as condições de possibilidade da pergunta pelo sentido de ser. Com este objetivo, empreende em *Ser e Tempo* um caminho que pode ser dividido em três subprojetos que se harmonizam e não podem ser vistos separadamente: destruição da história da ontologia, hermenêutica da facticidade e analítica do *Dasein* (Casanova, 2009).

Falávamos há pouco sobre a inserção do elemento hermenêutico diltheyano no pensamento de Heidegger. Este ser que se vela e desvela ao qual nos referíamos na imagem anterior se dá em uma estrutura de significações previamente sedimentadas, em uma determinada tradição. Em *Ser e Tempo*, os conceitos diltheyanos *ônticos* de *visão*

de mundo e compreensão deixam de ser conceitos *ônticos*, ou seja, relativos apenas à vivência específica e a experiência, mas ganham estatuto ontológico fundamental, isto é, passam a ser condições de possibilidade de toda e qualquer experiência humana. *Mundo e compreensão*, para Heidegger, são estruturas existenciais, sendo a *compreensão* o modo mesmo como o homem conhece e rearticula significados de um *mundo*, que sempre já se compreendeu e no qual ele sempre se encontra lançado. Ainda, a *compreensão* sempre é co-originária à *disposição afetiva*⁵, também constitutiva da existência, sendo ambas articuladas, ontologicamente no *discurso*⁶.

Como condição fundamental para o conhecimento do sentido do ser, Heidegger considera necessário reinserir os fenômenos em seu contexto temporal. Nesta reinserção, o autor, seguindo a esteira do pensamento husserliano, precisou adotar um caminho que rompesse com meras teorizações e abstrações sobre o sentido do ser, possibilitadas pela separação ontológica de sujeito e objeto. O caráter de seu filosofar se dá na impossibilidade da separação entre teoria e prática, rompendo com o primado teórico das substâncias (essências) sobre os acidentes (aparições),

No *mundo* que é o nosso, dominado pela hegemonia na crença das ciências naturais, Heidegger (1927) considera necessária uma destruição (*Destruktion*) da história da ontologia que, desde a aurora grega do pensamento, esqueceu de colocar devidamente a pergunta pelo sentido de ser. Este é um projeto que não tem o caráter de aniquilação ou negação desta história, mas antes, de seu redimensionamento, a partir da consideração da busca do campo histórico originário em que um fenômeno está inserido

⁵ Nos ocuparemos mais adiante do esclarecimento de tal conceito.

⁶ Idem.

e que possibilita a compreensão de seu sentido, sem seccionar sua manifestação, mas que requer antes a descalcificação dos significados que atribuímos aos fenômenos de forma cotidiana e impensada, o que permitiria a nós, retomarmos um modo de relação com os entes há muito tempo esquecida.

O caminho para esta destruição não poderia se dar em um âmbito meramente abstrato, mas precisa ganhar vida, sendo demonstrável fenomenicamente na vida do homem. Acerca disto:

“Heidegger se atém originariamente à necessidade de enraizar o movimento mesmo do conhecimento na vida singular daquele que conhece. Facticidade é neste contexto um termo para designar uma tal articulação entre conhecimento, verdade e vida singular daquele que conhece”. (Casanova, 2009, p.22).

Dito de outro modo, destruição da história da ontologia e hermenêutica da facticidade são projetos que se articulam na tentativa de *re-mundanzar* o campo semântico em que cada ente, e cada ciência autônoma está inserida, através da investigação da vida fática daquele que conhece compreensivamente.

Este ente que chamamos de homem é, para Heidegger (1927), o lugar onde se dá o discurso e a compreensão. O homem é o ente que o autor identifica, constitutivamente, pelo termo alemão *Dasein*. Em tradução literal, *ser-aí*, ou ainda na recomendação heideggeriana da tradução do termo para a língua francesa, *ser-o-aí* (*être-le-la*). Sendo o “aí” o âmbito onde acontece a manifestação do ser, em uma compreensão discursiva, *Dasein* é o ente que, em sua constituição, em sua essência, é ausência de essência, no sentido Metafísico. É um ente constitutivamente hermenêutico, fadado à transitoriedade do sentido e significados dos entes e de sua existência. O *Dasein* existe no seu *mundo* e, é o seu *mundo*, ele já sempre herda, de diferentes formas, todas as interpretações possíveis constituídas pela tradição de sua época. O *mundo*

constitui o horizonte hermenêutico, já compreendido, sob o qual já sempre significou os entes, sobre o qual o ser se mostra sempre em uma trama de significados, neste sentido a expressão *Dasein* equivale a *ser-no-mundo*.

Para Heidegger, ser, não é um fundamento atemporal, tal como compreendido pela tradição Metafísica. Há antes a impossibilidade de haver fundamentos absolutos, uma vez que a mostraçã dos fenômenos, ou seja, o significado que efetivamente está vigente em sua manifestação está sempre condicionado ao tempo do *Dasein*. Ser se dá sempre em sua diferença, diferença em relação a outros momentos de manifestação de um ente ao *Dasein*. Ou seja, toda e qualquer definição positiva feita acerca do ser, em algum momento caduca, pois o ser está condicionado a sua aparição no tempo e a sua estrutura significativa. Dito de forma mais simples, tudo o que se mostra para nós (o ser dos entes) se mostra sempre em uma interpretação, dada no ato de seu desvelamento⁷. Ser é tempo.

O ser se dá no tempo, o homem é então um ente temporal, que precisa da presença de um sentido, no tempo, para conseguir ser. Não possuindo uma significação a priori, o sentido de ser nunca possui uma estabilidade total, sendo sempre mutável. Sobre isso, Heidegger afirma em *Ser e Tempo*: “Diz-se: “ser” é o conceito mais universal e o mais vazio e, como tal, resiste a toda tentativa de definição.” (Heidegger, 1927/2012, p.33) e também: “Ser é cada vez o ser de um ente”. (Heidegger, 1927/2012, p.51).

⁷ Demonstraremos o caráter de desvelamento do ser a partir de uma imagem.

Podemos recorrer ao uso de uma imagem como forma de ilustrar o caráter do que Heidegger (1927) chama de diferença ontológica: Imaginemo-nos à beira do mar, na divisa entre a água e solo arenoso. No local aonde ondas chegam rasteiras e escorrem retornando ao mar, sendo neste movimento absorvidas pela areia. O ato de cavar um buraco com as mãos nesta areia nos permite constatar com facilidade que, inicialmente, haverá água neste buraco. Contudo, no instante seguinte, a água terá desaparecido, fugindo de nossa vista e alcance, tendo sido absorvida pela areia. Ao cavarmos novamente um buraco próximo ao que havíamos previamente cavado, o processo se repetirá. Esta imagem que nos demonstra o caráter fugidio e efêmero deste movimento de impermanência da água no buraco que cavamos, demonstra uma impotência nossa de controlar a manifestação do ser. A cada momento, a cada ato de cavar, o ser se mostra, se desvela para o homem e, novamente, se esconde à vista, fugindo ao nosso controle, velando-se novamente. Este é o movimento de desvelamento da verdade que Heidegger denomina pela interpretação grega *Aletheia*. A verdade em seu ser se desoculta, se desvela, ao homem, mas jamais está lá, passível de ser alcançada de forma impermanente, pois sua estadia é momentânea para logo se ocultar novamente. O sentido de ser para o homem se dá, portanto, em um jogo estrutural de sua existência, entre desvelamento e velamento. Entre ser e não ser. Entre o que foi, o que está sendo e o que será.

Nos aproveitando de nossa imagem, como fica nesta situação a ciência moderna em relação ao devir e a verdade? O cientificismo mostra-se como uma tentativa de controlar a permanência da água, ou seja, de cristalizar o seu ser. Suspendamos, por um momento, as significações tradicionais que permitem que chamemos este ente, a água que encontramos no buraco que cavamos, de água. Para a ciência moderna, os objetos,

em si, se mostram para a razão do sujeito, e são representados na consciência. Qual a representação química deste ente? Segundo a ontologia da química, a água consiste de duas moléculas de hidrogênio ligadas a uma de oxigênio (H₂O). Temos assim uma construção lógico ideal que nos dá uma interpretação do que é a água. Contudo, a representação química de água não é sua apresentação, não é a manifestação do ente que vimos, mas a criação de um conceito, dentro de uma ciência autônoma, a química, que possibilita controlar e objetificar a manifestação deste ente que chamamos de água. Em outras palavras, representar de forma derivativa sua verdade. Esta atitude nos permitiu muitas conquistas e nos serviu bem para maior controle da natureza, mas parece ter se tornado problemática no reconhecimento de seus limites, desacreditando na não permanência do ser dos entes e suprimindo o caráter móbil do ser, recorrendo sempre a pontos de vista prévios e distantes da manifestação do fenômeno que acabam por encobrir sua manifestação singular.

Sendo uma indeterminação de significados a priori, o homem é constitutivamente responsável pela *curadoria* de seu enredo significativo, do seu *mundo*, do seu ser. Esta condição é caracterizada por Heidegger (1927) como *cuidado* ou *cura* (*Sorge*). *Dasein* se lança no *mundo* em um movimento de existência, um movimento ek-stático compreensivo. Ek-stático, deriva do grego *ekstasis*, sendo um movimento de projeção existencial, que se dá a partir do *mundo*. A existência, então, se dá enquanto cuidado, que cotidianamente se mostra como um constante *projeto*, um constante movimento de lançamento existencial em que ocorre o velamento e desvelamento do ser.

“O nada não é nem um objeto, nem um ente. O nada não acontece nem para si mesmo, nem ao lado do ente ao qual, por assim dizer aderiria. O nada é a possibilitação da revelação do ente enquanto tal para o ser-aí humano. O nada

não é um conceito oposto ao ente, mas pertence originariamente à essência mesma (do ser). No ser do ente acontece o nadificar do nada.” (Heidegger, [1929] 1969, p.35).

Por sermos constitutivamente indeterminados, perdemos este caráter de total indeterminação uma vez lançados no *mundo*. Esta indeterminação constitutiva também nos torna livres para questionarmos pelo sentido de ser, nos dá a condição de nos lançarmos no *mundo* enquanto possibilidade existencial, enquanto *poder-ser*. Não nos mostramos, porém, jamais, como nada, mas sempre de algum modo.

O sentido é aquilo em que se assenta a compreensibilidade do *mundo* (Heidegger, 1927). Mas como se deu uma determinada sedimentação de mundo? Tal sedimentação se dá na história do *Dasein*, que foi paulatinamente sedimentada. O *projeto* de cada pessoa será particular, mas dentro de um horizonte semântico universal em que todo *Dasein* cotidianamente, em seu estar lançado, dejectado ao mundo, encontra-se na queda (*Verfallen*), decaído, orientado previamente em suas significações.

“O ser do *Dasein* é preocupação. Esta abrange em si facticidade (dejecção), existência (projeto) e decair. Sendo, o *Dasein* é uma existência dejectada, não foi por si mesmo que veio até o seu “*ai*”. Sendo, ele é determinado como um poder-ser que pertence a si mesmo e, no entanto, não se deu ele mesmo a posse de si. Existindo, ele nunca retrocede para alguém de sua dejecção, de maneira que só pode pôr-em-liberdade cada vez propriamente a partir de seu ser-si-mesmo e conduzir ao “*ai*” “o que ele é e tem de ser”. Mas a dejecção não reside atrás dele como um acontecimento que de fato ocorreu e dele se desprende novamente, ocorrendo, pois, ao mesmo tempo que ele, mas - enquanto é- o *Dasein*, como preocupação, é constantemente o seu “*quê*”, somente sendo como esse ente ao qual foi entregue o poder existir unicamente como ente que ele é, existindo o fundamento do seu poder-ser. Embora não tenha posto ele mesmo o fundamento, ele repousa em seu peso que o estado-de-ânimo lhe manifesta como um fardo.” (Heidegger, [1927] 2012, p 779).

Tal movimento acontece na reunião das três êxtases temporais: passado, presente e futuro, que não são vistas aqui como momentos separados da dinâmica existencial, em uma métrica cronológica e linear, mas o *Dasein* sempre se encontra (presente) já lançado em algo que aconteceu (passado), livre para se projetar em suas

possibilidades existenciais (futuro). Sendo assim, o tempo, como ocasião da mostraçã do ser dos entes, é, originariamente, sempre tempo existencial, tempo vivido, o tempo *Kairós* como colocado pelos gregos.

Na cotidianidade, o *Dasein* se ocupa (*Besorge*) com os entes intramundanos. Os entes intramundanos, como a cadeira, o berço, a mamadeira ou a cama não são entes livres para o cuidado do sentido, estando sempre em uma remissão significativa no *mundo*, relacionados a alguém, à mão para o uso, para uma determinada serventia. Ao *Dasein*, contudo, o sentido está sempre em jogo, o que configura uma forma qualitativamente diferente de relação entre *Dasein* e outro *Dasein*, caracterizada por Heidegger (1927) como *preocupação* (*Fürsorge*). Os entes intramundanos estão já sempre relacionados a outros *Dasein*. Assim instaura-se a condição de ser-com (*Mitsein*). Já sempre nos preocupamos, estabelecemos uma relação de solicitude com os outros, estando o sentido de cada *Dasein* em obra, mesmo na ausência, física, ou no isolamento geográfico, a existência de outros *Dasein* sempre já participa da minha, já que os entes intramundanos estão, de forma incontornável, em uma rede significativa que me remete a outro *Dasein*, cujo ser está sempre em jogo. Por exemplo, para o pai que viaja trabalhando e guarda consigo uma foto de sua família, ou que encontra um brinquedo esquecido no carro, o ser de tais entes trás à presença sua família, suas crianças e sua vida com, fazendo com que reflita sobre o que estaria acontecendo com cada um naquele momento e participando de seu modo de existir, evocando disposições afetivas e transformando seu horizonte existencial.

No movimento projetivo do cuidado, seja na ocupação ou na preocupação, as possibilidades do lançar-se não se dão sempre em uma disposição afetiva na qual sempre já nos encontramos. Esta disposição, onticamente traduzida pelo humor, é o tom

no qual os ser dos entes se desvela a nós. Dentre estas disposições Heidegger dá prioridade as disposições do tédio e da *angústia*. Vamos nos deter, neste momento, na disposição da angústia por ser trabalhada em Ser e Tempo.

Influenciado pelo filósofo existencialista dinamarquês Soren Kierkegaard (1813-1855), Heidegger pensa a *angústia* como disposição afetiva, de caráter ontológico, que revela ao *Dasein* o caráter de totalidade em fuga de seu ser, ou seja, como ente que tem seu ser sempre colocado em jogo e sempre impermanente e indeterminado. Na experiência da *angústia* heideggeriana, o *Dasein* é confrontado com sua nadaidade (Casanova 2009; Feijoo 2011). Na *angústia* o *Dasein* é confrontado com sua negatividade. Isto não significa que, quando na angústia, o homem seja interrompido em seu movimento existencial. A *angústia* possibilita o abandono de determinado modo cotidiano de lançar-se na existência, sendo este um momento de crise existencial, quando, é possível ao *Dasein* resolver-se em seu projeto de modo mais esclarecido com sua história com o caminho que vêm trilhando. A angústia é que possibilita uma rearticulação das possibilidades fáticas do homem em sua abertura. *Dasein* se mostra como um ente transcendente, como o ente que ultrapassa sua existência a cada vez. Heidegger explicita tal movimento em outra passagem:

“Ser-aí quer dizer: estar suspenso dentro do nada. Suspendendo-se dentro do nada o ser-aí já sempre está além do ente em sua totalidade. Êste estar além do ente designamos a transcendência. Se o ser-aí, nas raízes de sua essência não exercesse o ato de transcender, e isto expressamos agora dizendo: se o ser-aí não estivesse suspenso previamente dentro do nada, êle jamais poderia entrar em relação com o ente e, portanto, também não consigo mesmo.” (Heidegger, [1929]1969, p.35).

Isto não significa que somos seres cotidianamente angustiados ou que habitemos na *angústia*, sempre conscientes de nossa negatividade constitutiva, pelo contrário, de início e, na maioria das vezes, vivemos absorvidos juntos aos entes no âmbito do

impessoal (Das-man). Desta forma, as significações do mundo são compartilhadas entre os homens. Ocupamo-nos com eles de acordo com a lida estabelecida previamente por redes estruturais significativas.

“A tradição erradica do Dasein tão amplamente sua historicidade que ele já se move somente no interesse pela multiplicidade de possíveis tipos, correntes e pontos-de-vista do filosofar, em culturas as mais distantes e as mais estranhas e, com esse interesse, procura encobrir sua falta de solo próprio. Do que se segue que o Dasein, em todo interesse pelo conhecimento-histórico e todo zelo por uma interpretação filologicamente “objetiva”, já não entende as condições elementares que possibilitam unicamente um retorno positivo ao passado, no sentido de sua apropriação produtiva.” (Heidegger, [1927] 2012, p.85)

Falamos acerca da disposição fundamental da *angústia* e que ela se abre como disposição que viabiliza o resgate da historicidade do *Dasein*. Mas como isso ocorre? Heidegger estabelece outra característica existencial fundamental que evoca esta disposição. *Dasein* compreende sua finitude, sua possibilidade de não mais ser. Tal condição denominada por Heidegger (1927), de *ser-para-a-morte*, instaura na dinâmica existencial um peso sobre as escolhas tomadas pelo *Dasein*. Na *angústia*, é possível ao *Dasein*, que tem sua história colocada em jogo, apropriar-se de si ou não. Responsabilizar-se de forma mais autêntica por sua condição ou permanecer como um existente que apenas reproduz os significados colocados previamente pela tradição, alienando-se de uma possibilidade mais autêntica na construção de seu *projeto* existencial. Desta forma, o modo de manifestação do homem ocorre em infinitas modulações acerca de um modo mais *autêntico* ou *inautêntico* de *ser-no-mundo*.

Pensando no âmbito de nossa pesquisa, sabemos cotidianamente que os pais precisam se preocupar com o bebê. Fraldas precisam ser trocadas, mamadeiras esterilizadas, a criança atendida em suas demandas. Nossas famílias e os especialistas nos colocam expectativas de que ajamos de certa forma com nossas crianças. Pessoas

esperam determinados modos de ser de nós, precisamos cuidar de condições materiais para nossas crias. Estas estruturas significativas sedimentadas em nossa tradição, no interjogo com os outros, não dão conta de nossa existência, mas antes são nosso destino a cada vez em jogo. Somos constitutivamente livres para relativizá-las, para constituir um projeto existencial e articular mudanças pontuais em nosso campo hermenêutico. O que a disposição fundamental da *angústia* possibilita é um desvelamento do ser dos entes em sua totalidade em fuga. Estes instantes possibilitam vislumbres de nosso ser em sua totalidade significativa que encontra-se, de início e na maior parte das vezes, velados.

Nosso *mundo*, contudo, favorece cada vez menos estes momentos de vislumbre do ente em sua totalidade em fuga. Em uma dinâmica violenta de maquinação e dominação dos entes, somos colocados em uma dinâmica onde há a ditadura da ocupação. Uma ditadura do impessoal. Esta época é o fundamento mesmo e, portanto, medida de todos os comportamentos humanos em geral. Não significa que não sejam possíveis momentos de tensão com esta maquinação, mas sim que estes momentos se tornem cada vez mais raros, o que torna nossa condição indigente, sempre em débito com a construção do sentido, cada vez menos suportável. É a partir de um redimensionamento de seu pensamento que Heidegger vai iniciar um diagnóstico ontológico da modernidade.

2.4 Inversão de Ser e Tempo para Tempo e Ser

“Em uma obra filosófica, temos constantemente um jogo de mesmo e outro, a permanência de certos elementos muitas vezes difíceis de serem fixados explicitamente, juntamente com a transformação dos contextos de tratamento dos problemas (...) para poder se inserir no horizonte mesmo de consideração dos problemas filosóficos, cada pensador precisa inicialmente redimensionar a própria origem do pensamento” (Casanova, 2009, p. 12).

Pudemos acompanhar até aqui o desenvolvimento de uma história pela pergunta acerca do sentido de ser formulada por Heidegger. O ponto de partida para toda e qualquer compreensão acerca deste sentido voltou-se para a preocupação em explicitar o modo como seria possível uma rearticulação do sentido de ser na vida fática a partir da experimentação de uma crise existencial vivida pelo *Dasein*, possibilitada, em Ser e Tempo, pela disposição afetiva fundamental da *angústia*.

Ao decorrer de seu pensamento, contudo, Heidegger se dará conta de que o projeto de Ser e Tempo contém desde o início de seu desenvolvimento uma aporia que torna insustentável a continuidade do projeto, que é abandonado, a partir do pressuposto basilar sob a qual a obra se fundamenta: a hipótese de que cabe ao *Dasein*, nos seus processos de singularização, a tarefa de rearticulação da temporalidade mundana e com isso a ressignificação do *mundo*. É possível, ao *Dasein* singular, rearticular algumas possibilidades fáticas, o que lhe permite se lançar de um modo mais livre e transparente de ser no *mundo* que é o seu e, com isso, inaugurar novas possibilidades compreensivas em um movimento de tensão com a tradição que habita. Por outro lado, atribuir a esta possibilidade de processos de singularização a tarefa da rearticulação de todos os sentidos do *mundo*, é algo que levaria a uma sobrecarga muito grande do papel do *Dasein* na articulação desta totalidade significativa (Casanova 2009).

Na tentativa de superar este problema, Heidegger precisou redimensionar o papel do *Dasein*, abandonando sua investigação a partir da analítica existencial, e ocupando-se de uma investigação histórica do ser a partir da noção de *acontecimento apropriador* (*Ereignis*). É isso que o autor procura fazer em sua obra, de publicação póstuma, “Contribuições à Filosofia: do Acontecimento Apropriador”, escrita em 1935 e traduzida em 2015 para o português. Heidegger passa, a partir deste período,

denominado *viragem* (*Kehre*), a se referir ao termo ser (*Sein*) com o termo arcaico alemão (*Seyn*). Em português há duas opções mais conhecidas de tradução para o termo *Seyn*. A primeira é *seer*, e a segunda é *Ser*. Neste trabalho, optamos pelo termo *seer*, uma vez que esta é também a grafia arcaica no português para o termo ser. Tal mudança não é meramente estética ou plástica, mas é feita na busca de um termo que dê conta da proposição de outro significado. Se, em *Ser e Tempo*, o caminho pela elucidação pelo sentido do ser dava-se a partir da investigação do sentindo que *Dasein* doava ao ser, agora o termo *seer* se relaciona com a verdade do *seer* que é fundada em cada época pelo *Ereignis*.

Ereignis é um termo que deve ser compreendido como medida da fundação do aí, como medida de fundação do *seer*. Em outras palavras, *Ereignis* é um conceito que consiste na medida do desvelamento de qualquer fenômeno em sua verdade histórica. Se antes o *Dasein* era autônomo e responsável pela plasticidade hermenêutica do mundo, sendo o lugar onde se dava a *clareira da existência*, Heidegger percebe agora que a própria história é que possui autonomia em relação ao *Dasein* e, além disso, determina todas e qualquer possíveis significações de *seer*, sendo esta a *clareira da existência*. Deste modo, mais originária do que a temporalidade do *Dasein*, é a *temporalitat* a temporaneidade, ou seja, a temporalidade de sua época. Assim, o lugar vigente da verdade (*Aletheia*) se desloca do *Dasein* como lócus de seu acontecimento originário, para a época. A verdade é, portanto, histórica, sendo destinada ao *Dasein*, pelo *Ereignis*.

Vimos que a analítica existencial de *Ser e Tempo* buscava a reinserção hermenêutica do fenômeno a partir de sua inserção no nexos vital do mundo de cada *Dasein*. O que Heidegger busca agora na noção de *Ereignis* é vitaminar o nexos historial

como âmbito hermenêutico onde se dá a essência da verdade. Em outras palavras, a suspensão da atitude natural aqui ganha um amadurecimento em relação ao proposto em Ser e Tempo. *Ereignis* é a medida que essência, que determina historicamente, todos os acontecimentos possíveis de uma época. Atentamos aqui para a diferenciação entre o termo essenciar e essencializar. O primeiro diz respeito ao modo como a medida histórica desvela a essência do fundamento de todas as significações em determinada época histórica. O segundo refere-se à cisão Metafísica a qual já nos detivemos anteriormente, subordinando a verdade a uma essência estática e imutável.

História (Geschichte) é um termo caro que precisamos esclarecer com o devido cuidado, pois, além de se mostrar de forma complexa e distinta em diferentes momentos da obra de Heidegger, é essencial para a compreensão do pensamento que nos propomos introduzir. Casanova (2012) aponta uma primeira caracterização negativa do termo:

“História não é o âmbito de realização de um conjunto específico de eventos do passado que traz consigo transformações da vida e da cultura humanas causadas como mecanicamente no tempo concebido como algo por si subsistente. Em outras palavras, não é o encadeamento cronológico de acontecimentos que a partir de um trato lógico causal nos explicam o rumo da história humana.” (Casanova, 2012, p.187).

Ou seja, Heidegger rompe com as definições tradicionais correntes de história. Não nos referimos aqui a um termo que possa se confundir com historiografia ou uma totalidade de fatos que mecânica ou causalmente nos trouxe a um determinado estado de coisas. Heidegger considera, na década de 1930, os renascimentos historiográficos equívocos históricos que objetivam a história, sendo cegos a verdade do *seer* que se abria a cada época. Em seguida, Casanova (2012) com uma possível uma definição positiva do termo:

“Ele a compreende muito mais como horizonte de constituição de certos acontecimentos, intrinsecamente articulados, com possibilidades

fundamentais retidas naquilo que um dia se deu de modo tão essencial que nunca chegou efetivamente a se perder no passado e que sempre continua viabilizado a cada vez no instante uma decisão quanto ao modo de ser daquilo que está por vir.” (Casanova, 2012, p.187-188).

No acontecimento do *seer historial*⁸, encontramos uma destinação, que tem importância e continua se repetindo na vida do *Dasein*, o acontecimento *historial* inaugura modos de ser. Então, todos os acontecimentos estão, circularmente, direcionados para esta medida *histórica* originária, ou seja, tal medida encontra-se no centro dos acontecimentos. É possível dizer que há uma radicalização ainda maior da circularidade hermenêutica neste período. Nas palavras de Heidegger (1953):

“A história não é um mero objeto da historiografia nem somente o exercício da atividade humana. A ação humana só se torna histórica quando enviada por um destino. E somente o que já se destinou a uma representação objetivante torna acessível, como objeto, o histórico da historiografia, isto é, uma ciência. É daí que provém a confusão corrente entre o histórico e o historiográfico.” (Heidegger, [1953] 2002, p.27).

Heidegger sabia desde a tradição hermenêutica diltheyana, que o conhecimento não se dava em uma tábula rasa. Na época do abandono do projeto de Ser e Tempo, parece ter se dado conta que esta tradição possuía mais força que o movimento ekstático do *Dasein* nas determinações históricas. Desta forma, podemos compreender que os fenômenos são sempre e incontornavelmente históricos. Pensar de modo hermenêutico-fenomenológico a paternidade é pensar que, além do fenômeno estar inserido em uma vida fenomênica, na facticidade do *Dasein*, é um fenômeno condicionado historicamente pela medida de sua época. Pode parecer que estamos falando uma obviedade, contudo, como veremos em nosso último capítulo, cotidianamente nossa tradição não trata os entes em sua *verdade historial*, mas sim, de modo sedimentado.

⁸ Usamos o neologismo *historial* como forma de diferenciar da compreensão historiográfica de história.

2.5 Técnica como destino contemporâneo

Falar de técnica, deste destinamento histórico, exige que nos debrucemos no aí histórico contemporâneo. Por conseguinte, exige que possamos compreender a temporaneidade de nossa época. Toda época nos lança determinada conjuntura de interpretações que possibilitam a construção de nosso *projeto*. Na era da técnica, contudo, nossa *temporaneidade* tende a tornar nossas vivências cada vez mais absorvidas, cada vez mais planificadas, cada vez mais distantes de um sentido autêntico e livre de ser (Casanova, 2006). Assim, é uma época que favorece cada vez menos autonomia para lidarmos com nossa existência, com a decisão de um projeto de vida, alienando-nos de nossa história.

Heidegger (1953) classifica essa era como a era da noite do mundo, época em que houve a fuga dos deuses, ou seja, época do vazio de sentido onde habitamos uma escuridão em que a única saída possível foi interpretar o ser dos entes como ente em si. Este escuro do mundo possibilita que o esquecimento do ser se dê em sua modulação mais (des)enraizada e profunda, encobrindo e mostrando-se mais intolerante à negatividade da verdade. A configuração hermenêutica deste mundo visa dominar o ente, rearranjando sua mostração em interpretações que lhe pareçam preferíveis, em representações controláveis e produzíveis.

Técnica pode ser compreendida como o é o resultado de uma tentativa de saída de um niilismo existencial, época que escancarou a condição indigente, negativa, do homem, culminando nesta saída que podemos chamar de consumação da modernidade. Se quisermos, podemos colocar a técnica, como saída possível de uma insuportável tomada de consciência no final da modernidade de nossa condição indigente. A solução encontrada: suprimir, compulsoriamente, a negatividade do ser a partir do encobrimento

técnico dos entes, tornando todas as experiências passíveis de produção. Tal encobrimento tomou uma dimensão interplanetária.

Mas de que forma isto ocorre? A consumação da modernidade se dá com a hegemonia da ciência moderna, com o saber técnico que representa o mundo, objetivando a visão que temos da natureza e sobre o próprio *Dasein*. Os entes na modernidade se desvelam a partir de uma trama funcional, calculadora, que visa à eficiência. Cotidianamente, não somos convocados a perguntar pelo sentido de nossas ocupações, nossos atos, mas sim, passamos a agir de forma planificada, forma onde é necessário incessantemente produzir e produzir rápido. A verdade passa a ser compreendida como correspondência entre a experiência e sua representação, função da racionalidade humana.

O nome que Heidegger dá à configuração histórica que possibilita esta predisposição e nosso *mundo*, que inclusive confunde-se com a essência da técnica, é denominado pelo termo *Gestell*. Podemos traduzir este conceito como *armação* ou *composição*, de nosso *mundo* (Heidegger, 1953), ou se quisermos ainda como conjuntura, conjunção ou dispositivo. Tal *armação* lança um apelo ao *Dasein* para que se ocupe da funcionalidade produtiva do mundo. Neste apelo, aquilo que se desvela, se desvela como ente a ser dominado e a ser estocado como fundos de reserva, de modo que a técnica provoca mais técnica, tornando-se a verdade da história.

“A técnica não é, portanto, um simples meio. A técnica é uma forma de desencobrimento, levando isso em conta, abre-se diante de nós todo um outro âmbito para a essência da técnica. Trata-se do âmbito do desencobrimento, isto é, da verdade.” (Heidegger, [1953] 2012,p17).

Podemos dizer que a era da técnica é a época de uma indigência existencial onde o homem encontra sua existência à deriva, correndo o risco de perder-se ou abandonar-

se a uma dada circunstância crítica (Filho, 2011). Vivemos uma época na qual impera a indigência da ausência de indigência, ou seja, a pobreza de olhares que contemplem nossa insuficiência de sentido constitutiva. O modo de desencobrimento da verdade nesta época não se dá de modo criativo, poético, mas antes, alienado, desenraizado, reprodutivo e representativo:

“O desencobrimento dominante na técnica moderna não se desenvolve, porém, numa pró-dução no sentido de poiesis. O desencobrimento, que rege a técnica moderna é uma exploração que impõe à natureza a pretensão de fornecer energia, capaz de, como tal, ser beneficiada e armazenada.[...]. A usina hidroelétrica posta no Reno dis-põe o rio a fornecer pressão hidráulica[...]. Agora é o rio que está instalado na usina.”(Heidegger, [1953] 2012, p.19-20).

Heidegger (1953) retoma origem grega dos modos de produção e identifica *techné* como a produção que envolve a dimensão do artesanato, da poiesis, da inauguração de uma verdade que torna possível maior familiaridade e experimentação dos acontecimentos. A técnica moderna, pelo contrário, favorece uma relação de repetição e encurtamento temporal da existência, não permitindo um relacionamento que olhe para a manifestação do sentido de ser dos entes, mas que, antes, favorece a estagnação em um modo impróprio de seu sentido sendo colocado previamente como fundo de reserva. A essência da técnica é Metafísica, uma vez que trata do encobrimento e do esquecimento do ser, o que se dá na disposição de um mundo onde há a autonomização de uma estrutura hermenêutica que posiciona todos os entes como passíveis de produção.

Podemos usar de exemplo uma realidade vinculada diretamente à paternidade e à maternidade “tradicionais” para ilustrar a essência da técnica. “O mundo hoje está pré-disposto a botar você em uma sala de parto para fazer uma cesariana”. Marcio Garcia se refere à triste realidade do cenário da saúde no país, denunciada e romanceada pelo

documentário “O renascimento do parto” (2013). Marcio e sua mulher, e outros muitos casais, passam por experiências de violência obstétrica. Isto significa que procedimentos médicos são frequentemente impostos a verdade de gestantes, em uma situação de desempoderamento de suas escolhas e subjugação de seus corpos a procedimentos de fundamentação físico-matemáticos. É vendido o mito de que a cirurgia cesariana é mais segura, assim, a mulher, nutrida pela ilusão do controle sobre o parto, acaba naturalizando escolhas pela cesariana. Os partos via cirurgias cesarianas tendem a se tornar, de forma compulsória, cada vez mais comuns. E o que isto quer dizer? Paternidade, maternidade em nossa época fazem parte de um negócio e, neste negócio, a realização de cirurgias cesarianas, significa, muitas vezes, mais lucro para o hospital privado e maior facilidade e comodidade para os profissionais de saúde planejarem suas agendas. O parto via cirurgia cesariana é uma técnica, no sentido de procedimento, que têm características específicas que diferem do parto vaginal e não são, em si, de forma alguma, condenáveis, sendo por vezes, considerados necessários para manutenção da saúde da mãe e do bebê. A questão é que tal procedimento é mais controlável do que os chamados partos “naturais”, que podem levar de horas a dias.

Hoje, os planos de saúde tornam para os profissionais da área a realização do parto “natural” pouco interessante. Para o hospital vale a mesma lógica, dentro do mais controlável encontra-se a questão financeira: em geral, pouco se gasta com o parto “natural”, ao passo que partos por cirurgia cesariana configuram muito mais despesas familiares com material e procedimentos médicos. Em suma, o parto via cirurgia cesariana hoje é massificado no mundo e a situação se agrava no Brasil, principalmente. A proporção de cesáreas de 2003 a 2008 no âmbito hospitalar privado ultrapassou 80%, muito mais do que o justificável (15%) estabelecido pela OMS (Sass; Hwang, 2009).

Em 2013 o número total de partos “naturais”, segundo a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) foi de 457.720, cerca de 84,5% do total de partos realizados pelos planos de saúde, sendo poucas as exceções de planos onde o número de partos por cirurgia cesariana era inferior ao de parto vaginal. Podemos depreender que tais partos ocorreram para responder uma complexidade de interesses financeiros a serem estocados, envolvendo as famílias e as equipes de saúde em uma desenfreada maquinação.

Diante disso, emergem no Brasil movimentos reativos a esta dinâmica trabalhando em prol da humanização do parto. O mesmo documentário mencionado acima nos mostra a importância de uma reconstrução do parto. A figura da Doula, mulher especializada na assistência e preparação ao parto, vem se tornando mais popular, e ao mesmo tempo polêmica, pois por vezes, passa a disputar com o médico o protagonismo nos procedimentos. O mesmo vale para oferta de grupos de gestantes. Entretanto, nem todos podem contar com um médico disponível, uma Doula particular, necessários para compor uma estrutura adequada aos padrões sanitários adequados para o recebimento da criança em um local particular, embora seja sim possível realizar partos humanizados em condições dignas de autonomia pelo SUS.

É necessário ressaltar que, em nosso tempo, parece fácil confundirmos movimentos políticos com movimentos impositivos e alienados, prova disso é a polarização política que vivemos no atual momento nas redes sociais, nas quais, paulatinamente, reproduz-se o ódio. A todo o momento podemos testemunhar uma violenta polarização de posicionamentos em que um busca impor sua verdade goela abaixo do outro, sem a menor possibilidade de diálogo. Embora válido e necessário como forma de denúncia de uma realidade, o documentário em algumas passagens

favorece uma visão romantizada e idealizada do parto humanizado, mesmo em passagens que deixam clara a preocupação em esclarecer a necessidade de não colocar, por exemplo, a figura do médico ou do procedimento como vilões. Ainda assim, o filme acaba vendendo a ideia do bom parto como o parto humanizado sem esclarecer adequadamente que, mais importante que um parto fora do hospital, é fortalecer a autonomia do casal.

Para a técnica, mesmo os movimentos críticos à violência, seja obstétrica, seja de gênero, seja de classe ou raça correm o risco de se tornarem, eles mesmos, violentos, podendo reproduzir mais uma forma de domesticação da vida. É justamente esta disposição histórica que está em jogo na essência da técnica, a qual não podemos controlar, e que nos cega para uma interpretação mais madura de nossos posicionamentos e escolhas. Ao criticar a prática compulsiva de cirurgias cesarianas, torna-se fácil vender a ideia do parto humanizado, assim a técnica pode subverter as mais nobres causas críticas. O perigo da técnica está no desenraizamento que ela promove:

“O Homem não tem, contudo, em seu poder o desencobrimento em que o real a cada vez se mostra ou se retrai e se esconde. [...] Realizando a técnica, o homem participa da dis-posição, como um modo de desencobrimento.” (Heidegger, [1953] 2002, p.21-22).

Está claro que no *mundo* da técnica, *Dasein* também se desvela como parte desta produção. De início, sempre, em alguma medida, como ente a ser explorado, e por vezes, como explorador, correspondemos à técnica, de forma é interplanetária, estendendo-se, em diferentes modulações, a todas as regiões do globo.

A análise acima deve ter ilustrado um pouco do perigo no modo como os entes se desvelam para o *Dasein* técnico. Dentro de uma leitura hermenêutico-

fenomenológica, mulher, bebê e pais desvelam-se como entes disponíveis à exploração, como fundos de reserva. Saúde, educação e infraestrutura são dimensões da vida que se abrem, sempre de forma técnica. A paternidade não poderia então escapar deste modo de desencobrimento.

Esperamos ter despertado neste ponto do trabalho um desconforto ao leitor. Desconforto que gere inquietação e traga à tona certa disposição para continuar com a leitura do presente trabalho. Sabemos que deixamos algumas questões em aberto em relação à nossa responsabilidade para com o mundo técnico, Heidegger procura nos dar uma saída a qual nos comprometemos a apresentar no próximo e último capítulo. O esforço não virá no intuito de esgotar ou eliminar tal desconforto, que provavelmente passaria com o tempo, mas ao menos para serena-lo e tornar férteis compreensões e meditações sobre a verdade da paternidade que, em geral, não são pensadas na psicologia.

3 Capítulo 3 – Reconstruindo condições da paternidade

A revisão da literatura evidencia que o sentido de ser da paternidade fica na maior parte das vezes esquecido, dado que o desencobrimento de sua verdade se dá de modo alienado e reprodutivo. A reconstrução do sentido da paternidade nos permitirá ver sua abertura em nosso próprio tempo de forma mais esclarecida, o que nos remete ao presente capítulo, no qual teremos a oportunidade de caracterizar de forma histórico-ontológica as condições da mesma.

Pudemos testemunhar, em nosso primeiro capítulo, algumas interpretações acerca das mudanças na paternidade. Em nosso segundo capítulo, tivemos a oportunidade de

traçar um panorama do que Heidegger chamou de história do esquecimento do ser, percorrendo algumas das contribuições fundamentais do autor em seu primeiro momento de pensamento, na obra *Ser e Tempo*, e ainda pudemos introduzir, de forma extremamente sucinta, a noção de *Ereignis* e técnica como medida do *desvelamento historial* do ser, que nos servirá bem para uma aprofundada e contextualizada compreensão da analítica do *Dasein*, dando-nos o *lócus* onde o *Dasein* que é pai tem a ocasião de seu acontecimento.

No mundo contemporâneo, há a expressão desta grande pluralidade de paternidades que se mostram em diferentes especificidades de questões, em diferentes contextos e facticidades. Na história, podemos notar que o pai possui diferentes funções na vida familiar, passando por diversas inaugurações da verdade do ser pai. É importante percebermos que todas estas manifestações ônticas da paternidade possuem uma dimensão ontológica em comum. A seguir, podemos aproximar de forma mais clara a paternidade de suas condições de possibilidade.

3.1 Definindo condições ontológicas da paternidade.

Pensar a história da verdade do ser, para nós, equivale a pensar a essência histórica na qual a verdade da paternidade se desvela. É nesta *história* e nesta *temporaneidade* que podemos, antes de qualquer analítica do *Dasein*, esclarecer o *destinamento histórico* ao qual *Dasein* está inserido. Traçar a história do esquecimento do ser seguindo o pensamento de Heidegger, introduzindo sua *ontologia fundamental* bem como o *pensamento historial*, nos deu condições para agora realizarmos uma desconstrução de uma compreensão natural e normativa da existência paterna, esta, herdeira da tradição de nosso pensamento filosófico que buscou negar a constituição historial do *seer*.

A psicologia do desenvolvimento foi fundamentada no homem natural. A paternidade, nesta perspectiva, pode ser caracterizada como uma fase ou período do desenvolvimento humano no qual o homem terá de passar por fases e crises hierarquicamente constituídas. No âmbito legal, a paternidade é garantida pelo vínculo biológico e afetivo, segundo a constituição de 1988, configurando vínculo de filiação. Para uma medicina mais cientificista, a rigor, a comprovação da paternidade pode ser garantida pela genética. Como forma de iniciar nossa desconstrução é preciso assumir que, ontologicamente, a paternidade não existe enquanto uma fase natural de um ciclo vital estático, nem como vínculo biológico, nem como vínculo afetivo. A paternidade é um construto epocal. Já, onticamente, trata-se de um modo da *preocupação* na *coexistência*.

Quando falamos sobre nascimento e reprodução, fenômenos comumente associados de forma natural à paternidade, geralmente falamos sobre o nascimento biológico, no sentido de reprodução como acontecimento, que garante a sobrevivência de uma espécie. Nesta interpretação, o corpo, em si, está posto como condição para o desenvolvimento e criação da humanidade. Tal constatação coloca o determinante biológico como fundamento da existência, dando margem ao desdobramento de interpretações biologizantes do gênero, do sexo e da parentalidade, tirando o foco da dimensão hermenêutica de nossa existência.

O corpo biológico é uma condição fundamental em nosso *mundo*, mas o corpo biológico é uma interpretação representativa de nosso existir. Heidegger (1959), em resposta ao amigo e psiquiatra Medard Boss (1903-1990), nos oferece uma reflexão que possibilita pensarmos a desconstrução deste modo de compreender o corpo e a corporeidade, tema reconhecidamente pouco abordado pelo filósofo em *Ser e Tempo*. A

resposta é dada durante uma série de conferências proferidas a um grupo de psiquiatras que ocorreram de 1959 a 1969 e ficariam conhecidas a partir da obra intitulada Seminários de Zollikon:

“Então tudo o que chamamos a nossa corporeidade, até a última fibra muscular e a molécula hormonal mais oculta, faz parte essencialmente do interior do existir; não é pois, fundamentalmente matéria inanimada, mas sim um âmbito daquele poder perceber não objetivável, não opticamente visível de significações do que vem ao encontro, do que consiste todo o Da-sein. (...) Mas ao contrário de uma ferramenta as esferas corporais do existir não são descartadas no ser-homem. Não podem ser guardadas isoladas numa caixa de ferramentas. Ao contrário elas permanecem permeadas pelo ser-homem, seguras por ele, pertencentes a ele, enquanto um homem viver” (Heidegger, [1987] 2001, p 244).

Corpo, em uma postura hermenêutico-fenomenológica, é sempre corpo compreendido. Somos antes de ser corpo, *corporeidade*, ou seja, a existência acontece permeada por uma base relacional de interpretações sobre o próprio corpo. Deste modo, podemos dizer que corpo é corpo interpretado, é corpo corporificado, e este processo interpretativo se dá no interior de uma destinação epocal, que configura determinada cotidianidade. Na facticidade onde o corpo se desvela, são dadas as bases possíveis de interpretações sobre a corporeidade. Em nossa tradição, representamos o corpo em órgãos que fazem parte de um sistema fisiológico extremamente complexo. Heidegger (1959) nos dá um exemplo provocador para pensarmos sobre esta destinação do corpo:

“(...) Não podemos ver porque temos olhos, mas, antes, só podemos ter olhos porque segundo a nossa natureza fundamental somos seres que vêem. Assim, também não poderíamos ser corporais, como de fato somos, se o nosso ser-no-mundo não consistisse fundamentalmente de um sempre já perceptivo estar-relacionado com aquilo que se nos fala a partir do aberto de nosso mundo como o que, aberto, existimos.(...) Graças ao mesmo ser orientado para algo que nos fala podemos na verdade ter um corpo, ou melhor, sermos corporais. Não, porém, somos primeiramente corporais tendo, consequentemente, a partir disso uma frente, um atrás, etc. Apenas não podemos confundir nosso ser-corporal existencial com a materialidade corpórea de um objeto inanimado simplesmente presente.”(Heidegger, [1987] 2001, p 245).

É possível dizer que não vemos porque temos olhos, pois, a interpretação de nossa corporeidade como olho, é uma compreensão derivada dentro de nossa clareira histórica. Nosso mundo fornece a orientação de significados que possibilita a compreensão do olho como órgão biológico da visão. Contudo, em nossa estrutura compreensiva mais originária, vemos e compreendemos que vemos. Somos livres para objetificar a visão, podemos assim designar o olho como órgão da visão, pois abertos ao sentido e imersos em um mundo que nos orienta a objetificar os entes, o fazemos.

Podemos trabalhar em cima desta desconstrução e pensar no que chamaremos aqui de *noção vulgar de nascimento*. Segundo esta noção, é possível dizer: existimos, porque nascemos. Se operarmos a inflexão realizada por Heidegger na passagem anterior à presente frase, o correto e mais originário seria dizer: nascemos, porque existimos. A questão que se mostra aqui nos leva a uma discussão que dá um passo anterior à concepção de nascimento, de parentalidade e de desenvolvimento. Torna-se sem sentido uma tradicional discussão entre inatismo versus ambientalismo, natureza versus cultura, pois precisamos antes operar na presença das bases ontológicas mais originárias daquilo que chamamos de ambiente e cultura, para que possamos compreender este fenômeno fora de derivações representativas. Isto significa falar de um lugar onde estas compreensões são possibilidades ônticas, válidas, mas que continuarão fundamentalmente cegas para as condições mesmas que as possibilitam, caso não se preocupem em esclarecer suas condições ontológico-historiais.

Neste modo de compreender a existência, qualquer noção de desenvolvimento como fase de uma maturação fisiológica torna-se hermeneuticamente infértil. Por mais que possamos identificar certos padrões de manifestação de nossa corporeidade no tempo cronológico e objetificá-los no corpo, é impreterível reconhecer que todas estas

padronizações são possíveis por um envio histórico que configura a forma como interpretamos a existência. Estas objetificações nos servem como base compreensiva e fundamentam nosso *mundo* mas, sem sua devida desconstrução crítica, favorecem, de acordo com o espírito de nossa época, propósitos violentos e que perpetuam regimes disciplinadores e desenraizadores de verdade. Assim, se faz necessário a urgente desconstrução da noção de corpo biológico como origem, para que possamos permitir e resguardar outro tipo de relação com a verdade corporal. Em outras palavras, para que possamos compreender o corpo em sua verdade, em seu desvelamento, em sua apresentação e não em sua representação. O corpo é sempre corpo histórico, pois, a rigor, fora da história, fora de uma relação compreensiva, o corpo não existe. Lembramo-nos que a corporeidade é sim uma condição fundamental para existência, mas que, a condição fundamental que diferencia o *Dasein* de outros entes, é a *liberdade* vivida como *projeto existencial historial*.

Desta forma, podemos também pensar brevemente de forma antinatural o gênero e próprio sexo no que concerne a paternidade. A partir da naturalização dos corpos com as ciências naturais, podemos perceber que os sexos foram justificados em uma correspondência inatista entre corpo biológico e sexo. Falamos sobre a objetivação do corpo entre “o corpo masculino” e “o corpo feminino”, o sexo e o gênero, que correlacionados, pertenceriam assim ao corpo originário.

Esta justificativa biológica respaldou compreensões a partir de uma essência naturalista e também Metafísicas sobre o *Dasein*, que teve sua identidade historialmente moldada como dois seres dotados de naturezas inatas diferentes. Nesta formatação da existência, foi deixada de fora qualquer outro tipo de configuração que fugisse à norma,

estabelecendo-se o binarismo de gênero, o que permitiu patologizar tudo aquilo que fosse compreendido como diferente.

Poderíamos aqui alimentar um fértil diálogo com diferentes autores que operaram desconstruções sobre gênero, contudo, por questões de tempo, teremos de deixar esta tarefa para outro momento. Prosseguindo na direção de nossa desconstrução, sexo e gênero existem enquanto modulações da compreensão derivada de um corpo subsistente, são categorias substanciais e objetificadas historialmente. Enquanto orientações históricas que configuram uma rede de interpretações da qual atualmente não podemos fugir, mas apenas corresponder, temos o cenário fático da paternidade. A partir desta determinação biológica binária objetivante, articulada no mundo fático, uma série de crenças representativas e, hermeneuticamente estagnadas, perpetuaram ideias deterministas sobre a existência masculina e feminina. Crenças como “o sexo frágil”; “o homem provedor”; “a mulher cuidadora”; “o homem poderoso”; “a mulher sensível”; o homem que não chora” foram estabelecidas. Por conseguinte, “o pai ausente/incompetente”, “a mãe profissional do lar”, são significações que configuram mitos dentro dos modos de *criação*, perpetuando o que as teorias de gênero colocam como *masculinidade hegemônica* e *heteronormatividade*. Em termos fenomenológicos são armações históricas que colocaram o masculino e feminino como essências diferentes, tendo a centralidade do poder garantida para a hegemonia masculina, e a configuração heterossexual colocada como norma.

Assim, historialmente, o *Dasein pai* encontra-se já colocado em um *mundo* que lhe dá as orientações de como ser pai. Muito de sua compreensão que se desdobra como seu *projeto paterno*, vem de sua *criação*, noção que pretendemos propor no próximo tópico do capítulo.

3.2 Procriação e Criação: condições ônticas da paternidade.

“É preciso insistir no fato estranho de que os homens não nascem, mas morrem; de que não possuem um corpo biológico originário, mas sofrem incessantemente a dor da corporificação; de que atravessam a totalidade sob um céu que esconde por detrás das estrelas um infinito profundo e impenetrável e sobre uma terra que acompanha em silêncio os nossos passos. Não buscar esclarecer de uma vez por todas esse escuro do existir, por outro lado, é o início de uma nova relação com o sentido mesmo de nosso ser.” (Casanova, 2013, p.42).

Iniciamos com a desconstrução da condição da paternidade a partir de uma desconstrução da noção de nascimento, por meio da noção de historicidade, o que nos permitiu dizer agora que nascemos porque existimos. E o que isto significa?

A paternidade depende da *procriação*. Por *procriação*, compreendemos pela ocasião do surgimento de um novo ente na dimensão temporal, o que interpretamos vulgarmente como nascimento ou reprodução: é, ontologicamente, o lançamento de um ente na inospitalidade do *mundo*. O que dizemos que “vem à luz” é o ser do bebê, em suas determinações históricas, em sua clareira histórica, e não “o bebê”. Em nosso *mundo* há espaços onde somos lançados e absorvidos, que nos protegem da inospitalidade de nossa indigência constitutiva. Exemplos destas figuras são as figuras parentais, as famílias, ou instituições de abrigo. É necessário então que haja, não apenas a condição de *ser-com*, mas a *coexistência* para haver paternidade.

É preciso esclarecer que, em nossa clareira, os agentes da *procriação* não precisam ser os responsáveis pela *criação* deste *Dasein* recém-lançado ao *mundo*. Entendemos *criação*, como *modus do cuidado*, no qual ocorre a responsabilização pelo abrigo e pelas condições que facilitam a sedimentação e organização de *mundo* no *Dasein* bebê.

A separação acima proposta nos traz dois conceitos chave para nossa discussão sobre condições da paternidade, e que podem nos ajudar a pensar de forma menos naturalizada este fenômeno. Tais conceitos valem como sistematização didática de fenômenos ônticos, que propomos a fim de facilitar uma trilha para nosso caminho sobre a investigação da condição paterna. As noções de *procriação* e *criação* guardam profundas ligações com as noções ontológico-fundamentais e seu destinamento historial.

Sem *criação* não há *procriação*. Pode parecer óbvio agora, mas é necessário compreender que, diferente dos outros entes, *Dasein* não pode ser compreendido como ente dotado de instintos, pois é aberto ao sentido e inserido na história. *Procriação*, portanto, é um fenômeno que passou por diversas configurações hermenêuticas que colocaram diversas possibilidades de *criação*. Até a idade do ferro, este acontecimento era interpretado de forma radicalmente distinta da nossa. A *procriação* não era associada ao ato sexual, mas interpretada como resultados de envios divinos da natureza. Neste horizonte histórico, não havia sido inaugurada uma estrutura hermenêutica que colocassem a figura do *Dasein* como pai ou que relacionasse o ato sexual com a *procriação*. Ainda assim, *Dasein* não deixou de ser lançado ao *mundo*, continuou *procriando*; existiram, portanto, diferentes modos de *criação* que também foram capazes de corporificar o *Dasein*, de formas diferentes. Mesmo sem o advento da representação biologicista de corpo, já havia a *procriação* e *criação*. Em nosso *mundo*, *procriação* foi representada como reprodução ou nascimento, que chamamos anteriormente de noções vulgares de *procriação*. Estas interpretações consideram a *procriação* como gênese de um novo ente em-si, resultado de um processo fisiológico.

No entanto, o que operamos aqui é uma inversão hermenêutica, o processo fisiológico é resultado da *criação*. Retomando a desconstrução heideggeriana do corpo:

“O fisiológico é uma condição necessária para a possibilidade de uma relação humana com o outro. (...) não há um órgão sensorial que se chama “o outro”. O fisiológico não é uma condição suficiente no sentido literal da palavra “alcançar”, de que ele não pode alcançar o espaço até o outro e constituir a relação.” (Heidegger, [1987] 2001, p.178).

Para que *se procrie* um novo ek-sistente, é necessário que um novo ente seja *corporificado* pelo *Dasein*, cuja condição da *corporeidade*, em diversas configurações históricas de *criação*, possibilita a *corporificação* de outro *Dasein*. A gênese de outro corpo se dá, ontologicamente, sempre via corpo compreendido, e não via corpo biológico. Corporificar não é, portanto, o mesmo que materializar entes, mas sim apresentar corpo, embora cotidianamente seja necessária a presença daquilo que interpretamos como material para que haja corpo. Ontologicamente, não existe a separação de corpos, esta separação é ôntica, um novo corpo não existe fora da relação com a *história* e da condição de *ser-com* nem de sua corporeidade. O corpo não existe fora do discurso, fora da *linguagem*, fora de uma relação hermenêutica.

Como filhos de nossa tradição é difícil abandonar a interpretação do corpo como base somática originária, e reduzir a interpretação corporal ao biológico. É preciso incessantemente lembrar que “o fisiológico é objetivação de algo do homem, que ocorreu em outro plano, objetivação que não pode mais ser retomada pelo humano.” (Heidegger, [1987] 2001, p.178), e que é a interpretação historicamente vigente sob a qual desenvolvemos nossas compreensões.

Pensar o corpo como base somática equivale a retornar a uma operação da lógica, originária da confusão entre ser e ente operada pela tradição Metafísica e denunciada por Heidegger. Tendemos a pensar que, originariamente, herdamos também parte da

dimensão corpórea de nossos *procriadores*. Isto, contudo, é verdade apenas em âmbito representativo, uma compreensão possibilitada, por exemplo, pelo estudo da genética. Sem a interpretação de um *mundo* onde existem sequências genéticas, ou de um âmbito de *criação* que compreenda esta possibilidade interpretativa, por exemplo, os pais ou sua rede que reconheça similaridades na cria, a herança genética ou o corpo herdado não existem:

“A relação existencial não consiste de moléculas, não é originada por elas, mas não existe sem aquilo que pode ser re-interpretado como acontecimento fisiológico-molecular.” (Heidegger, [1987] 2001, p.179).

Nós também não existimos sem estas interpretações, mas não por serem elas originárias, mas sim, por serem as orientações que nossa época originou. É importante que possamos colocar as questões da *procriação* e da *criação* dentro da condição fundamental de nossa circularidade hermenêutica: a diferença ontológica. O *Dasein* *bebê*, que será *corporificado*, não existe em si, mas, como qualquer *Dasein*, precisa de um *mundo* para lhe oferecer uma estrutura significativa. Pensar o corpo em sua diferença é poder pensar o corpo como processo de corporificação, de paulatino acontecimento compreensivo do corpo seja no que se chama de período gestacional, primeira infância, adolescência, vida adulta ou senilidade. Uma vez no mundo, *Dasein* passa inescapavelmente a habitar na condição temporal de sua diferença. Isto significa que, originariamente, o corpo ganha o contorno possível do mundo que é o seu, as possíveis interpretações sobre o corpo que será corporificado já foram, e continuam sendo previamente; a verdade corporal é um movimento existencial histórico que traz as determinações existenciais ao *Dasein* até o momento de sua morte.

Como vimos, uma vez no âmbito temporal, para que o *Dasein* *bebê* corporifique-se e torne-se um transcendente, é necessário o *cuidado* humano. Não só o bebê é

necessitado de *cuidado*, *Dasein* é um ente necessitado de ajuda. Esta nada mais é que um modus da *preocupação*:

“O homem é essencialmente necessitado de ajuda, por estar sempre em perigo de se perder, de não conseguir lidar consigo. Este perigo é ligado à liberdade do homem. Toda questão do poder-ser-doente está ligada à imperfeição de sua essência. Toda doença é uma perda de liberdade uma limitação da possibilidade de viver.” (Heidegger, [1987] 2001, p.180).

É certo que há diferenças no modo e necessidades de ajuda de um *Dasein* bebê e do que chamamos de um *Dasein* adulto. Ainda, na passagem acima, podemos depreender que o *Dasein* doente é aquele que, por conta de uma limitação em seu modo de ser, possui restrições nos seus modos de ajustamento existencial do seu projetar-se em sua facticidade histórica, possuindo assim necessidades de ajuda distintas do *Dasein* sadio. Em outras palavras, o *Dasein* doente é uma existência na qual a dedicação à construção do próprio sentido ocorre com alguma limitação, é uma existência que se projeta em um mundo de forma mais ou menos plena, a depender do grau de estreitamento existencial de sua condição e da época em que este *Dasein* está inserido.

Voltemos aqui ao bebê, visto que uma elucidação maior da questão da doença, embora muito importante e cara para a compreensão da noção hermenêutico-fenomenológica de saúde, exigiria um estudo mais cuidadoso sobre as possibilidades de sua gênese, o que nos traria dificuldades para o prosseguimento do trabalho. De toda forma, podemos depreender que, saúde, em termos existenciais, tem a ver com o modo como *Dasein* se realiza em seu mundo. A saber, o *Dasein* bebê realiza-se de forma muito insuficiente, encontrando-se de início absorvido pelo modo de ser de quem o *cria*.

“A criança é absorvida na relação com a mãe. Ela é absorvida nos modos de ser-no-mundo da mãe. Ela está “fora”, ainda presa nos modos de ser-no-mundo de uma outra pessoa, sua mãe.” (Heidegger, [1987] 2001, p.180).

Para nós, o *Dasein bebê* pode estar absorvido em relação com sua figura *criadora*, que não é necessariamente a mãe. Uma vez que a figura *procriadora* só seria responsável pela criação por uma determinação historial mutável, devemos ter claro que o trato com o *Dasein bebê* seja como adultos em miniatura, como criança a ser cuidada, no âmbito da Família em suas mais diversas configurações, seja pelo Estado, pela Igreja, pela mãe, pelo pai, pela babá, pelos educadores e técnicos de uma instituição de acolhimento, a *criação* é possibilitada por um *mundo circundante*, e que todas estas configurações são modalidades da *preocupação*. Como vimos, a depender da época histórica, as condições conjunturais e institucionais das figuras criadoras sofrem modulações.

O *Dasein bebê* possui uma condição mais precária, se comparada com o que chamamos de *Dasein adulto*, em termos de cuidado do próprio sentido. A *criação* está, assim, diretamente ligada à possibilidade do surgimento da *humanitas*, do *segundo nascimento do homem* como colocariam Pompéia e Sapienza (2011). Favorecer o segundo nascimento é dar condições ao *Dasein* de constituir sua existência enquanto projeto humano dentro de nosso *mundo*, de continuar a lidar com facticidade da vida e assumir sua existência. *Procriação* e *criação* são condições interdependentes, uma vez que, sem o lançamento ao *mundo*, não há existência, criação, e a existência só se perpetua via *procriação*, só haverá *preocupação*, e, portanto, *procriação* e *criação* enquanto houver entes com quem possamos nos *preocupar*.

Podemos agora nos indagar, quais as condições fundamentais para uma *criação* e uma *procriação* de sucesso? Novamente, em uma postura irrefletida, tendemos a procurar condições imutáveis para o desenvolvimento humano sadio, tememos o descontrole de nossa finitude. Não teremos condições de dar, neste momento, mais do

que alguns apontamentos importantes sobre isto neste trabalho, mas podemos corajosamente realizar mais uma desconstrução e dizer que, constitutivamente, quem dita os modos possíveis de *preocupação* e as necessidades do *Dasein* bebê, não são originariamente, os bebês, não são os *criadores* nem *procriadores*, não são os especialistas enquanto entes subsistentes, mas é, mais uma vez, a *história*. Todas estas figuras se configuram como vozes de sua época, mesmo o bebê, que não existe fora de seu mundo e fora de uma absorção com uma figura criadora, que é, condicionalmente, epocal.

Precisamos admitir que o contorno existencial dado via *criação* é o contorno possível para as possibilidades inauguradas e vigentes na história. Notemos, contudo, que assumir estas determinações como historiais não significa que não sejam determinações importantes, porque mutáveis, pelo contrário, são determinações destinamentais. Mas se fazem necessárias críticas sobre quaisquer determinações naturalistas, pois estas-precisam ser vistas dentro de cada projeto paterno de *criação* e, as definições naturalistas, embora fundamentais em nosso *mundo*, não dão conta da dimensão existencial histórica da *criação*, nem da dimensão histórico-hermenêutica da saúde, mas, pelo contrário, tendem a suprimir a historicidade da saúde e da criação, a historicidade da existência.

A paternidade só é possível enquanto *projeto*, visto que a possibilidade da *criação* é uma modalidade do *cuidado* e da *preocupação*. Compreendemos o bebê e a criança como entes necessitados deste modo peculiar da *preocupação* e *criação*. Somos seres indigentes e precisamos ser acolhidos em nossa imperfeição essencial, na esperança de que o ente em criação consiga desbravar sua indigência, que é a indigência de seu tempo na temporaneidade de sua época. O pai como *figura criadora*, independente da

configuração familiar, tem, ontologicamente, não apenas a possibilidade de fornecer abrigo a *deriva existencial* de sua cria, como também encontrar abrigo para sua própria indigência na criação de seu *projeto paterno*, de sua paternidade. As figuras de criação são responsáveis por sua angústia, mas também pela angústia de sua cria e, muitas vezes, das outras figuras criadoras neste processo. Isto significa que, a temporalidade da *criação*, envolve uma infinidade de temporalidades: a da figura que *cria*, a da própria cria e a *temporaneidade* do mundo.

O pai, como figura indigente, também é filho, não apenas filho de seu pai de sua mãe, ou seus *criadores* ou *procriadores*, mas antes, filho da temporaneidade de sua época. A voz do pai, a temporalidade do pai, são expressões de sua época. Como filho de sua época, o pai é aquele que construirá sua existência como pai a partir das medidas do *impessoal* que, ao mesmo tempo em que o privam de sua negatividade, lhe dão os elementos para que possa criar a partir da mesma.

Uma vez estabelecida algumas considerações ontológicas sobre a condição paterna, como pensar a *criação e o projeto paterno* como *modus da preocupação* que favoreça modos sadios de estabelecimento da existência na era da técnica?

3.3 Sacrifício: possibilidade de enraizamento paterno.

Uma vez mais esclarecidos sobre as condições constitutivas da paternidade, é preciso pensar sobre o sentido da *criação* em nossos tempos. Podemos nos lembrar aqui do artigo de Vilhena et al. (2013) e, agora utilizando nosso novo vocabulário, constatamos que as incessantes estimulações em que uma *criadora* havia colocado sua *cria* servem como supressão desta negatividade constitutiva, do caráter de liberdade de seu projeto materno e também de um olhar para as potencialidades da própria criança.

Dito de um modo mais claro, a mãe deste estudo estava apresentando o *mundo* ao bebê, via curso de atividades que a mantinham ocupada sem tempo para descanso, para sequer escolher os estímulos com os quais gostaria de ocupar seu tempo. Apresentar mundo é o mesmo que apresentar o ser das coisas, e isto é o mesmo que apresentar tempo.

Pensar a paternidade de modo hermenêutico-fenomenológico significa essencialmente pensar como os pais hoje vivem sua existência, como se *ocupam* e se *preocupam* com sua vida, com sua facticidade, e como se dão suas escolhas, sua temporalidade. Significa compreender como se dá esta modalidade do *cuidado*. Com que grau de liberdade vemos os pais viverem cotidianamente? Onticamente, liberdade está envolvida com a aceitação e reconhecimento dos próprios limites. Quais os limites impostos ao pai em nossa época?

A paternidade em nosso mundo é um modo de cuidado que passa por um momento que clama por uma reconfiguração de suas bases compreensivas. O projeto masculino passa por uma transformação e, assim, a existência masculina e o projeto paterno veem-se frequentemente desajustados frente às mudanças fáticas de temporalidade frenética de nosso mundo. Sendo verdade que a paternidade é uma modulação da *criação*, não é menos verdade que a *criação*, como vimos, é atravessada pela conjugação da temporalidade paterna, a temporalidade da cria e de sua família, dentro da *temporaneidade* do mundo.

Os homens vêm percebendo esta dinâmica e por vezes clamam por ajuda, encontrando ainda poucos espaços potenciais para a circulação de suas demandas. As atuais convocações do mundo solicitam um pai mais participativo, diferente do ideal de um pai ajudante. É comum pais serem olhados como figuras que não sabem cuidar de

crianças e, portanto, incapazes de se responsabilizar plenamente pela *criação* destas. De fato, muitos não foram educados para isto e terão de aprender com suas próprias vivências, a partir do encontro com suas crias. O tempo, nada mais é que o tecido de construção da existência, da construção de nossas vidas e histórias de modo que todo ser é temporal. Dentro desta imagem, a paternidade é então um processo de criação, onde o pai terá de tecer sua própria história, responsabilizando-se também pela história de sua cria e daqueles que o circundam. A temporaneidade dita o compasso no qual a temporalidade do pai acontece, o compasso que devem ser feitas escolhas e renúncias, sobre aquilo que deve ou não ser vivido, sendo o campo temporal sob o qual o tecido da existência do criador poder ser colocado. Se o tempo é o tecido da história paterna e, nesta história, o pai, historicamente, pouco teve tempo para praticar a *criação* de modo familiar com suas emoções frente aos filhos, é um contrassenso naturalizá-los como incompetentes.

“O Dasein “é” seu passado no modo do seu ser, o qual, para dizer rudemente, “se gesta” cada vez a partir de seu futuro. Em cada modo de ser que lhe é próprio e, portanto, também no entendimento-de-ser que lhe é próprio, o Dasein ingressa numa interpretação-do-Dasein que lhe sobrevém e na qual ele cresce. A partir desta, ele se entende de imediato e, em certo âmbito, constantemente. Esse entendimento abre e regula as possibilidades de seu ser. Seu próprio passado - o que significa sempre o passado de sua “geração” - não segue atrás do Dasein mas, ao contrário, sempre o precede.” (Heidegger, [1927] 2012, p.81).

É comum ouvir uma expressão que diz que o pai está nove meses atrasado em relação à mãe no cuidado com a criança. Há pais e mães que acreditam nesta frase e, para nossa época pode ser uma frase verdadeira. Contudo, não é uma frase que contempla a verdade da paternidade em seu movimento histórico. Em tempos em que vemos cada vez mais figuras transexuais em que o pai já pode ser a figura *procriadora* e *criadora*, tal afirmação prova-se caduca e denuncia como o binarismo de gênero formata regimes de verdade de acordo com uma compreensão representativa e pouco

fluida da paternidade. Em termos hermenêuticos isso significa que um *Dasein* que se compreende como pai de criança já pode engravidar. Por maior estranhamento que tal constatação possa gerar isto significa que a categoria pai e mãe encontram na origem biológica uma limitação compreensiva e que no senso comum estamos longe de ter atingido uma radicalidade desconstrutiva.

Devemos admitir, contudo, que a figura que carrega o *Dasein* bebê, seja o pai ou a mãe, passa por significações diferentes de sua relação com o bebê em relação àquele que não o carrega. Também não teríamos tempo para apresentar detalhadamente o que nossa tradição sistematizou sobre estas diferenças, mas podemos dizer que é uma qualidade diferente da *coexistência*. Carregar o bebê traz mudanças significativas no modo como o *Dasein* que o carrega bebê interpreta relação com a cria, e também, com o próprio corpo, que passa a ser morada de um novo *Dasein*. É preciso aqui ter extrema cautela, isto não significa que a origem destas diferenças esteja naquilo que chamamos de biológico, mas é referente à significação do corpo e da própria existência, tendo sempre a época como base.

Além de a maioria dos pais não passarem por tal qualidade transformação em sua corporeidade, eles precisam descalcificar e desaprisionar-se de uma série de preconceitos que estão na base de sua própria existência. Como já dissemos incessantemente, o que torna tudo mais difícil ainda é o compasso vigente em nossa *temporaneidade* decorrência do esquecimento do ser. Este destina a vida humana a uma inacabável presença de semifusas, exige que escolhas sejam feitas rápidas, convoca-nos a uma compulsiva repetição de modos de ser dando pouco espaço para criação ou variações de modos de existência, encobrindo-os, ao mesmo em tempo em que clama por mudanças por um modo mais eficiente de ser.

Dentro desta dinâmica, paulatinamente, as crianças herdarão o *mundo* dos pais, começarão a se reconhecer a partir deste *mundo*, a partir de seus padrões de comportamento constituídos pelos significados atribuídos pelo *mundo* que o circunda e, muito comumente, pela relação estabelecida com os pais. Estas relações estão muitas vezes desgastadas estando as figuras paternas frequentemente ocupadas e pouco responsabilizadas existencialmente por suas vidas. É comum vermos cenas em que as pessoas que mais estão familiarizadas com necessidades e rotinas das crias não sejam os procriadores, mas outras figuras criadoras, como babás. Em um cenário mais dramático, vemos pais frequentemente esquecerem os bebês dentro dos carros indo ocupar-se de suas rotinas em academias e, ao voltar, deparam-se com a morte de seu infante. Falamos de uma época onde o desenraizamento existencial é tão profundo que os modos de criação muitas vezes tornaram-se desenraizados.

Frente a este contexto, hoje é cobrada a participação do pai. Participação que pode ser traduzida por pais que se coloquem como corresponsáveis pelos filhos, tanto quanto a figura materna. Participar desta criação é possível e podemos ver muitos reconstruindo seu modo de serem pais. Contudo, isso significa estabelecer uma variação em seu tempo que possibilite dentro da temporaneidade do mundo *cuidar* do próprio tempo, da própria vida, e também se *preocupar* com o tempo dos filhos, com a vida dos filhos. Nesta conjugação, tendo de dar conta de tecer e improvisar em cima de um campo existencial ainda estranho ao horizonte paterno, em um tempo difícil de acompanhar, a sensação da figura paterna comumente é a de “estar fora do tempo”, ou de “estar sem tempo”, perdido no compasso da vida, tendo que improvisar em situação de estranhamento de seus próprios horizontes, limites. Algumas boas palavras para descrever a sensação seriam: desamparo, desabrigo, medo, raiva, afinações que desafiam a existência paterna.

A possibilidade de renúncia de um tanto de compreensões mais antigas para a assunção de compromisso e cuidado com um sentido mais originário está também na possibilidade de poder duvidar das próprias verdades. Assim, estar aberto à rearticulação de seu sentido, ou seja, de uma reconfiguração do existir, aceitar e compreender limites é uma questão de um árduo aprendizado e não implica adotar um modo passivo de ser, mas em estar mais dono dos próprios horizontes pelos quais poderá tecer a própria vida e paternidade. Falando em limites, em termos existenciais, nosso horizonte existencial começa a ser traçado desde nosso lançamento ao mundo, o contorno de nossas interpretações e experiências vai sendo paulatinamente tecido via *criação*. Os limites ditam o horizonte da existência, não é incomum também pais queixarem-se que suas crianças não possuem limites. A raiz disto encontra-se no modo de *criação* que privou a criança do confronto com limites, com frustrações e com o risco iminente de se machucar ao se projetar no mundo.

Aquele que não conhece seus limites, em geral, parece menos livre para poder renunciar. E para que possamos viver nossa liberdade é necessário que possamos escolher e renunciar.

“Para o Dasein, o apropriar-se de seu dom de ser livre significa corresponder àquilo a que ele é convocado, ou seja, significa efetivar o quem é peculiar ao seu modo de ser: servir. Servir para quê? Servir para deixar que os entes do mundo se manifestem em seu ser, que as coisas se mostrem em sua verdade; servir para criar, servir para tecer o fio que reúne os acontecimentos fazendo deles história, isso realiza quando faz suas escolhas. E poder escolher é poder ser livre para renunciar e para se compreender.” (Pompéia e Sapienza, 2011, p.29).

O processo de *criação* pode é um processo de encontro do pai com aquele ente que *cria*. Enquanto processo de aprendizado é essencialmente processo que envolve atos poéticos, pois precisará inaugurar novas verdades para si e para sua cria, isso requer que haja enraizamento do pai em seu projeto e que ele consiga olhar para seu filho enquanto

a apresentação de si, e não representação. Por exemplo, é necessário desconstruir visões de pais que interpretam os filhos como a criança que possui TDAH e necessita de ritalina, para dar lugar a alguém que, antes, necessita de sua presença, de seu olhar, e não da substituição de seu cuidado, ou apenas de bens materiais, o que significa trocar a lógica do presente pela lógica da presença.

Toda rearticulação de sentido necessita que determinada compreensão seja destruída. Para que isso aconteça, uma condição fundamental de tal ato é a doação de si. Repetida doação de si, sacrifício. Podemos inclusive esclarecer a origem do termo sacrifício: para os cristãos, a palavra vem do latim *sacrificium*, originada da junção entre *sacer* e *facere* significando ofício sagrado, ou sacro ofício. Contudo, na origem hebraica, a palavra correspondente pela qual os cristãos derivaram sacrifício tem a pronúncia “*korban*” cujas raízes nos nutrem de outro sentido, o de chegar perto, aproximar-se, tornar-se intimamente envolvido com Deus em um relacionamento⁹. O sagrado em Heidegger não possui uma compreensão institucionalizada da religião, mas diz muito mais sobre a possibilidade de resguardar o acontecimento da verdade, afastando-se de um desocultamento representativo e aproximando de forma silenciosa à intimidade do *seer*. Dito de outro modo, o sagrado diz respeito à habitação na verdade do *seer* em seu dizer poético, permitida pela dimensão da intimidade com a “*coisa*”, ou seja, com os entes. O sacrifício, na paternidade, pode significar o sacrifício existencial como possibilidade de uma resistência silenciosa à maquinação técnica, via ofício sagrado, um ofício que salvguarde a mostração da cria, a aproximação de uma relação permeada por intimidade com ela.

⁹ Fonte: www.chabad.org.br.

Ao bebê, quando ainda muito próximo do lançamento ao *mundo* via *procriação*, abriu-se pouco passado e um futuro proporcional ao tamanho de seu passado. Ele sobrevive enquanto existente nutrido pelo futuro dos criadores, os criadores lhe doam futuro, podem sacrificar futuro, aproximar futuro e favorecer o futuro do bebê. Fazem isto, pois, uma vez em uma relação íntima com o ele e sua ausência de futuro, o que se escancara é a sua negatividade. Futuro não é algo como uma posse, mas antes tem o caráter de modos possíveis de abertura e de projeção nesta abertura. E já sabemos como lidamos com a negatividade em nossa época.

Em nosso *mundo*, doar futuro é tarefa árdua, doar tempo é tarefa árdua, pois é um tempo no qual pessoas em geral já dizem: “não tenho tempo para nada”, como se tempo fosse novamente uma posse. O tempo tornou-se recurso, um recurso escasso, curto. Aproximar-se do sagrado, nesta época em que ocorreu a fuga dos deuses, é um fenômeno raro. Podemos notar, por exemplo, a responsabilização do professor como figura protagonista no sucesso da educação das crianças. A desresponsabilização dos pais e da própria criança pelos seus resultados acaba por delegar a responsabilidade à escola. A terceirização desta responsabilidade para o especialista marca muitos modos de *criação* de nossa era em que os pais, demasiadamente ocupados com outros sustentos e frequentemente alienados de seu modo de relação com as crianças, pouco estão familiarizados ou dispostos, após uma árdua jornada de trabalho, a se aventurar, entregando-se nas incertezas e necessidades dos aprendizados dos filhos, estreitando a possibilidade do *sacrifício*, encurtados em sua existência:

“Quem não está livre para renunciar não consegue escolher, fica enlacrado nessa condição contraditória de poder escolher e de ser obrigado a escolher, porque escolher é, ao mesmo tempo, um poder e uma limitação. Se a pessoa não apreender a limitação, se não tiver a liberdade de renunciar, não poderá escolher e se sentirá torturada. (...) **o fundamento do poder escolher não é a posse, é a renúncia.** É que em primeiro lugar, poder escolher significa estar

livre para renunciar. Escolher uma coisa é abrir mão de uma série de outras.” (Pompéia e Sapienza, 2011, p.22, grifo nosso).

Assim, é comum ouvirmos sobre o fenômeno da desresponsabilização paterna, que podemos traduzir como incapacidade de renúncia. Frente a todas estas dificuldades, é mais fácil e comum o pai terceirizar o cuidado para mãe, para escola, ou creches, âmbitos que frequentemente estão sobrecarregados em sua capacidade de *criação*. Lidar com este desabrigo necessita coragem. Necessita de espaços que permitam uma disposição que resguarde e acolha os pais nesta temporalidade agressiva e na indigência de sua existência, necessita inclusive de espaços que os ajudem a reconhecer estas questões que favoreçam a crítica e reflexão dos valores, favoreçam a renúncia a modos desenraizados de ser, que protegem os pais de seu não saber.

A internet se mostra hoje como local que, se por um lado favorece o depósito de interpretações previamente representadas sobre os fenômenos, em um frenesi de estímulos e informações, também possibilita a visão de expressões de coragem, aceitando os novos limites colocados pela época e que vemos em alguns pais. Uma expressão interessante de voz paterna, que se assume como figura desbravadora e pode se realizar em uma modalidade mais plena de *criação*, foi encontrada no blog de um autor brasileiro intitulado “Paizinho, Vírgula!”. Lá, Thiago Queiroz escreve textos interessantes sobre suas vivências, onde tenta mostrar a possibilidade de outro modo de criação, no caso, o que chama de criação com apego. O autor ainda tem um canal no Youtube com vídeos engraçados e preciosos para pais, onde relata suas próprias experiências e compartilha sentimentos, dando dicas a partir de seus aprendizados e se utilizando da disciplina positiva e criação com apego para fundamentar suas falas e textos. É claro, contudo, que, da mesma forma que falamos sobre a tecnicização do parto e do parto humanizado, podemos dizer que criação com apego, modelo importado

dos Estados Unidos, cuja premissa é fortalecer o vínculo dos pais com o bebê, também corre o risco de uma tecnicização. Resguardar a intimidade não é garantir a não tecnicização das relações, mas favorecer momentos em que elas possam acontecer em sua dimensão de mistério, de ainda não ser, de abertura, de possibilidade de criação de novos modos de existência, de pesquisas dos pais na concretude histórica da vida de suas crias.

Em outro momento, Yamaguti et al. (2015) tiveram a oportunidade de investigar, em um estudo exploratório ainda não publicado, postagens de homens acerca de suas crias em sua linha do tempo na rede social Facebook, um mês após o parto de suas companheiras. Houve um expressivo número de fotos de bebês e de pais cuidando das crias. Foi notável ver a rede participando ativamente de postagens destes pais, trocando feedbacks e legitimando sentimentos. Podemos interpretar tal fenômeno como uma forma de pais buscarem familiaridade no estranhamento e na negatividade de sua cria. Marcado por uma precariedade existencial, o *Dasein* bebê é caracterizado pelo escancaramento de nossa negatividade constitutiva que, paulatinamente, ganhara contorno via *criação* e, possivelmente, em uma criação via *sacrifício*.

A experiência do ultrassom narrada por alguns pais pode ser vivida por eles como a experiência de um primeiro encontro com o bebê. É preciso que o pai consiga espaço em sua existência para que algo que antes lhe era estranho, se torne familiar. O modo de tornar algo estranho familiar é via repetição e doação, é necessário que, de alguma forma, o pai permita nestes encontros preencher seu mundo, via experiência de repetição com significados atribuídos ao bebê.

Para Pompéia e Sapienza (2011), *Dasein* é onticamente mais livre quando pode comprometer-se. É comprometendo-se com o escolhido que *Dasein* é plenamente livre. Segundo os autores, é comum vermos pessoas não escolherem alegando que não querem perder a liberdade. Podemos lembrar aqui dos pais que buscam um modo diferente de serem pais, mas acabam repetindo velhos padrões, desresponsabilizando-se do cuidado quando confrontados com a necessidade de continuar com o compromisso de suas escolhas de assumir uma paternidade mais autêntica, que necessita de compromisso e renúncia para ser construída. É preciso compreender que, sendo a existência transição, ek-sistência, no acontecimento histórico, está tudo bem em não saber inicialmente como realizar algumas tarefas. Durante o processo de assunção de sua paternidade, é esperado que se erre. Só quem faz é que erra se confunde e pode aprender com isso. Quem não faz, não corre o risco do erro. Ao não fazer para não correr o risco de errar, o pai pode se distanciar de suas possibilidades e de seus filhos. Pode estabelecer um modo de *coexistência* pouco íntimo, estranho, alienado.

Ao não permitir que os filhos errem, antecipando-se a todo e qualquer risco que os filhos correm os pais também podem fazer com que o filho não conheça os próprios limites, seus próprios horizontes. Somente sabendo bem dos próprios horizontes é que o *Dasein* pode sustentar escolhas. Talvez o ponto principal que precisemos elucidar aqui é que “o compromisso não é o oposto ao ser livre, é a sua realização” (Pompéia e Sapienza, 2011, p.23). Precisamos sustentar este compromisso para realizar nossa liberdade, dito de outra forma pelos autores “é destruindo a liberdade” que o *Dasein* torna-se livre para uma determinação mais própria (Pompéia e Sapienza, 2011).

Dizíamos que o tempo de nossas vidas é encurtado em nossa época, contudo, na familiaridade, o tempo se alonga, tornando-se fértil para o desvelamento de significados

e experiências. Sacrificar-se enquanto pai, portanto, não precisa significar perder tempo, mas alongar o próprio futuro, o próprio tempo e o tempo das *crias*. Não significa dar a diretriz de pais pararem de trabalhar para cuidar exclusivamente de suas crias, embora esta também seja uma possibilidade, mas alongar os horizontes pelo qual é possível o projeto paterno.

A disposição temporal de nossa época nos coloca em uma relação de dominação com o que nos circunda. Frequentemente, não ouvimos, já temos uma opinião formada, uma explicação para tudo o que acontece, e tal disposição nos deixa distantes da presença do sentido do que nos cerca. Ser pai, na era da técnica, tem a ver com o desafio do sacrifício, de aproximar-se do sentido de sua paternidade, que na verdade é parte do projeto de sua própria existência, o desafio de deixar de lado a disposição dominadora para dar espaço a uma dominação que permita familiaridade com a figura que busca criar em seu existir.

É isto o que podemos chamar também de “obediência às coisas”. Pompéia e Sapienza (2011) apontam a origem de obediência como *ob-audire*, dar ouvidos ao que pede para ser ouvido. Filho (2011) nos lembra que, para pensar essencialmente o que se mostra, é necessário começarmos no recolhimento e na escuta, resguardando-as na sua quietude. Para Heidegger, a era da técnica é a era em que já se deu o fim da filosofia, enquanto Metafísica, e agora nos resta a tarefa da construção de um novo pensamento.

O pensamento vigente na técnica é o pensamento calculador, que lida com as representações da realidade, deixando de lado suas apresentações para dar sustento à correlação causal da existência. Heidegger (1959) coloca a disposição da serenidade (*Gelassenheit*) para com as coisas como disposição que favorece um outro modo de

pensar. Um pensar que favoreça o aparecimento vigente no sentido do que nos aparece, o pensamento meditativo. Neste pensar, podemos nos tornar entes que escutam, e não servos comandados, um pensar que possa resguardar outros modos possíveis de desencobrimento da verdade. Podemos, assim, escapar do vício do imperativo técnico pela da virtude da linguagem poética, e suspender a pretensiosidade do saber que coloca a vida como jogo de cartas marcadas. Abre-se, então, o caminho para o viver com a legítima ingenuidade sobre a vida, aceitando o não saber.

A paternidade pode se mostrar como *sacrifício e doação de tempo*, em um posicionamento de favorecimento da obediência ao que se mostra, permitindo ao mesmo tempo ao pai, que sacrifica seu futuro, resguardar seu próprio futuro e integrá-lo com seu passado. A paternidade, se compreendida como ofício sagrado e humilde, pode vir como o cuidado do próprio sentido de modo livre, poético, sereno, e meditativo, e não como determinação técnica; como aproximação hermenêutica de sua vida e não como distanciamento representativo por derivação; como convocação a refletir sobre o próprio *mundo* e o próprio projeto e não como alguém que queira aceitá-lo incondicionalmente. A aceitação incondicional é uma aceitação cega que afasta o pai não apenas das necessidades de suas crias, das suas próprias necessidades. Também priva a criança de acontecimentos importantes na compreensão de si-mesma. Por fim, na paternidade e na *criação*, podemos atingir uma disposição afetiva relacional que nos permita ver nossos relacionamentos em sua totalidade, alongando e dando sustento ao compromisso e realização da *criação*. Uma disposição a qual Heidegger (1929) apenas fugidamente apontou: a alegria pela existência de um ser querido.

Considerações Finais

A árdua explicitação do pensamento heideggeriano como uma unidade que buscou a superação do pensamento metafísico, via história do esquecimento do ser, foi um trabalho fértil que possibilitou o começo de uma reconstrução de condições ontológicas de eventos ligados de forma natural à paternidade na qual nos aventuramos neste trabalho. Heidegger um autor de maior aceitação e penetração nos autores da pós-modernidade, que percebem na radicalidade de sua desconstrução metafísica uma forte crítica ao racionalismo moderno (Brüseke; Sell, 2006) Acreditamos ter assim contribuído para um pensar mais originário sobre o tema através da proposição dos conceitos de *procriação* e *criação*, *sacrifício*. Voltamos a frisar que as pesquisas na área da psicologia que se arriscam em uma reconstrução das condições fundamentais da existência ainda são poucas e insuficientes, e, por vezes, demasiadamente superficiais, apontando as aporias do pensamento moderno, mas caindo em contradição em suas leituras. Isto não significa, contudo, que este trabalho se proponha a um conhecimento último sobre a paternidade, nem que estas pesquisas não tenham nenhuma contribuição, pois faz parte da abertura de um novo horizonte para pensarmos sobre este fenômeno.

Pensamos que, em um momento de tantas mudanças, em que fica clara a precariedade das interpretações mundanas acerca da paternidade, do gênero e dos modos de criação, urge reestabelecer as bases sob as quais a psicologia vem interpretando estes fenômenos. Neste contexto, ofertamos algumas bases que possibilitam a construção de práticas que lidem com o fenômeno de forma a não recorrermos à uma estagnação hermenêutica e à violências interpretativas, que considerem o fenômeno fora de sua historicidade, o que nos faria, tautologicamente, recair em determinismos biológicos naturalistas.

Muitos trabalhos de literatura acadêmica associaram as dificuldades do homem em exercer sua paternagem por conta à falta de diretrizes de modelos paternos. Esta associação é apenas parcialmente verdadeira, pois aceita o discurso de que o mais importante para a paternidade são os modelos, como se a facilidade no exercício da paternidade estivesse restrita a ser um expert nas diretrizes claras para ser pai, aceitando por trás a ideia de que é necessária uma paternidade ideal que pode ser possuída, controlada e alcançada.

Dentro da psicologia, a figura do pai parece ter sido estudada e expressa dentro de uma estrutura heteronormativa e com binarismo de gênero, começando apenas recentemente a ser reconstruída em suas bases. As bases de inspiração deste estudo nos dão elementos que se aproximam da experiência da paternidade e que podem nos servir para a reconstrução deste saber, a partir de uma chave interpretativa não normativa, mas colocada na condição ontológica da liberdade, cuja *preocupação* e *coexistência* nas formas de *criação* e *procriação*, dizem respeito à universalidade e multiplicidade de possíveis arranjos historicamente determinados, sendo de considerável valia para pensarmos novas possibilidades de paternidade.

O pai, enquanto figura criadora, terá de se decidir sobre uma série de aspectos de sua vida e de como irá se relacionar com sua família, estando disposto ao sacrifício da doação de si em um difícil momento de precariedade da existência e aceleração da vida. Ao *Dasein* é possível ser pai, pois é ontologicamente livre para o cuidado do sentido. Ser pai, portanto, é *projeto* e, como todo projeto, ele se dá em uma *vocação*. A *vocação* não é aqui sinônimo de carreira, mas antes, um chamado existencial, o apelo existencial, o sentido que trouxe *Dasein* a condição de ser pai. Tudo o que nos acontece é pela via da compreensão e interpretação, portanto, ouvir o chamado de nossa própria história

significa interpretar aquilo que nos acontece tornando claro seu sentido, já que somos entes constitutivamente hermenêuticos. Mais do que a falta de diretrizes e modelos, à nossa época e, por conseguinte, ao pai contemporâneo, falta a familiaridade com um modo de existência menos dependente de determinações subsistentes, justamente por ser a época marcada pela negação compulsiva de nossa totalidade em fuga, esta suprimida por explicações dos mais variados tipos e por uma temporaneidade em velocidade de semifusa.

Este estudo também nos permite novos elementos para pensarmos a respeito de uma prática clínica, cuja práxis se projeta partir de um posicionamento metodológico e não de uma teoria psicológica. É possível que muitos transtornos existenciais tenham uma relação como os modos de *criação*, fenômeno que precisa ser devidamente esclarecido e exige outros estudos para ser levado a pleno desenvolvimento.

Muitas críticas são feitas em relação ao desenvolvimento da *Daseinsanalyse* no Brasil, principal expressão do método clínico hermenêutico-existencial. Cotidianamente, ouve-se no âmbito da psicologia, que o método fenomenológico clínico é muito “aberto” ou, ironicamente, muito abstrato, ou até pouco rigoroso. Consideramos esta uma leitura equivocada, pois para nós a fenomenologia se confunde com a busca pela superação da tradição Metafísica, na tentativa de possibilitar a pergunta pelo sentido de ser, de forma a fugir de abstrações e da absolutização de interpretações previamente sedimentadas da vida do paciente. E, o mais importante, buscando na concretude dos fenômenos a base na qual os sentidos se assentam. De toda forma, mesmo que equivocada, tais críticas são plausíveis, já que as fontes disponíveis sobre o método fenomenológico enquanto prática terapêutica ou sobre seu conhecimento clínico ainda são escassas, principalmente no que tange à tradução e

disponibilidade de obras clássicas importantes. Decerto que a complexidade do tema e a necessidade de um relativo amadurecimento filosófico daqueles que se propõem a esta prática, perpassam esta conjuntura. Perpassa também a necessidade de coragem para nos arriscarmos aventurarmos na construção de uma sistematização hermenêutica, capaz de dialogar com os diferentes fenômenos em nosso mundo, de modo que possamos adentrar de forma mais radical e estabelecida no âmbito acadêmico.

Em um momento histórico onde todas as determinações estáticas da paternidade não se sustentam, a paternidade, como *criação*, é um constante processo de aprendizado, em que liberdade implica na necessária disposição da coragem para renúncia e da serenidade, para assumir que, fundamentalmente, existir de forma indeterminada é estar à deriva das determinações históricas das quais somos todos filhos. Não podemos escapar de nossas determinações históricas, mas, ao menos, mesmo que momentaneamente, renunciar a uma modalidade desenraizada de ser, arriscando nos lançar em meditações de modos de correspondência ao mundo, mais livres do pensar técnico, aproximando-nos dos chamados de nosso tempo e de nossas crias.

Referências

BEIT CHABAD. <Disponível em: www.chabad.org.br.> Acesso em: 05/11/2015.

BELTRAME G.R; BOTTOLI C. Retratos do envolvimento paterno na Atualidade. *Barbarói*, Santa Cruz do Sul, n. 32, jan./jul. 2010.

<Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org>> Acesso em: 27/10/2013.

BENNETTI, S.P.C.; SOUZA, C.L.C. Paternidade contemporânea: levantamento da produção acadêmica no período de 2000 a 2007. *Paideia*, Ribeirão Preto, v.19, n.42, p. 97-106, jan.-abr. 2009.

<Disponível em: <http://www.scielo.br>> Acesso em: 7/10/2013.

BORSA, J.C.; NUNES, M.L.T. Aspectos psicossociais da parentalidade: O papel de homens e mulheres na família nuclear. *Psicologia e Argumento*, Curitiba, v.29, n.64, p.31-39 jan./mar.2011.

<Disponível em: <http://www.academia.edu>> Acesso em: 04/11/2015.

BRÜSEKE, J.F; SELL, C.E. Heidegger teoria social e modernidade. *Teoria & pesquisa*, São Carlos, jan./jun. 2006.

<Disponível em: <http://www.teoriaepesquisa.ufscar.br/>> Acesso em: 04/11/15.

CASANOVA, M.A. Compreender Heidegger. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

_____. Heidegger e o escuro do existir: esboços para uma interpretação dos transtornos existenciais. In: *Psicologia fenomenológico-existencial possibilidades da atitude clínica fenomenológica*, Rio de Janeiro: Via Verita, 2013.

_____. Nada a caminho: impessoalidade, niilismo e técnica na obra de Martin Heidegger. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

_____. O homem entediado: niilismo no pensamento de Martin Heidegger. *Ekstasis*, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p.251-258, 2012.

<Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/>> Acesso em: 28/04/2015

CARDELLI, A.A.M.; TANAKA, A.C.A. Ser/estar pai: uma figura de identidade. *Ciência Cuidado e Saúde*, Maringá, v. 11, p.251-258, 2012.

<Disponível em: <http://periodicos.uem.br>> Acesso em: 30/07/2015.

CASTOLDI, L.; GONÇALVES, T.R.; LOPES, R.C. *Envolvimento paterno da gestação ao primeiro ano de vida do bebê* *Psicol. Estud.*, Maringá, v.19, n.2, 2014.

CERVENY, C.M.O.; CHAVES, U.H. Pai? Quem é este? : A vivência da paternidade no novo milênio. In: O Pai na sociedade contemporânea. Org. Lúcia Vaz Campos Moreira, Giancarlo Petrini e Francisco de Barros Barbosa. Bauru, EDUSC, 2010.

CHAUÍ, M. 1996, Vida e obra. In: As investigações lógicas – Sexta investigação. Trad. Zeljko Loparic. Col. os pensadores, 1996.

COLPO, M.O. Prefácio. In: Prática psicológica na perspectiva fenomenológica. Org. Carmen Lúcia Brito Tavares Barreto; Henriette Tognetti Penha Morato; Marcus Tulio Caldas, Paraná: Juruá Editora, 2013.

CUNHA, D.W. Paternidade na narrativa de homens pais: um olhar fenomenológico. 2012. Tese de Doutorado. (Doutorado em Psicologia da Educação) Pontifícia universidade católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

CÚNICO, S.D.; ARPINI, S.D. A Família em Mudanças: Desafios para a Paternidade Contemporânea. *Pensando Famílias*, Santa Maria, v.17(1), p. 28-40, 2012.

<Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/>> Acesso em 04/11/2015.

CÚNICO, S.D.; ARPINI, S.D.; CANTELE, J. A impossibilidade no exercício da paternidade: algumas reflexões. *Psicologia em Revista*, Belo Horizonte, v.19, n.3, p353-370, dez., 2013.

<Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/>> Acesso em: 28/04/2015.

DUARTE, A. Vidas em risco crítica do presente em Heidegger, Arendt e Foucault. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

DWORKIN, J. ; CONNEL, J ; DOTY, J. A literature review of parents online behaviour. *Cyberpsychology: Journal of Pshychosocial Researchon Cyberspace*, v.7(2), 2013.

<Disponível em: <http://www.cyberpsychology.eu>> Acesso em 28/04/2015.

FEIJOO, A.M.L.C. A existência para além do sujeito a crise da subjetividade moderna e suas repercussões para a possibilidade de uma clínica psicológica com fundamentos fenomenológico-existenciais. Rio de Janeiro: Via Verita, 2011.

FERRARI, A.G.; SILVA, M.; DONELLI, T.S. A criança e seus pais: alguns interrogantes sobre as funções parentais na atualidade. *Revista aSEPHallus*, Rio de Janeiro, v.7, n.14, mai./out., 2012.

<Disponível em: www.isepol.com/asephallus> Acesso em: 30/07/15.

FILHO, M.A. A escuta, a espera e o silêncio: a “indigência da modernidade” em Heidegger e Rilke. São Paulo: EDUC, 2011.

GABRIEL, M.R.; DIAS, A.C.G. Percepções sobre a paternidade: descrevendo a si próprio e o próprio pai como pai. *Estudos de psicologia*, v.16(3), p.253-261, set./dez., 2011.

<Disponível em: www.scielo.br/epsic> Acesso em: 30/08/2015.

GONÇALVES, T.R. et al. Experiência da paternidade aos três meses do bebê. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, Porto Alegre, v.26(3), p.599-608, 2013.

<Disponível em: www.scielo.br/prc> Acesso em: 30/07/15.

GIACOIA, O. Heidegger urgente. Campinas: Três Estrelas, 2013.

HEIDEGGER, M. A coisa. In: Ensaaios e conferências. Trad. Emmanuel Carneiro Leão, Gilvan Fogel, Marcia de Sá Cavalcante Schuback. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. (1953) A questão da técnica. In: Ensaaios e conferências. Trad. Emmanuel Carneiro Leão, Gilvan Fogel, Marcia de Sá Cavalcante Schuback. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. (1935) Contribuições à filosofia: do acontecimento apropriador. Trad. Marco Antônio Casanova, Rio de Janeiro: Via Verita, 2015.

_____. (1929) Que é Metafísica. Trad. Ernildo Stein. São Paulo: Livraria duas Cidades 1969.

_____. (1987) Seminários de Zollikon. Trad. Maria de Fátima, 2ª Edição. São Paulo: EDUC, 2001.

_____. (1927) Ser e Tempo. Trad. Fausto Castilho. Edição Português e Alemão. Petrópolis: Vozes, Campinas: Unicamp, 2012.

_____. (1959) Serenidade. Trad. Maria Madalena Andrade e Olga Santos. Lisboa: Instituto Piaget.

_____. (1947) Sobre o humanismo. Trad. Emmanuel Carneiro Leão. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1967.

HENNIGEN, I. Especialistas advertem: o pai é importante para o desenvolvimento infantil. *Revista de Psicologia*, Rio de Janeiro v.22, p169-184, Jan./Abr., 2010.

HUSSERL, E. As investigações lógicas - Sexta investigação (Elementos de uma elucidação fenomenológica do conhecimento). Trad. Zelko Loparic. Col. Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

KUBLIKOWSKI, I. A meia idade feminina em seus significados: o olhar da complexidade - Tese de Doutorado (Doutorado em Psicologia Clínica) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 2001.

MACIEL R. A. Experiências Psíquicas do homem à espera da paternidade. 2010. - Tese de Doutorado (Doutorado em Saúde Pública) Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

MARCONDES, D. Iniciação a história da filosofia. 13ª edição Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

MATOS, M.G & MAGALHÃES, A.S. Tornar-se Pais: Sobre a Expectativa de Jovens Adultos. *Pensando Famílias*, Porto Alegre, v.18(1), p. 78-91, jun. 2014.

<Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org>> Acesso em: 28/04/2015.

MEDRADO, B. et al. Políticas públicas como dispositivos de produção de paternidades. In: O Pai na sociedade contemporânea. Org. Lúcia Vaz Campos Moreira, Giancarlo Petrini e Francisco de Barros Barbosa. Bauru, EDUSC, 2010.

MOREIRA, L.E. & TONELI, M.J.F. Paternidade responsável: problematizando a responsabilização paterna. *Psicologia & Sociedade*, Porto Alegre, v.25(2), p. 388-398. 2013.

<Disponível em: <http://www.ufrgs.br/>> Acesso em: 04/11/15.

OLIVEIRA, A.G.; SILVA, R.R. Pai contemporâneo: Diálogos entre pesquisadores brasileiros no período de 1998 a 2008. *Psicologia e Argumento*, Curitiba, v.29, n.66, p.353-360, jul./set. 2011.

<Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/>> Acesso em: 30/07/15

PICCININI C.A. et al. O envolvimento paterno durante a gestação. In: Porto Alegre, Revista Psicologia Reflexões Críticas Vol. 17 n.3, 2004.

<Disponível em: <http://www.scielo.br/>> Acesso em: 28/04/2015.

PICCININI C.A. et al. Expectativas e sentimentos de pais em relação ao bebê durante a gestação. *Estudos de psicologia*, Campinas, v.26(3), p. 373-382, 2009.

<Disponível em: <http://www.scielo.br/>> Acesso em: 27/10/13.

POMPÉIA, J. A. & SAPIENZA, B.T. Os dois nascimentos do homem: escritos sobre terapia e educação na era da técnica. Rio de Janeiro: Via Verita, 2011.

RODRIGUES, B.C.; GOMES, I.C. Novas Formas de Parentalidade: do Modelo Tradicional à Homoparentalidade. *Boletim de Psicologia*, São Paulo, v.62, 2012.

<Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/>> Acesso em: 28/04/2015.

SAFRANSKI, R. Heidegger um mestre da Alemanha entre o bem e o mal. Trad. Lya Luft. São Paulo: Geração Editorial, 2005.

SANTOS, Y.G.S.; SCORSOLINI-COMIN F.; SANTOS M.A. Homoparentalidade masculina: revisando a produção científica. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, Porto Alegre, v.26(3), p.572-582.

<Disponível em: www.scielo.br/prc> Acesso em: 30/07/2015.

SASS, N.; HWANG, S.M. Dados epidemiológicos, evidências e reflexões sobre a indicação de cesariana no Brasil. *Diagnóstico Tratamento*, v.4, n.14 p.133-137, 2009.

STAUDT, A.C.P.; WAGNER, A. Paternidade em tempos de mudança. In: *Psicologia: Teoria e prática*. v.10(1):174-185, 2008.

<Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/>> Acesso em: 28/04/2015.

TEPERMAN, D.W. Família, Parentalidade, e Época: Um nós que não existe. 2012. Tese de Doutorado (Doutorado em Psicologia) Instituto de Psicologia Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

<Disponível em: www.teses.usp.br> Acesso em:28/04/2015.

QUEIROZ, T. Paizinho Vírgula! <Disponível em: <http://paizinhovirgula.com/>> Acesso em: 05/11/2015.

VIEIRA, M.L. et al. Paternidade no Brasil: revisão sistemática de artigos empíricos. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, Rio de Janeiro, v.66(2), p. 36-52, 2014.

<Disponível em: <http://pesquisa.bvsalud.org/>> Acesso em: 30/07/2015

VILHENA, J. et al. Cuidado, maternidade e temporalidade: repensando os valores contemporâneos da eficiência. *Cad. Psicanál.- CPRJ*, Rio de Janeiro, v. 35, n. 28, p. 111-127, jan./jun. 2013

<Disponível em: <http://www.cprj.com.br/>> Acesso em: 27/07/2015

YAMAGUTI, A.C. Uma compreensão fenomenológica da vivência paterna frente à gestação de suas companheiras. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Psicologia) Faculdade das Ciências Humanas e da Saúde, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2012.

YAMAGUTI, A.C. et al. Paternidade na linha do tempo do Facebook: uma análise temática do primeiro mês após a gestação. Apresentação de trabalho, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

ZORNIG, S.A. Tornar-se pai, tornar-se mãe: o processo de construção da parentalidade. *Tempo Psicanalítico*, Rio de Janeiro, v.42.2., 2010.